



ASSEMBLEIA  
MUNICIPAL DE

**ALIJÓ**

Deslumbrante Património Natural

**ACTA n.º 02/2017**  
**ACTA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL**  
**DO CONCELHO DE ALIJÓ DO DIA 19 DE ABRIL DE 2017**

Aos dezanove dias do mês de Abril de dois mil e dezassete, na Sala de Sessões da Câmara Municipal, reuniu em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Alijó. \*\*\*

Dos trinta e cinco membros que a compõem, faltaram a esta sessão os Senhores Deputados Alexandra Cardoso, Ana Maria Paulo e Samuel Cunha. \*\*\*

Por parte da Câmara Municipal estiveram presentes: o Senhor Presidente da Câmara, o Senhor Vice-presidente e os Senhores Vereadores Cristina Felgueiras, João Gouveia da Costa, António Joaquim Fernandes, Miguel Rodrigues e Adérito Figueira. \*\*\*

A sessão foi presidida por Manuela Domingues, Presidente da Assembleia Municipal, secretariada por Mário Joaquim Vaz, 1.º secretário e pelo Senhor Deputado Laureano Guedes, em substituição da Senhora 2.ª secretária que não se encontrava presente no início da sessão. \*\*\*

\*\*\*Havendo "quórum" foi, pela Senhora Presidente, declarada aberta a sessão quando eram 15.00 horas, com a seguinte **ORDEM DO DIA**: \*\*\*

**UM:** Exposição do Senhor Presidente da Câmara – *Apreciação, nos termos da alínea c) n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12/09; \*\*\**

**DOIS:** Proposta de Regulamento Municipal para Concessão de Bolsas de Estudo a Estudantes do Ensino Superior – *alínea g) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013. De 12/09 – aprovação; \*\*\**

**TRÊS:** Proposta de denúncia do contrato de Delegação de Competências assinada entre a Junta de Freguesia de São Mamede de Ribatua e a Câmara Municipal de Alijó, por deliberação da Assembleia de Freguesia de São Mamede de Ribatua – *aprovação nos termos da alínea m) do n.º 1 do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12/09, para autorização, conforme dispõe a alínea k) do n.º 1 do art.º 25.º do mesmo diploma; \*\*\**

**QUATRO:** Documento de prestação de contas referente ao ano económico de 2016 – *aprovação e votação nos termos da alínea l) do n.º 2 do art.º 25.º da lei n.º 75/2013, de 12/09;*

**CINCO:** Relatório da análise económico-financeira e de execução orçamental, reportada a 31 de dezembro de 2016, remetido pelo auditor externo – *alínea d), n.º 2 do art.º 77.º da Lei n.º 73/2013, de 12/09 – apreciação; \*\*\**

**SEIS:** 5.ª modificação aos documentos previsionais de 2017, que se traduz na 2.ª revisão ao orçamento da receita e da despesa e na 2.ª revisão ao PPI e PAM – *alínea a) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12/09 – aprovação; \*\*\**

**SETE:** Relatório de análise de propostas referente à contratação de empréstimo de médio/longo prazo para aplicação na liquidação antecipada de outros empréstimos, nos

*Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2017-04-19*



ASSEMBLEIA  
MUNICIPAL DE  
**ALIJÓ**

Deslumbrante Património Natural

led  
of  
2 as

*termos do art.º 81.º da Lei n.º 42/2016, de 28/12, que se aprova o Orçamento de Estado de 2017 – aprovação, para efeitos do disposto na alínea c), n.º 1 do art.º 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21/02, do art.º 49.º da Lei 73/2013, de 03/09 e alínea f) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12/09; \*\*\**

**OITO:** *Alteração ao anexo I ao contrato tipo concessão de distribuição de energia elétrica em baixa tensão – alínea p) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12/09 – aprovação;*

**NOVE:** *Proposta referente à 1.ª alteração ao Mapa de Pessoal de 2017 – alínea o) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12/09, conjugado com o n.º 4 do art.º 29.º da Lei 35/2014, de 20/06 – aprovação; \*\*\**

**DEZ:** *Proposta de atribuição de despesas de representação aos dirigentes intermédios de 2.º grau – alínea cc) do n.º 1, do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12/09 e do n.º 2 do art.º 24.º da Lei n.º 49/2012, de 29/08 – aprovação. \*\*\**

#### **PRESIDENTE DA MESA \*\*\***

Informou que a Senhora 2ª Secretária estaria ausente até cerca das 16.00h, por se encontrar em Vila Flor na apresentação pública dos projectos do PEVTUA, convidando para a substituir o Senhor deputado Laureano Guedes. \*\*\*

De seguida deu conhecimento do expediente recebido e enviado: \*\*\*

- 1- Consideram-se justificadas as faltas do Deputado António Samuel Cunha, às sessões de 22-12-2016 e de 27-02-2017, da Deputada Maria de Jesus Vieira Elias à sessão de 27-02-2017 e da Deputada Ana Maria Paulo à sessão de hoje.
- 2- Fica, ainda justificada a falta do 1º Secretário da Mesa, Mário Vaz, à sessão de Setembro de 2016, que por lapso, não ficou exarada em acta.
- 3- Da receção do mail remetido pelo Senhor Presidente da Direção da Associação de Estudos de Direito Regional e Local, que teve por objecto um questionário sobre Organização, Funcionamento e Atividade do órgão Assembleia Municipal, o qual foi preenchido e submetido. Do mesmo foi dado conhecimento aos representantes dos Grupos Municipais, também para efeitos de preenchimento e submissão.
- 4- Da assinatura, da “Revista das Assembleias Municipais”, publicada pela Direção da Associação de Estudos de Direito Regional e Local, cujo número um foi já recepcionado.
- 5- Da receção do convite remetido por mail pela Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Carlão e Amieiro, para a Feira dos Produtos da Terra 2017, que teve lugar nos dias 24, 25 e 26 de março, do qual foi dado conhecimento a todos os Srs. Deputados por mail de 20 de março; \*\*\*
- 6- Da receção do convite remetido pelo Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal de Alijó para um Encontro de Defesa da Floresta Contra Incêndios que se realizou no Salão Nobre do Município de Alijó, no dia 31 de março;\*\*\*
- 7- Da receção do convite da Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Santa Eugénia para participar na caminhada do dia 15 de abril, com o objetivo de comemorar o dia Internacional de Monumentos e Sítios, do qual foi dado conhecimento a todos os Srs. Deputados, por mail de 31 de março;\*\*\*
- 8- Da receção do convite do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de S. Mamede de Ribatua para a Feira da Laranja 2017 que decorrerá nos dias 28, 29 e 30 de Abril, do qual foi dado conhecimento a todos os Srs. deputados por mail de 12 de Abril;\*\*\*

*Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2017-04-19*



ASSEMBLEIA  
MUNICIPAL DE  
**ALIJÓ**

Deslumbrante Património Natural

3

- 9- Da recepção do convite do Presidente do Grupo de Cantares de S. Mamede de Ribatua, Deputado Luis Lameiras extensivo a todos os membros desta assembleia para as comemorações do 7.º aniversário daquele Grupo, que terão lugar no próximo dia 22 (Sábado) pelas 15h e 30.
- 10- Do ofício enviado à Senhora Presidente da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens, a comunicar que a Assembleia Municipal tomou conhecimento, na sessão de 27 de Fevereiro, do Relatório anual de Avaliação das Atividades respeitante a 2016;\*\*\*
- 11- Foi dado conhecimento aos familiares da Sra. D<sup>a</sup> Maria Odete Casaca Pires, do voto de pesar aprovado em sessão ordinária da Assembleia Municipal do dia 27-02-2017; \*\*\*
- 12- Foi dado conhecimento aos familiares do Sr. Dr. Mário Soares, do voto de pesar aprovado em sessão ordinária da Assembleia Municipal do dia 27-02-2017;\*\*\*
- 13- Da recepção das atas da reunião de Câmara de 08/03/2017 e 15/03/2017 e 22/03/2017, 31/03/2017 e 05/04/2017; \*\*\*
- 14- Da recepção das minutas das reuniões de Câmara de 08/03/2017, 15/03/2017, 22/03/2017, 31/03/2017, 05/04/2017 e 17/04/2017. \*\*\*

Aproveito, ainda para felicitar todos os candidatos às eleições autárquicas que se realizarão no dia 1 de Outubro.\*\*\*

Introduziu a discussão da acta, tendo-se inscrito o Senhor Deputado Cláudio Vilela que solicitou correcções na página 8, oitava linha, página 9, nona linha, página 29, quarta linha e página 45, quinta linha, as quais foram imediatamente feitas. \*\*\*

Colocada a acta em votação, foi a mesma aprovada por unanimidade. \*\*\*

Aberto o período de antes da ordem do dia, inscreveram-se para usar da palavra os Senhores Deputados Luís Lameiras, Filomena Nogueira, Telmo Pinto, Laureano Guedes, Domingos Henriques, Sónia Pinheiro, Alceu Costa, António Lousa, Cláudio Vilela e Glória Veiga.\*\*\*

**DEPUTADO LUÍS LAMEIRAS (PS): \*\*\***

Muito boa tarde a todos os presentes. Quero cumprimentar a Senhora Presidente, restantes Membros da Mesa da Assembleia, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Presidente de Câmara, Senhoras e Senhores Vereadores e Público aqui presente. \*\*\*

Apesar da Senhora Presidente já ter referido o convite do Grupo de Cantares, queria, novamente, referi-lo aqui. O Grupo de Cantares, no próximo sábado, dia 22, pelas 15.30h, vai comemorar o sétimo aniversário e portanto, todos os Membros do Executivo, Permanente e não permanente e todos os Deputados ficam, desde já, convidados para poderem participar nessa comemoração do sétimo aniversário. \*\*\*

Depois, vou trazer aqui dois temas recorrentes. O Senhor Presidente da Câmara tem-me acusado de eu estar constantemente a rebater determinados temas, mas é assim, eu fui eleito a 29 de Setembro de 2013, foi para representar aqueles que me elegeram, mas também os que não votaram em mim e portanto, enquanto os assuntos não estiverem resolvidos, com certeza que eu não vou calar a minha voz. \*\*\*

E começava pelo Auditório. Sessão após sessão da Assembleia Municipal eu tenho trazido aqui este tema e, apesar de tudo aquilo que tem sido dito relativamente ao facto do Auditório estar fechado, o Auditório continua fechado. Isto é absolutamente lamentável. Eu diria que podemos

*Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2017-04-19*



ASSEMBLEIA  
MUNICIPAL DE  
**ALIJÓ**

Deslumbrante Património Natural

leg  
4

comparar o nosso Concelho a um país terceiro-mundista no que se reporta a várias matérias e nomeadamente no que reporta à cultura. \*\*\*

Quando o Auditório estava aberto, por altura da Páscoa, nós tínhamos um concerto da Banda de Música e toda a gente sabia o que é que se passava. Esgotava a lotação. Era dos únicos momentos em que isso acontecia. Pois bem, desde que este Executivo tomou posse, isso nunca mais aconteceu. Mas a Banda de Música de São Mamede adapta-se às circunstâncias e no passado Domingo de Ramos fez um concerto com a Orquestra Juvenil no Teatro de São Mamede. Porquê? Porque não cabiam os elementos todos da Banda de Música nesse espaço. E portanto, adaptaram-se às circunstâncias. Continuam a fazer e a dar cultura às pessoas. \*\*\*

Acho que está na hora, de uma vez por todas, de reabrirem o Auditório e dar-lhe a utilidade para o qual foi concebido. \*\*\*

Um outro tema que recorrentemente eu tenho aqui abordado e que vou, novamente, voltar a abordar, tem a ver com a questão do turismo. \*\*\*

Neste aspeto, o Senhor Deputado da Bancada do PSD, Alceu Costa, tem-me acompanhado nesta luta. Eu tive conhecimento que de 15 a 19 de Março realizou-se mais uma Bolsa de Turismo de Lisboa. É o maior evento no que concerne à divulgação do turismo nacional. Por aquilo que sei, passaram lá 75 mil visitantes. Muita gente mesmo. Estiveram lá representados, praticamente, todos os Municípios a nível nacional. Mas como dizia, por aquilo que eu sei, o Município de Alijó não esteve presente. Eu pergunto: porquê Senhor Presidente? \*\*\*

O exemplo que eu já lhe referi aqui relativamente àquilo que o Município de Carraceda tem realizado no que diz respeito ao turismo, a Casa do Cantoneiro, o Museu da Memória Rural, o Castelo de Ansiães, a Rota dos Saberes e Sabores da Memória. Pois bem, o Município de Carraceda de Ansiães esteve presente nesta Bolsa de Turismo para divulgar os seus produtos turísticos. \*\*\*

Faça uma analogia entre aquilo que tem sido a postura do Município de Carraceda de Ansiães com aquilo que tem sido a postura do Município de Alijó e depois, se fizer uma reflexão exaustiva e profunda, facilmente chegará à conclusão de que fizeram zero. E com isto terminei. \*\*\*

**DEPUTADO TELMO PINTO (PS):** \*\*\*

Senhora Presidente da Assembleia, Digníssima Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhoras Deputadas e Senhores Deputados Municipais, Público aqui presente, boa tarde a todos. \*\*\*

A minha intervenção visa apenas alertar para uma situação que me preocupa nos últimos tempos, até porque tenho sido utilizador frequente desse troço, ou dessa estrada, que é aquela que liga Sanfins do Douro a Cabeda. É lamentável e constata-se que existem algumas obras a serem feitas no Concelho de Alijó, mas, efectivamente, esta estrada está num estado calamitoso, numa degradação total e absoluta, perigosíssima, inclusive para circular viaturas e então de duas rodas, aconselhava a nem sequer passarem lá. \*\*\*

Queria saber se o Senhor Presidente da Câmara tem agendada uma intervenção para este troço, que eu acho que é importante e está muito perigoso e pode acontecer um acidente grave. Tenho dito, muito obrigado. \*\*\*

**PRESIDENTE DA UNIÃO DE FREGUESIAS DE PÓPULO E RIBALONGA (PS):** \*\*\*

*Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2017-04-19*



ASSEMBLEIA  
MUNICIPAL DE  
**ALIJÓ**

Deslumbrante Património Natural

Handwritten signature and initials in blue ink, including the number '5'.

Exm<sup>a</sup> Senhora Presidente da Assembleia, Exm<sup>a</sup> Mesa, Exmo. Senhor Presidente, Exmos. Senhores Vereadores, Exmos. Senhores Deputados Municipais, estimado Público aqui presente, muito boa tarde a todos. \*\*\*

Considero que durante este mandato muito pouco foi feito pelo Executivo Permanente na União das Freguesias de Pópulo e Ribalonga. \*\*\*

Assim, por se encontrar ainda em terra batida, solicito ao Executivo Municipal, que providencie, no sentido de mandar pavimentar o Largo da Capela da Rapadoura, bem como o passeio exterior a este Largo e respectiva iluminação pública. Estou certa de que, desta forma, dignificaríamos não só a zona envolvente desta capela, mas também a entrada de Rapadoura, que está completamente às escuras, proporcionando assim melhor condição de vida às pessoas que habitam nesta localidade. \*\*\*

Informo o Executivo Municipal de que a proprietária do terreno onde estão instaladas as fossas públicas do saneamento básico na aldeia do Pópulo, a D.<sup>a</sup> Fátima Salgado, se deslocou recentemente à sede da Junta, protestando, de forma pouco simpática, do mau estado de conservação em que se encontram estas fossas. Solicito por isso ao Executivo Municipal, com a brevidade possível, que mande resolver este e outros assuntos ambientais que eu tenho denunciado em anteriores reuniões da Assembleia Municipal. \*\*\*

Por fim, gostaria de ser informada sobre o provável início da obra do ramal de saneamento básico nas Casas da Estrada, que é o que falta fazer, uma vez que foi prometido e este mandato está quase a terminar. Muito obrigada. \*\*\*

**DEPUTADO LAUREANO GUEDES (MAIS): \*\*\***

Senhora Presidente da Assembleia, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores e Caros Deputados. \*\*

O que eu tenho para dizer é mais em forma de comunicação e um pedido final a este Executivo. Tive ocasião, na última semana em que estive em São Mamede, finalmente de ter acesso à Capela da Senhora da Lapa, mais conhecida pela Capela do Calvário, que há alguns meses estaria em restauro e finalmente foi concluída. Devo dizer, sem exagero, que fiquei fascinado com a natureza do restauro que foi feito, dado que era uma capela significativa para o nosso barroco português.

Estava em degradação. Foi feito um restauro através da Direcção Cultural Região Norte e, por curiosidade, e por interesse e obrigação, inteirei-me do dossier que elaborou este projecto. Foi-me facultado um dossier muito completo, que eu devo só, em termos de sumário, está aqui com ajustes, preços e acções desenvolvidas. \*\*\*

Ora bem, eu poderia aqui, só em termos de exemplo, uma declaração abonatória para justificar este trabalho. "Para os devidos efeitos se declara que esta empresa Méritovetorial, Reabilitação e Restauro em Património Arquitectónico, com sede na Rua Timor, Vila Real, realizou para a Direcção dos Serviços de Bens Culturais da Região Cultural do Norte, a empreitada de conservação e restauro da capela de Nossa Senhora da Lapa, em São Mamede de Ribatua, Concelho de Alijó. A obra foi executada num prazo de quarenta e cinco dias. Trata-se de uma obra executada em imóvel histórico não classificado. Face ao seu elevado valor patrimonial, o mau estado de conservação, foi um dos imóveis seleccionados como medida de compensação nos termos do condicionante número cinco e da medida de compensação número cinco da declaração de impacto ambiental do Aproveitamento Hidroelétrico de Foz Tua, projecto de valorização do

*Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2017-04-19*



ASSEMBLEIA  
MUNICIPAL DE

**ALIJÓ**

Deslumbrante Património Natural

6

Património Cultural do Vale do Tua. Mais certifico, a escolha desta empresa obedeceu a critérios, etc., etc., etc.” e assina o Director dos Bens Culturais, Dr. Miguel Rodrigues.

Eu podia fazer um desenvolvimento do interesse, realmente, deste imobiliário religioso, porém, porque é que eu falo? Falo porque é tempo de que o nosso roteiro arquitectónico religioso seja uma referência para o Concelho, porque nós temos aqui no nosso Concelho valores arquitectónicos religiosos de grande qualidade. Podia falar de Perafita, Pópulo. É que esta natureza prende-nos a uma obrigação. Desenvolver o turismo, termos que oferecer algo. E esta capela, que convido todos os presentes a fazer uma visita e observarem como é que uma capela tão degradada, com parasitas e bichos de madeira e etc., em degradação permanente, se torna um valor excepcional, quer em arquitectura e imaginário religioso. Estou a falar de um imobiliário do século XVII e com o retábulo do século XVIII. \*\*\*

Não me prolongo, mas queria agora, finalmente, fazer uma proposta ao nosso Executivo. É tempo de proceder a uma classificação deste património, porque vão-se perdendo no tempo. Eu sei que isto pertence à diocese de Bragança. Não estará muito interessada nesta classificação por razões, depois, de manutenção, mas acho que a Autarquia precisaria de ter esta referência. Não será difícil mantê-la porque está restaurada e é um enriquecimento de que deveremos tirar proveito. Portanto, fica aqui o desafio ao nosso Executivo, ao Senhor Presidente, que é sensível a esta natureza cultural de, não é difícil, fazer um contacto com a Direcção Regional Cultural do Norte, para proceder enfim, a essa classificação. Julgo que não estou a falar em vão, a não ser que já tivesse feito esse pedido e nessa altura, tudo o que disse está errado. Muito obrigado. \*\*\*

**PRESIDENTE DE JUNTA DE FREGUESIA DE VILA VERDE (PS): \*\*\***

Senhora Presidente da Assembleia, Senhores Secretários, Senhores Membros, Senhores Vereadores, Caríssimos Deputados, Caríssimos colegas e público em geral. \*\*\*

Antes de mais eu queria fazer um pedido e ao mesmo tempo um apelo. Como sabem, está a aproximar-se o Dia do Corpo de Deus e o que se passa é que, precisava que o Município desse um arranjo na rua principal, Torcato Magalhães e na Rua do Cabo. Porquê? Porque tem umas covas e as pessoas vêm-se um bocadinho atrapalhadas ao fazer a ornamentação. E como todos nós sabemos e vimos que, aquilo, além do trabalho que exige na colocação das flores, ainda têm aquela parte com buracos que se torna muito mais difícil. \*\*\*

Eu fiz um pedido no ano passado, mais ou menos por esta altura, fi-lo aqui na Assembleia, fi-lo por escrito e, tive que, dois dias antes do Corpo de Deus pôr lá duas pessoas para taparmos os buracos com um bocado de saibro para que as ruas fossem ornamentadas, porque isto não é só chegar lá, ver que é muito bonito e gostar. Há coisas que antecedem para que tudo corra da melhor maneira. \*\*\*

Com respeito à EDP eu queria reforçar aqui, novamente Senhor Presidente, o meu sentido de preocupação e de algum descontentamento. Penso que, talvez não seja, para ser mais rigoroso, totalmente da vossa responsabilidade, o problema da EDP. Continuamos rigorosamente na mesma. Nós temos que pôr um fim a isto, porque eu não estou para ser maltratado inclusive pelo pessoal da EDP. Chegarem ao ponto de dizer que eu sou um chato, que o melhor é levar para lá uma cama e uma mesa e ir para a EDP para fazer reclamações. Eu não estou para isso. \*\*\*

E portanto era um apelo que eu deixava aqui novamente, em sequência da que foi feita na Assembleia Municipal de Fevereiro, para resolvermos de uma vez o problema da EDP. Muito obrigado. \*\*\*

*Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2017-04-19*



ASSEMBLEIA  
MUNICIPAL DE

**ALIJÓ**

Deslumbrante Património Natural

Handwritten signature and the number 7.

**PRESIDENTE DA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE CARLÃO E AMIEIRO. \*\*\***

Exma. Senhora Presidente da Assembleia, Senhores Secretários, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhores Deputados e Público em geral, boa tarde. \*\*\*

A minha intervenção vai no sentido de agradecer a este Executivo o apoio prestado para a realização da Feira dos Produtos da Terra. Agradecer a todos os produtores, que apesar das baixas temperaturas que se fizeram sentir nesse fim-de-semana, não desistiram. E a todos os que por lá passaram para visitar a Feira. \*\*\*

Quero deixar um agradecimento especial a todas as Associações que colaboraram com a Junta de Freguesia de Carlão e Amieiro, nomeadamente ao Grupo de Bombos do Amieiro, a Associação do Franzilhal, o Rancho Folclórico de Carlão, a Banda de Música de Carlão e aos Trilhos da Pala-Pinta, pois sem esta cooperação, a Feira não teria o mesmo sucesso. \*\*\*

Dizer que em 2015 decidi reactivar a Feira dos Produtos da Terra apenas com um sentido, o da união. E consegui, pois a Feira era composta por vinte e seis stands, dos quais dezassete eram produtores e associações da minha Freguesia. Valeu a pena, pois todos juntos somos mais fortes. Tenho dito. \*\*\*

**DEPUTADO ALCEU COSTA (PSD): \*\*\***

Senhora Presidente da Mesa, restante Mesa, Senhor Presidente da Câmara Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados Municipais, Público presente. \*\*\*

Eu ia falar num assunto que o Senhor Deputado Telmo já referiu. A estrada de Cova de Lobos para Cabeda, está num estado miserável, lamentável. E, de facto, já não é o simples tapar de buracos que resolve. Se calhar, algumas intervenções localizadas teriam algum interesse, na medida em que tapar buracos pouco tempo depois voltam ao mesmo. Esta era a primeira parte.

A segunda parte queria congratular-me e felicitar o Executivo pelo excelente trabalho que fez e que está a fazer em Sanfins, quer na Rua dos Anjos, quer na Rua do Celeiro. Um trabalho feito com cabeça, tronco e membros. Um trabalho bem feito, bem estruturado, um trabalho que se adivinha ser duradouro. \*\*\*

A segunda intervenção, que também estão agora a concluir, é de facto a zona ligada ao cemitério novo e é exactamente o mesmo assunto. De facto, está a ser feito um belíssimo trabalho. Um trabalho caro, acredito, mas definitivo. Acho que esta é a melhor forma de trabalhar. Quando se fizer, faça-se pouco, faça-se muito, mas o que se fizer que seja bem feito. Portanto, dou-vos os meus parabéns e é assim que se deve continuar. \*\*\*

**DEPUTADO ANTÓNIO LOUSA (PSD): \*\*\***

Boa tarde a todos. Exma. Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Público em geral. \*\*\*

Eu vou falar um bocadinho de política, porque nós estamos aqui como eleitos políticos. E eu, esta semana, num jornal que assino, vi um comunicado do PSD, onde evidenciava a sua repulsa, pela crítica fácil e tentativa de aproveitamento político. Antes, o Partido Socialista era mau, agora que o indicou para cabeça de lista já é bom. \*\*\*

Nós devíamos ser um bocadinho coerentes quando fazemos estas afirmações políticas. Acho que dignificar a política e não tentar achincalhar, de um lado e de outro, porque eu, felizmente, ou

*Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2017-04-19*



ASSEMBLEIA  
MUNICIPAL DE  
**ALIJÓ**

Deslumbrante Património Natural

Handwritten signature and the number 8.

infelizmente, guardo os manifestos eleitorais do PSD. E tenho aqui um Boletim Informativo, que era escrito pelo mesmo Presidente da Comissão Política do PSD actual. Os Deputados eram o Senhor Carlos Ribeiro, hoje pertence à Comissão Política. Infelizmente, o Senhor Manuel Morais já não existe e o Senhor Professor de Vilar de Maçada, cujo nome não me lembro. O editorial escrito, onde se acusa de falta de transparência, de aproveitamento político, de gincana política era porque, o antigo quinto elemento do PS entrava para a Câmara. Esse elemento, hoje, é o candidato pelo PSD. \*\*\*

Insultava-se, chamava-se-lhe nomes, chamava-se-lhe tudo e hoje é o candidato pelo PSD. As pessoas não têm memória do que escrevem? Eu não estou a inventar nada. Está aqui escrito à minha frente. \*\*\*

Isso é que é rebaixar a política. Se quisermos ir por aí, eu também tenho aqui o que escrevia o Dr. Miguel Rodrigues nos boletins informativos sobre saneamento financeiro da Câmara. Vamos lá ver se elevamos a política. É por isso que daqui a pouco votam 10%, que as pessoas não acreditam. Que andamos todos aqui a enganarmo-nos uns aos outros. Estou a falar isso porque o PSD fez um comunicado, senão não falava. Muito obrigado Senhora Presidente. \*\*\*

**DEPUTADO CLÁUDIO VILELA (PS): \*\*\***

Duas ou três pequenas notas. Uma delas tem a ver com as facturas da água que os Municípes receberam no mês passado, sendo que receberam em casa quatro facturas de água que estavam em atraso para pagar, o que, muitos deles foram surpreendidos, porque não tinham conhecimento, ficaram apenas a ter conhecimento após a recepção das mesmas e que tinham de as pagar. Alguns deles até só ficaram a ter conhecimento pelo banco. \*\*\*

Eu trago aqui um caso concreto de um Municípe que chegou à minha beira e que tinha quatro facturas para pagar de 3.06€, que eram referente às taxas a esses quatro meses que se encontravam em atraso e ele dizia que sempre pagou tudo aquilo que lhe pediram. No caso, ele até pagava por transferência bancária. Portanto, iam buscar ao banco, tinham autorização para isso sempre que era necessário pagar a factura Mas o caso dele foi mais caricato ainda porque, infelizmente, o Senhor vive apenas de uma reforma mínima e a conta do banco nem sempre está muito provisionada. Acontece que, como caíram quatro facturas, que corresponderam a cerca de 12€, eu sei que os valores, para muitos de nós, são irrisórios, mas para outras pessoas são muito válidos não é e teve que pagar, como não tinha provisão na conta, teve que pagar uma taxa administrativa do banco de 30€. \*\*\*

Portanto, acho que devia haver mais cuidado e mais informação nestas situações da água, porque não sei se foi um caso isolado, se houve mais, mas pelo menos este aconteceu e o Municípe acabou por pagar mais taxas administrativas do banco por não ter provisão na conta do que o valor das facturas a pagar. \*\*\*

Relativamente a este assunto houve uma surpresa geral por todo o Concelho, porque as pessoas sempre pagaram aquilo que pediram e no fundo não foram bem esclarecidos do porquê. Inclusive, o aviso que estava publicitado no site do Município era um aviso que estava assinado pelo técnico responsável da área e não pelo político responsável da mesma. Acho que o caso da facturação e qualquer caso que seja assumido pela Câmara Municipal deve ter uma assinatura pela pessoa que representa o Pelouro, ou seja, ter um cariz político para o mesmo. Deve assumir a mesma situação. \*\*\*

*Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2017-04-19*



ASSEMBLEIA  
MUNICIPAL DE  
**ALIJÓ**

Deslumbrante Património Natural

Red  
9  
17

Depois, e porque eu tenho ficado sem algumas respostas nesta Assembleia e não só eu, várias pessoas, vou-me reportar à acta da passada sessão, onde o caro colega António José Lousa fez algumas perguntas que não teve resposta e eu vou passar a fazer novamente e que tem a ver com o saneamento da Chã, as obras em Favaios, que não estavam bem feitas, inclusive aquela guia está muito saliente, o paralelo está muito ondulado. Primeiro faz-se a calçada e depois as condutas das águas. O caminho de Castedo – São Mamede, o caminho de Sanfins ao Marco. ..Não vou descrever pormenorizadamente porque toda a gente já sabe o que é. As únicas respostas que lhe foram dadas são que isso não era verdade, que, às vezes, os Municípes enganavam os Deputados. Eu passo a dizer que eu fui ao local verificar estas obras e tudo o que o Senhor Deputado disse é a pura das verdades. Portanto, eu também confirmo que aquilo que ele disse é verdade. \*

Acho que quando os Deputados apresentam aqui alguma coisa não é criticar apenas por criticar. É porque pretendem uma resolução e uma solução para os problemas dos Municípes. Era só, muito obrigado.

**DEPUTADA GLÓRIA VEIGA (PSD): \*\*\***

Muito boa tarde Senhora Presidente da Assembleia, Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhores Deputados Municipais, Público em geral. \*\*\*

A minha intervenção vai no sentido de pedir a este Executivo que, se possível, coloquem umas lombas, no estilo das que estão a fazer aqui na Avenida, na rua em Favaios que vem de Sanfins até aos semáforos. É uma estrada que tem um parque infantil, atravessam as crianças da escola junto à adega, tem em cima outra passadeira e os carros circulam a uma velocidade estonteante, às vezes. Parece impossível como, dentro de uma população, já aconteceram vários casos, ainda não aconteceu nada de mais grave, por acaso. Acho que o ideal seria mesmo porem umas passadeiras como as que estão a ser colocadas agora na Avenida, porque ao mesmo tempo que são passadeiras servem de lomba. Era só isso. \*\*\*

**PRESIDENTE DA MESA** deu novamente a palavra ao Senhor Deputado António Lousa para direito de resposta. \*\*\*

**DEPUTADO ANTÓNIO LOUSA (PSD): \*\*\***

Senhor Deputado agradeço a sua intervenção, mas eu não preciso que me defendam, felizmente sei-me defender muito bem. Obrigado pela intervenção. \*\*\*

**PRESIDENTE DA MESA** deu a palavra ao Senhor Deputado Cláudio Vilela para direito de resposta. \*\*\*

**DEPUTADO CLÁUDIO VILELA (PS): \*\*\***

Senhor Deputado não foi essa a minha intenção. Se entendeu como tal, peço desculpa. Eu frisei bem, inclusive eu próprio fiquei sem algumas respostas nesta Assembleia e é um cenário recorrente. Era só isso. \*\*\*

**PRESIDENTE DA MESA** deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara. \*\*\*

**PRESIDENTE DA CÂMARA: \*\*\***

Boa tarde Senhora Presidente, Senhores Secretários da Mesa, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Senhores Presidentes de Junta, Público em geral. \*\*\*

*Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2017-04-19*



ASSEMBLEIA  
MUNICIPAL DE

**ALIJÓ**

Deslumbrante Património Natural

10

Vou então passar revista às intervenções e, dentro do possível, tentar responder de uma forma cronológica com a intervenção. \*\*\*

Senhor Deputado Luís Lameiras tem toda a razão quando diz que é absolutamente lamentável, pois é do terceiro mundo o que se passa com o Auditório. Desde 20 de Agosto do ano passado que estamos a pedir o licenciamento. As obras físicas estão concluídas. Tenho de lhe repetir a mesma coisa. É absolutamente lamentável. Já vieram aqui e nem sequer ainda produziram o relatório da vistoria prévia ao edifício. As vezes fica-me aqui uma suspeita que alguma coisa mais esteja por trás. Porque é que Alijó está esquecida desde 20 de Agosto, com as obras feitas? É terceiro-mundista a forma como nos tratam, tem razão. \*\*\*

Quanto ao turismo e falou na BTL de Lisboa. Como sabe é um acontecimento, talvez o acontecimento mais importante de turismo do país. Um acontecimento caro. Como sabe, cada representação lá são quatro mil euros e depois é preciso ter os Municípios preparados para a oferta. Infelizmente, nós não temos o nosso Município ainda preparado para irmos fazer oferta turística à BTL, correndo o risco de passarmos por miseráveis, por um território miserável. Vão-nos perguntar, têm isto, têm aquilo, ainda não temos. Carrazeda está lá há três anos. Geriu muito bem nos últimos dez anos e teve dinheiro para fazer infraestruturas. Nós ainda não. \*\*\*

Portanto, é um risco muito grande querer dar um passo maior do que é possível. Não vamos logo aos globos de ouro, vamos a outros acontecimentos de divulgação turística mais condizentes com o nosso estado de desenvolvimento turístico. \*\*\*

Senhor Deputado Telmo, efectivamente esta estrada de Sanfins do Douro – Cabeda é lamentável. Como sabe é um caminho agrícola também. Nunca foi estrada nem Municipal nem nada. Foi construída como caminho agrícola, com determinadas características, inclusive para não circularem veículos pesados. É proibido, mas continuam sempre e muito bem, porque não há outra maneira de aproximar as duas terras. Está em previsão, está em orçamento a intervenção, o mais rápido possível, mas depois, o Senhor Eng.ª José Paredes falará nisso com mais propriedade. \*\*\*

D.ª Filomena Nogueira, muito boa tarde. Eu vou deixar estas respostas para o Senhor Eng.º Paredes. Se não se importa não vou falar do que sei pouco. \*\*\*

Caro Deputado Laureano, muito obrigado pelas suas palavras mais uma vez e queria-lhe lembrar que a intervenção que foi feita na Capela da Senhora da Lapa foi feita a meu pedido. Troquei a intervenção na ponte, que achei que não era tão especializada, qualquer artista a poderia fazer, por uma que era extremamente especializada. \*\*\*

Fico contente que já tenha visitado pois, a Direcção Regional de Cultura do Norte ainda não me convidou para ir visitar a capela que foi feita por minha intervenção, de uma reunião aqui que troquei uma coisa por outra. Fazia mais sentido. Eu conhecia a Capela da Senhora da Lapa. Não sendo um entendido arquitectonicamente, no que estava ali, mas sabia que estava algo de muito valor e foi possível fazer essa troca. \*\*\*

Não houve ainda a gentileza por parte da Direcção Regional da Cultura do Norte para a visita à capela. Espero que brevemente, se calhar numa missa qualquer eu a possa visitar. \*\*\*

Quanto à possibilidade de classificarmos o património, pois temos que começar a classificar bastante património pelo Concelho, porque ele existe. Estamos a falar de património religioso. Vamos ter Perafita que vai ficar um património importantíssimo. Temos a Senhora do Pópulo, que é também um ex-libris e temos que realmente pedir a classificação de, pelo menos, três lugares.

*Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2017-04-19*



ASSEMBLEIA  
MUNICIPAL DE  
**ALIJO**

Deslumbrante Património Natural

lll  
11  
of

Não sei como é que a Direcção Regional se vai portar. Não sei como é que a diocese de Bragança se vai portar. Está registado, vamos ver como é que esse caminho se faz. \*\*\*

Senhor Deputado Domingos, efectivamente o Corpo de Deus é um acontecimento que nós temos que evidenciar no nosso concelho e, nomeadamente, na sede da Freguesia. É demasiado bonito para nos passar ao lado. Eu tenho tido oportunidade de ir lá, umas vezes mais tarde ou mais cedo mas tenho sempre oportunidade de ir lá. \*\*\*

Relativamente ao pedido que faz, estamos a mês e meio, mais ou menos, então ainda será possível, que eu quero-lhe recordar que no ano passado pedi verbalmente com dois dias de antecedência. Eu tenho assente isso. E era impossível. Procurámos o ofício por todo o lado e não apareceu ofício nenhum aqui na Câmara. Já no ano passado lhe pedi isso. Eu gostava de saber se houve uma falha, onde falhou? Como é que entra aqui um requerimento, um pedido e não me chega? Se não chegar à minha mão, chega a um Chefe de Divisão, chega a um encarregado, chega a alguém, não é? \*\*\*

Quanto a essa reparação acho bem e até devíamos, se calhar, trabalhar com mais tempo, a ver se a televisão dava uma evidência maior ao acontecimento do Corpo de Deus e se publicitávamos porque aquilo tem tanta arte, que está muito para além da questão religiosa. Eu acho que quem gosta de decoração, quem gosta de trabalhar com flores, com natureza, aquilo é mesmo uma demonstração, um expoente máximo da natureza trabalhada no chão e acho que devemos publicitar de forma a termos outro tipo de visitas, não só de carater religioso. \*\*\*

A EDP. Sabe o que é que aconteceu há um mês, aqui com a EDP? Mais uma vez eu não assinei um protocolo para integração de umas cláusulas. Veio cá o Director de Vila Real e eu não assinei. Veio cá o Director do Porto e eu disse "muito bem, eu assino, mas quero primeiro isto, isto e isto". Não assinei. Ao outro dia telefonou-me a informar que já estava composto e que eu poderia verificar. Verifiquei que assim era e telefonei-lhe a dizer que assinava. \*\*\*

O que se passou aqui e foi com alguma centralidade, no Município, isto aconteceu, passa-se pelo Concelho todo, não nos ligam, tratam-nos mal. Já sabe que eu suspendi por duas vezes o pagamento à EDP. Vila Verde e como o Senhor está lá em Vila Real e têm-nos ali ao lado... Como sabe o Eng.º Alcino já não está lá, portanto já não é esse o nosso interlocutor. Ficou de vir aqui para conhecer o Município de Alijó, para ver as carências, mas só ficou de vir, não veio. Se agora telefonarmos para lá, não sei a quem me hei-de dirigir. De qualquer forma aguardo que alguém nos faça uma visita e que o próximo Director nos trate melhor. \*\*\*

Senhora Deputada Sónia Pinheiro foi um acontecimento muito bom. Gostei que a feira cresceu. A feira teve muito mais entusiasmo. Valeu a pena ter retomado há dois anos este evento. Acho que vai marcar de uma vez por todas aquele tempo em Carlão. Que vai continuar, da parte do Município só temos que agradecer que haja alguém com essa determinação e que meta os pés ao caminho e promova o evento. Muito obrigado. \*\*\*

E aproveito aqui também para agradecer ao Senhor Presidente da Junta de Pegarinhos, que também pegou num evento, que há dois anos lhe lancei o desafio sobre a amêndoa que ele agarrou e muito bem. Também tenho que referenciar que correu muito melhor. Esteve com mais entusiasmo, mais brilho e é um acontecimento que nunca mais pode deixar de acontecer. Estou convencido que já marcou também um sítio e um produto, a amêndoa de Pegarinhos. \*\*\*

*Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2017-04-19*



ASSEMBLEIA  
MUNICIPAL DE

**ALIJÓ**

Deslumbrante Património Natural

12  
g  
a

Senhor Alceu Costa, a estrada de Cabeda é lamentável. Eu também passo lá muitas vezes. Agora até já fujo um bocadinho passar por lá, mas usei-a muitas vezes, não com transporte de pesados, mas em ligeiros usei-a muitas vezes. Está em orçamento, vai de imediato. \*\*\*

Quantos às obras de Sanfins do Douro, muito obrigado por reparar na qualidade com que elas estão a ser feitas. Foi nosso princípio mexer só uma vez, fazer bem feito. Demora mais, custa mais, mas são obras que ficam para sempre. E o que disse, mais vale fazer pouco e bem. Não é fazer pouco. É que só podemos fazer o que podemos fazer, mas o que estamos a fazer estamos a tentar fazer bastante bem. \*\*\*

Caro Deputado Lousa, relativamente à sua intervenção, não vou pronunciar-me. É política. Eu estou aqui na qualidade de Presidente da Câmara do Município de Alijó. Presidente de todos os Municípios. Não de político. \*\*\*

Deputado Cláudio vou deixar as questões que pôs ao Senhor Eng.º Paredes responder, está bem?

Deputada Glória Veiga, as lombas em Favaios fazem todo o sentido. O que nos tinham falado era apenas para pintar o chão. Mas se realmente essa intervenção puder ter um duplo efeito, que é abrandar os carros e marcar uma zona de passagem dos peões, pois será feita com as lombas. Aliás faz todo o sentido. O parque, a adega, os bombeiros, a escola e, realmente, acelera-se ali um bocado. Quero recordar que há muitos anos morreu lá um amigo nosso. Espero que isso não volte a acontecer. Vamos ver rapidamente o que se pode fazer. \*\*\*

**PRESIDENTE DA MESA** deu a palavra ao Senhor Vice-presidente para responder às questões colocadas. \*\*\*

**VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA:** \*\*\*

Muito obrigado Senhora Presidente da Mesa, Excelentíssimos Secretários, Senhor Presidente de Câmara, Excelentíssimos Senhores Vereadores, Excelentíssimos Senhores Deputados, minhas Senhoras e meus Senhores, muito boa tarde a todos. \*\*\*

Vou reter-me, inicialmente, na questão colocada pelo Senhor Deputado Telmo Pinto relativamente ao estado de conservação da estrada que liga Sanfins a Cabeda, por Cova de Lobos. Como o Senhor Presidente disse, e bem, é um caminho agrícola, foi preparada para caminho agrícola, não para estrada municipal sequer e portanto, com fortes condicionantes em termos de trânsito e é verdade que o seu estado de conservação é mau. Deixa muito a desejar. \*\*\*

Essa contratação, temo-la já há bastante tempo. Devo dizer-lhe que temos um projecto prontinho para arrancar de imediato. Aliás, este projecto não estava criado em PPI e, por isso, está incluído nesta revisão que hoje vamos aqui votar. É uma verba que rondará, se a memória não me falha, cerca de cento e quarenta mil euros e é uma intervenção que prevê exactamente uma drenagem eficiente da plataforma, prevê um tapete com seis centímetros de massa betuminosa, prevê uma conduta de água potável porque, como sabem, Cova de Lobos não tem água da rede, água potável, no troço em que a estrada vai ser intervencionada. Para já não ficará imediatamente dotada de água da rede, mas no troço em que a estrada vai ser intervencionada vai ser já colocada uma conduta de água e liga, efectivamente, Cova de Lobos a Cabeda. Portanto, arrancará o procedimento concursal de imediato e a obra logo que termine o processo concursal. \*\*\*

Relativamente às questões colocadas pela Senhora Deputada e Presidente de Junta Filomena Nogueira, devo dizer-lhe que não tinha referenciada qualquer intervenção no Largo da Capela na

*Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2017-04-19*



ASSEMBLEIA  
MUNICIPAL DE  
**ALIJÓ**

Deslumbrante Património Natural

13  
g

Rapadoura. Também não me tinha ainda sido solicitada nem comunicada, mas registo e vamos trabalhar para que isso seja possível. \*\*\*

Relativamente às fossas públicas na povoação do Pópulo eu tenho conhecimento da situação. Sei inclusive que a proprietária cede o terreno adjacente às actuais fossas para que possamos resolver o problema e ele vai ser resolvido brevemente. A questão é só saber se será com uma mini ETAR, uma ETAR compacta, se com umas novas fossas, mas sobredimensionadas para que possam acomodar o tratamento deste efluente durante um longo período de tempo. \*\*\*

Relativamente ao saneamento da povoação de Casas da Estrada, não quero mentir-lhe Senhora Presidente, mas julgo também que está como projecto específico nesta revisão orçamental. Portanto, é para avançar. \*\*\*

Relativamente às não respostas que aqui foram referidas pelo Senhor Deputado Cláudio Vilela, eu anotei aqui apenas duas, não tive rapidez suficiente para anotar todos os exemplos que aí deu, mas eu queria-lhe dizer o seguinte Senhor Deputado, a si e provavelmente a outros Senhores Deputados a quem eu possa ter falhado na resposta. Eu procuro, na medida do possível, responder a todas as questões que são aqui colocadas e que têm a ver com os Pelouros que me estão delegados. Admito perfeitamente e já tive humildade suficiente, noutras situações, quando não sei responder dizer que não sei, que me vou informar e mais tarde responderei. Poderei tê-lo feito. Da parte que me toca devo-lhe dizer isto, poderei tê-lo feito. Admito que em algum momento poderei não ter respondido a todas as questões levantadas, mas só por esquecimento, como deverá compreender. \*\*\*

Os dois exemplos concretos que referiu, o saneamento na Chã, que é um troço que ainda não está, onde efectivamente ainda não tem saneamento e relativamente ao caminho, também é um caminho agrícola que liga a estrada Municipal do Castedo a São Mamede de Ribatua, julgo que era esse a que se estaria a referir. Eu respondi a esta questão, julgo eu, na anterior sessão da assembleia Municipal. \*\*\*

Relativamente ao saneamento na Chã é verdade. Ainda há um troço, para Norte da povoação da Chã que não tem saneamento, ou melhor, não tem colector para os esgotos, porque há uma rede que eu ainda não consegui perceber muito bem se é clandestina, permitam-me o uso desta expressão, que existe, não há o colector final deste efluente. Eu tive oportunidade de pessoalmente e no momento de alguma privacidade, dizer ao Senhor Deputado António José Lousa, que esta situação está equacionada e quero resolvê-la tão breve quanto possível. Ainda não houve possibilidade, mas é para resolver. \*\*\*

Relativamente às facturas da água eu queria dizer o seguinte. Se bem se recordam, numa sessão da Assembleia Municipal, algures ali pelo fim de 2016 e tenho tão presente como se fosse agora, o Senhor Deputado Laureano Ribatua levantou aqui este assunto. Não nestes exatos termos, mas tinha a ver com o seguinte. Não se percebia e como ele, muitos outros Municípios, não percebiam porque é que a facturação andava atrasada relativamente à leitura. E andava, efectivamente, bastante atrasada. \*\*\*

Uma sucessão de pequenos atrasos gerou um atraso de três meses na facturação. Isto foi ao longo dos anos. Isto teve a ver, fundamentalmente, com uma situação muito concreta, que está perfeitamente identificada. Tem a ver com a falta de recursos humanos para fazerem as leituras e para fazerem a cobrança. Eles não conseguem, todos os meses, fazer a leitura e fazer a cobrança em todo o Concelho. Portanto, das duas uma, ou fazem as leituras ou fazem as cobranças. Isto

*Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2017-04-19*



ASSEMBLEIA  
MUNICIPAL DE  
**ALIJÓ**

Deslumbrante Património Natural

14  
92

foi gerando atrasos. Esse atraso resultou num atraso global de três meses de facturação e as pessoas questionavam-me, então como é que o leitor cobrador esteve lá no mês passado e leu, vamos imaginar, 1000m<sup>3</sup>, consumo total e a factura vem com três meses de atraso e com o mesmo total global de mil metros. Então será que eu ainda vou voltar a pagar esta água? Então o leitor esteve lá em Janeiro e vem com a acta de Outubro, como é que isso é possível? \*\*\*

Era efectivamente um atraso na facturação, ou seja, num ano normal não houve a emissão de doze facturas. Não digo que num ano houvesse o atraso de três, mas ao longo de vários anos gerou-se um atraso na emissão de três facturas e era preciso regularizar esta situação. \*\*\*

A questão, como eu disse aqui, na altura foi colocada à Entidade Reguladora e a Entidade Reguladora, que às vezes é muito célere a resolver problemas quando tem a ver com a gestão em alta, designadamente para prejudicar, até, os consumidores, mas nesta questão nunca se pronunciou verdadeiramente. E chegámos a uma altura que não sabíamos muito bem como resolver a situação. Nós tínhamos uma ideia, mas não sabíamos se devíamos ou poderíamos avançar com ela. O que é certo é que esta questão tinha que ser resolvida. \*\*\*

Fizemos uma carta que mandamos aos Senhores Párcos, para que fosse lida na missa, pusemos no site da Câmara, explicar o motivo do atraso. E porque é que a cartinha que as pessoas receberam em casa continha quatro facturas? Uma das facturas era a factura do mês, com os consumos e três facturas recibo diziam apenas respeito às taxas fixas correspondentes aos três meses de facturação em atraso. Tínhamos que acertar. \*\*\*

A partir de agora haverá apenas uma factura mensal. Quando não houver possibilidade de se fazer a leitura no Concelho todo, faremos por estimativa, mas haverá sempre uma factura mensal.

Sei que criei aqui alguns constrangimentos às pessoas, designadamente no que diz respeito ao pagamento dessas facturas ao balcão da Câmara. Nós já pedimos e já temos em nossa posse, uma proposta dos CTT, que noutros Municípios prestam este tipo de serviço, que inclui a leitura dos consumos, porque eles têm homens no terreno, inclui a facturação e inclui a cobrança. Cobrança, desde logo através da referência multibanco, que já está a ser usada, aos balcões dos CTT, que neste momento são nove no nosso Concelho e nos terminais payshop, que são uns oito, salvo erro. Alarga-se, de forma muito substancial a possibilidade de as pessoas pagarem as suas facturas. Em muitos poucos casos haverá a necessidade de se dirigirem ao balcão da Câmara e penso que por esta via a situação ficará definitivamente regularizada e resolvida. \*\*\*

Queria, no mais curto de espaço de tempo possível que esta solução fosse efectivamente implementada no terreno. Vamos ver se já em maio será possível, mas faremos tudo para que seja. \*\*\*

**PRESIDENTE DA MESA** abriu novo período de intervenção, tendo-se inscrito os Senhores Deputados Luís Lameiras e a Senhora Presidente da União de Freguesias do Pópulo e Ribalonga. Deu a palavra ao Senhor Deputado Luís Lameiras. \*\*\*

**DEPUTADO LUÍS LAMEIRAS (PS):** \*\*\*

Queria dizer que, efectivamente, o Senhor Presidente quando vai responder às questões colocadas, e a mim em particular, ou não responde ou então é muito lacónico. Então, no que diz respeito ao Auditório, disse-me que desde Agosto que ainda não conseguiram obter a licença de espectáculo. Pois bem, numa sessão desta Assembleia Municipal, foi aqui distribuído, por cada um dos Senhores Deputados, uma cópia da licença caducada em 2013. Fazendo as contas, desde

*Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2017-04-19*



ASSEMBLEIA  
MUNICIPAL DE  
**ALIJÓ**

Deslumbrante Património Natural

15  
G.S.

2013, a 19 de abril de 2017 já lá vão quatro anos. Em quase quatro anos ainda não tiveram tempo de obter uma licença válida para a realização de espetáculos? \*\*\*

Primeiro eram as obras, agora é a licença. Aquilo que me parece, de facto, é que os Senhores não têm vontade nenhuma em o reabrir, porque têm um desprezo total pela cultura. \*\*\*

No que diz respeito ao turismo, quer dizer, a resposta que o Senhor Presidente aqui nos deu, eu quase me atrevera a dizer que foi uma resposta para crianças ouvirem. Diz que fica caro participar na Bolsa de Turismo de Lisboa, quatro mil euros, segundo aquilo que disse. Quatro mil euros é uma quantia irrisória para um assunto de tanta importância como é o turismo. \*\*\*

Diz que o Município ainda não está preparado para um evento dessa natureza porque não se criaram as condições para o efeito. Pois não, não criaram, com certeza que não criaram. E porque é que não criaram? Porque este Executivo tem sido de um laxismo extremo no que diz respeito a esta e outras matérias. \*\*\*

Eu falei aqui tantas vezes do Posto de Turismo do Pinhão, o que é que fizeram relativamente a isso? Quer dizer, o turismo no Pinhão é aquilo que toda a gente sabe. É um mundo, passe a expressão. O que é que fizeram relativamente a essa matéria? \*\*\*

Falei-lhe, numa das sessões, em relação àquilo que fez Carrazeda de Ansiães, a esse respeito. A porta de entrada de Carrazeda de Ansiães no Vale do Tua foi na decorrência deste mandato. Então, porque é que o Executivo do PSD nada fez a esse respeito? São questões pertinentes. E fico-me por aqui Senhor Presidente. \*\*\*

**PRESIDENTE DA UNIÃO DE FREGUESIAS DE PÓPULO E RIBALONGA (PS):** \*\*\*

É só para dizer que me satisfaz o facto de ter tido uma resposta positiva por parte do Executivo Municipal em algumas obras que eu tenho aqui solicitado. Muito obrigada. \*\*\*

**PRESIDENTE DA MESA** questionou se alguém do Público gostaria de intervir na reunião. Não havendo inscrições introduziu o ponto um da ordem do dia: *Exposição do Senhor Presidente da Câmara – Apreciação, nos termos da alínea c) n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12/09.* Deu a palavra ao Senhor Presidente para apresentar o ponto.

**PRESIDENTE DA CÂMARA:** \*\*\*

De acordo com o artigo 35.º, determinado pela Lei 75/2013, vem este Executivo apresentar um relatório de atividades do período compreendido entre fevereiro e abril. \*\*\*

Aqui está sintetizado todas as actividades que as diversas Unidades Orgânicas tiveram e todo o trabalho que o Executivo teve. Aqui está sintetizado. Lê-lo, os Senhores, com certeza, já o leram. Estou disponível para qualquer esclarecimento, ou eu, ou alguém que necessite de prestar esse esclarecimento. \*\*\*

**PRESIDENTE DA MESA** abriu inscrições para este ponto da ordem do dia, tendo-se inscrito os Senhores Deputados Telmo Pinto, Luís Lameiras, Alceu Costa, Cláudio Vilela, António Lousa e Glória Veiga. Deu a palavra ao Senhor Deputado Telmo Pinto. \*\*\*

**DEPUTADO TELMO PINTO (PS):** \*\*\*

Uma breve nota só sobre este documento que tem a ver com o seguinte. Acho que o seu conteúdo é de tal forma minucioso que eu acho, e isto é uma crítica objectiva, acho que banaliza o documento. E digo isto porque às vezes pudemo-nos confundir com um documento emitido por

*Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2017-04-19*



ASSEMBLEIA  
MUNICIPAL DE

**ALIJÓ**

Deslumbrante Património Natural

16  
as

um ou por uma Senhora Presidente de Junta deste Concelho. E isto porquê? Porque além da informação que é emitida através deste documento, ela é tão criteriosa que acaba por dispersar a pessoa que possa ler este documento e posso dar alguns exemplos, mas um deles é poda de árvores, limpeza de árvores, remoção de folhas, ou seja, a mesma acção tem aqui três itens. Não sei se é intenção do Executivo apresentar um documento extenso e com muitas páginas, ou enumerar uma série de acções com o intuito de preencher muitas páginas e com isso dizer que há uma dinâmica e uma acção muito grande deste Executivo ou, quem o faz, se calhar vai àquilo que para nós, entendemos que não deveria constar neste documento, inclusivamente, limpeza de um armazém. Quer dizer, limpeza de um armazém, aparecer aqui, porventura irão aparecer no futuro mais acções e que se calhar não se justificariam, no nosso entender. Tenho dito. \*\*\*

**DEPUTADO LUÍS LAMEIRAS (PS): \*\*\***

Relativamente a esta questão do ponto um, eu só quero ressaltar aqui um aspecto e que tem a ver com o seguinte. Pelo menos, por aquilo que me foi dado a perceber, através do documento, não é mencionada qualquer actividade no que diz respeito à Carrinha Sol. Ora, já há algumas exposições de sessões anteriores isso acontecia e eu tinha aqui referido, porque era um facto constatado de que quase que era nula a actividade dessa carrinha. Por um lado, quero reiterar aqui que ainda bem que não há grande intervenção, isso é sinal de que as pessoas afinal não terão tanta necessidade como isso. Mas, queria também, por outro lado, enfatizar aqui a questão da Carrinha Sol. Quer dizer, gastaram milhares de euros numa Carrinha Sol e eu já o referi aqui várias vezes, gastaram milhares de euros na Carrinha Sol, propagandearam por tudo quanto é sítio, imprensa, redes sociais, etc., afinal de contas, quer dizer, foi um investimento reiteradamente mal feito. Foi um péssimo investimento, porque não se justificava nem o investimento na carrinha, nem a propaganda que têm realizado a este respeito. E terminei. \*\*\*

**DEPUTADO ALCEU COSTA (PSD): \*\*\***

Li com atenção o documento, como sempre faço. De facto, não vou falar de actividades concretamente, na medida em que a relação é de facto extensa, são muitas e pronto e só não vê mesmo quem não quer ver. \*\*\*

No caso concreto, e eu peço desculpa ao Deputado Luís Lameiras por me referir àquele comentário que ele fez agora, no caso concreto da Carrinha Sol, vêm aí referidas duas actividades, mas estou plenamente de acordo com ele, que poderia ser muito mais rentabilizada. Eu penso que continua a falhar aquilo que já disse aqui mais do que uma vez. É, de facto, a comunicação. Acho que os Senhores Presidentes de Junta deveriam colaborar nisso com a Câmara, para divulgar mais a existência deste meio, que tão útil pode ser, sobretudo aos mais necessitados. \*\*\*

Depois, como disse, registo com agrado o documento. Vejo que não há pagamentos em atraso. Não se fala em prazos de pagamento, porque esse assunto já ultrapassou, já não existe, não se justifica, não se põe. Vejo que já está totalmente liquidado, também já sabíamos, o empréstimo do PAEL, que nos permitiu sair do excesso de endividamento, embora este desagrade muito a certa oposição, mas permite contrair empréstimos para pagar outros com maiores encargos e nisto, por aquilo que eu vi, no decorrer da Assembleia, acho que é consensual. \*\*\*

Fala também do turismo. No turismo, continuo a concordar, em muito, com o Deputado Luís Lameiras, o turismo é um pouco o calcanhar de Aquiles, porque se o nosso Concelho tem como futuro a agricultura e o turismo, nós tínhamo-nos que unir muito mais. Somos pessoas adultas, devíamos dar um sinal dessa nossa maturidade. Este assunto, como outros, mereceriam que

*Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2017-04-19*



ASSEMBLEIA  
MUNICIPAL DE  
**ALIJÓ**

Deslumbrante Património Natural

17  
17

todos nos uníssemos de uma forma consensual, a tentar estudar e decidir este problema como algo de fundamental para o desenvolvimento do Concelho, longe de tricas políticas, longe de acusações de uns para os outros. Devíamos juntar-nos e a Senhora Presidente falhou aquele programado encontro para se definir o futuro deste Concelho. Não é agora que estamos quase que em fim de mandato que vamos pensar nisso, mas quem cá ficar que pense seriamente nisto, logo nas primeiras reuniões, definir o futuro do Concelho fora das tricas e das quezílias políticas. É fundamental e digo-vos mais, será o verdadeiro testemunho, será a verdadeira herança que nós podemos deixar aos nossos filhos e aos nossos netos. \*\*\*

Terminaria, ainda a propósito disto, de resto está muito na mesma linha, fala da procura de investidores. É outro assunto que nós nos devíamos mudar todos. Procurar definir qual é a melhor estratégia para conseguirmos atrair investimento e investidores, porque sem investimento e sem investidores o Concelho não vai a lado nenhum, não tenham dúvidas. Muito obrigado. \*\*\*

**DEPUTADO CLÁUDIO VILELA (PS): \*\*\***

Vou falar sobre a página 25, o ponto quatro, relativo aos jardins municipais. Algumas linhas abaixo tem o arranjo da cobertura da escola primária de Pegarinhos. Relativamente a isto ia lembrar aqui um pouco, um debate que já aconteceu aqui no passado, no início do mandato, sobre a cobertura de fibrocimento na escola primária de Pegarinhos, que poderia, ou não, conter amianto. Na altura havia um programa do Governo para a sua substituição. Entretanto, penso que já abriu outro novamente há pouco tempo e a minha pergunta é: este arranjo na cobertura da escola primária de Pegarinhos já tem alguma coisa a ver com a substituição da cobertura de fibrocimento, ou estão a pensar candidatá-la? E porque é que este debate já foi aqui no início do mandato, já se esclareceu que havia a possibilidade, ou não daquela cobertura conter amianto e naqueles casos o Governo previa a sua substituição através de contratos programa e porque é que até hoje, já foram abertos seguramente dois, no mínimo e ainda não foi aproveitado para tal substituição. Muito obrigado. \*\*\*

**DEPUTADO ANTÓNIO LOUSA (PSD): \*\*\***

Estive a ler e chama-me sempre à atenção, porque foi dada uma ênfase logo no princípio do mandato aos processos que esta Câmara tinha e, logo no primeiro do Higinio Pinheiro diz, foi proferida sentença final, um milhão e quinhentos e cinquenta mil euros. Gostava de saber qual foi o seguimento disto. Se foi sentença final, eu não sou jurista, não sei quais são os passos seguintes. \*\*\*

Outra coisa que me tem chamado à atenção muitas vezes, neste documento que entrega a Câmara, é sobre os bairros sociais. Eu acho que quem vive nos bairros sociais é porque precisa e vive nos bairros sociais. Mas, sistematicamente, quando eu leio isto, vejo que há zonas que não pagam. Simplesmente não pagam. Uns pagam e outros não pagam. Se vivem todos em bairros sociais, acho, não sei qual é a matriz para lhes dar a renda, mas se uns podem, os outros também podem, porque acho que é uma discriminação uns pagar e outros não pagar e, sistematicamente, estive a analisá-los todos deste mandato e são sempre as mesmas zonas que não pagam. Não acontece nada? É trivial não pagar? Porque é que isto existe? Se há zonas que nunca estiveram em cumprimento e outra estão sistematicamente em cumprimento. \*\*\*

Eu não tenho nada contra algumas aldeias, mas está aqui uma, nem vou dizer o nome, tem seis fogos, cinco não pagam. Porquê? Há outros que têm doze e os doze pagam. Porquê esta dualidade de critérios? Agradecia que me respondessem, muito obrigado. \*\*\*

*Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2017-04-19*



ASSEMBLEIA  
MUNICIPAL DE  
**ALIJÓ**

Deslumbrante Património Natural

18  
of

**DEPUTADA GLÓRIA VEIGA (PSD): \*\*\***

A minha intervenção vai no sentido de dar os parabéns ao Executivo por ter conseguido cumprir uma promessa que tinha feito. Conseguiu reequilibrar as finanças da Câmara. Saímos do excesso de endividamento, pagámos o PAEL e com isso, vão conseguir fazer um empréstimo que vai permitir o reequilíbrio financeiro e que vai dar, pela primeira vez, após quatro anos, a total autonomia da Câmara. Uma Câmara, para fazer coisas, precisa de autonomia. Não pode estar constantemente a precisar dos vistos e das aprovações de outras entidades. \*\*\*

É muito fácil dizer que deveriam ter feito mais, mas primeiro é necessário arrumar as finanças da casa. Isso foi conseguido. E por isso, Senhor Presidente, Executivo, dou-vos os parabéns, porque conseguiram libertar o Concelho da dívida que nós tínhamos. \*\*\*

Queria também dizer, a partir daqui, então sim, agora venham os investimentos. Pode-se pensar noutras coisas, podemos ter outras soluções, mas só depois da casa arrumada é que se consegue fazer isso. Isto é muito importante. Parece que as pessoas acham que as coisas caem do céu, mas as coisas não caem do céu. Foi preciso muito trabalho e muita dedicação para ter conseguido fazer o que este Executivo fez. Pagar estes empréstimos não foi fácil para o Concelho. Ainda assim conseguiram fazer muitas obras e eu pergunto: como é que foi possível deixar sem financiamentos, deixar o Concelho no estado em que o encontramos? \*\*\*

**PRESIDENTE DA MESA** deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara. \*\*\*

**PRESIDENTE DA CÂMARA: \*\*\***

Senhor Deputado Luís Lameiras pois, se calhar, eu serei lacónico na forma de comunicar, mas a verdade é que eu tomei posse a vinte de Outubro de 2013, no Auditório sem licenciamento. Desconhecia. Só tive esse conhecimento quando aquilo claudicou. É que fomos à procura e não tinha licenciamento. \*\*\*

Caro Deputado Telmo Pinto, como sabe, primeiro faz-se a poda e depois apanham-se as vides. São dois pagamentos separados. Eu, ainda hoje, antes de vir para aqui, fui pagar às Senhoras que andaram a apanhar as vides durante duas semanas, porque a poda já a fiz há um mês e meio. Portanto, isto é lógico. É mais que lógico. Primeiro poda-se e depois apanha-se, portanto é natural que apareçam duas despesas. Eu registo na minha contabilidade agrícola duas despesas. Aqui, no Município, também são duas despesas, ficam assim registadas. \*\*\*

A Carrinha Sol ultimamente tem sido bastante activa porque, finalmente, conseguimos recursos humanos para andar com ela e conseguimos que algumas juntas colaborassem connosco indicando as necessidades. Algumas ainda não estão para aí viradas, outras estão e estão a indicar. Está com uma actividade até bastante interessante. Não sei se vamos conseguir manter.

Quanto ao dinheiro que se gastou com ela, nunca é demais gastar com ferramentas para cuidar da vida das pessoas. Demais é quando se gasta sem saber em quê. Temos essa ferramenta e vamos continuar a usá-la. \*\*\*

Senhor Alceu Costa, o investimento, eu gostei muito de o ouvir falar no turismo e na agricultura. Efectivamente, o turismo será a nossa segunda vindima e aliás, se calhar, mais proveitosa, com menos mão-de-obra, mais localizada, mas temos é que criar primeiro essas condições. Sei que o Senhor está a desenvolver, conjuntamente com um grupo de cidadãos e interessados na sua terra, estão a desenvolver um projecto muito bom. Já tive a oportunidade de estar lá e ver o que é que

*Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2017-04-19*



ASSEMBLEIA  
MUNICIPAL DE  
**ALIJÓ**

Deslumbrante Património Natural

19

9/5

está a acontecer. Claro que se estas iniciativas se multiplicarem pelo nosso Concelho, vamos conseguir. Vamos conseguir fazer turismo com qualidade. \*\*\*

Senhor Deputado António Lousa, Higinio Pinheiro, fomos condenados num milhão e quinhentos e cinquenta mil euros, a pagar. Logicamente apresentámos recurso. Está em recurso porque não aceitámos que só a palavra do outro lado é que foi ouvida, a nossa não foi. E temos uma visão quanto a isto. Tão penalizado deve ser quem usufrui da vantagem, como quem usufrui da oportunidade para ganhar dinheiro com o Município. A nossa interpretação da lei é essa. Devem ser os dois, igualmente penalizados, porque eu não posso ser empreiteiro, ter um alvará e desconhecer as Leis. Se a Câmara vai ser penalizada, os empreiteiros também têm que ser penalizados. E é esse recurso que está a correr, espero que saia melhor do que saiu esta sentença. Não a quero classificar, a juíza é soberana, mas indignou-me um bocado. Está em recurso. \*\*\*

Quanto aos bairros sociais, pois, se calhar, haverá zonas mais ricas e outras mais pobres no Concelho. Se calhar, muitas vezes as pessoas ficam acantonadas na pobreza e em determinado sítio, aqui e ali. Mau seria era que alguém não pudesse pagar e o Município fosse com a GNR despejá-los. Isso nunca acontecerá pelo menos enquanto eu for Presidente. Nunca acontecerá. \*\*

As pessoas têm vindo, normalmente, a ser convidadas a regularizar isto, ver qual é a possibilidade. Vêm, mostram os rendimentos, não podem dar cinquenta, dê vinte, dê dez, comecem a regularizar. Porque ninguém deixa de pagar porque tem gosto. Para quem é exposto assim é uma vergonha social que nós temos de ter alguma benevolência, porque é simples ser forte com um fraco que não têm trinta euros para pagar uma renda. Não pode ser. \*\*\*

Agora, ir à procura do pormenor e generalizá-lo, porque há um no meio que se porta mal e nós até sabemos identificar e, por causa desse, generalizar quem precisa, isso é que não. Eu não consigo penalizar ninguém que precisa. Só o facto de estar num bairro social já diz tudo. \*\*\*

Senhora Deputada Glória Veiga, muito obrigado pelos elogios, mas esses elogios devem ser para o Concelho todo de Alijó, que isto não é fruto nem de uma pessoa, nem de três, nem de quatro, é fruto de doze mil pessoas. Compreenderam e acreditaram e vieram e todos trabalhámos e todos fomos penalizados. Mas estamos, neste momento, num caminho novo. \*\*\*

**PRESIDENTE DA MESA** deu a palavra ao Senhor Vice-presidente da Câmara. \*\*\*

**VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA:** \*\*\*

Senhor Deputado Cláudio, relativamente à questão que colocou, que tem a ver com a cobertura da escola primária de Pegarinhos, tenho a dizer-lhe o seguinte. Eu desconhecia que estava aberto procedimento para apresentação de candidaturas, de qualquer forma quero-lhe dizer que aquela escola, por acaso, é do Ministério da Educação, não é do Município. Vamos aproveitar a oportunidade, se efectivamente está aberta a medida para apresentação de candidaturas, se houver legitimidade do Município poder candidatar-se Duvido. De qualquer forma será sempre feito um alerta ao Ministério da Educação que a poderá sempre candidatar. \*\*\*

Queria deixar aqui esta nota e o Senhor Presidente já o referiu, tratando-se dos nossos filhos e estando em causa a saúde dos nossos filhos, estão justificados todos os esforços e o investimento, seja ele qual for, nunca será demasiado quando se investe nas pessoas. Se existir legitimidade ao Município para intervir, pois fá-lo-emos.

*Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2017-04-19*



ASSEMBLEIA  
MUNICIPAL DE  
**ALIJÓ**

Deslumbrante Património Natural

20  
Gis

Sobre o arranjo na cobertura referido na exposição pode ter sido a desobstrução dos canais de drenagem, das águas das chuvas, provavelmente. Só vejo isso, muito pequenas reparações com certeza. \*\*\*

**DEPUTADO ANTÓNIO LOUSA (PSD): \*\*\***

Senhor Presidente, eu não estou a tentar discriminar e dizer que as pessoas gostam de viver em bairros sociais, mas eu digo que se as pessoas de Pegarinhos e de outros sítios fazem o sacrifício para terem as contas em dia e para poderem pagar, acho que têm de ser louvados. Em outras zonas falha-se sistematicamente. Eu não vou falar em nomes, mas eu estou aqui a ler e já li muitas vezes, tem seis fogos, um está vago e cinco estão por pagar, ou seja, ninguém paga. Não temos de dar o valor às pessoas que trabalham no campo e têm a hombridade de cumprirem as contas? Acho que essas pessoas também têm de ser realçadas e deixar as outras pessoas num marasmo completo. É que eu ando a ler isto há quatro anos e posso-lhe dar, são sistematicamente os mesmos sítios Senhor Presidente. Desculpe, mas as pessoas da montanha também têm os mesmos direitos. Custa-lhes tanto a ganhar como custa nos outros lados e fazem sacrifícios para pagar. Agora, deixar andar, deixar andar, pronto, se acha que está bem, paciência. \*\*\*

**PRESIDENTE DA MESA \*\*\***

Colocou em discussão o **ponto dois** da ordem do dia: *Proposta de Regulamento Municipal para Concessão de Bolsas de Estudo a Estudantes do Ensino Superior – alínea g) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013. De 12/09 – aprovação.* Deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para apresentar o ponto. \*\*\*

**PRESIDENTE DA CÂMARA: \*\*\***

Este ponto refere-se a uma proposta para um novo regulamento municipal da concessão de bolsas de estudo a estudantes do ensino superior. O anterior regulamento fixava isto em cinco apoios. E mais, quantificava-os, dizendo que cada apoio era de mil euros. \*\*\*

Este regulamento foi feito num momento de extrema debilidade financeira do Município. Nesta altura acho que estamos em melhores condições e conhecendo eu alguns jovens, até há pouco tempo, falta-lhe um ano para acabar o curso superior e anda aí porque não pode. Eu disse, vamos pensar nisto porque temos de investir nas pessoas que efectivamente precisam e vão ser futuros licenciados aqui pelo Concelho e esperamos que produzam frutos aqui no Concelho. \*\*\*

Portanto, neste momento, o regulamento é pô-lo em condição de recurso, ou seja, quando o orçamento da Câmara tiver dimensão suficiente para acomodar dez bolsas, ou quinze ou vinte, ou em vez de serem de mil euros serem de mil e quinhentos. Portanto isto está em condição de recurso, depende todos os anos do orçamento, se nós temos disponibilidade ou não. \*\*\*

Na altura a intenção foi boa de começarmos a apoiar, mas agora corríamos o risco de apoiar sempre os mesmos, porque a condição deles é a mesma e serem sempre os mesmos. E nós, efectivamente, temos aqui alguma folga financeira que nos permite todos os anos definir e apoiar quer o número de pessoas, quer a quantidade de financiamento a apoiar. Basicamente o regulamento é o mesmo, apenas põe em condição de recurso este apoio. \*\*\*

**PRESIDENTE DA MESA** abriu período de inscrições, tendo-se inscrito os Senhores Deputados Luís Lameiras, Laureano Guedes, Alceu Costa, Cláudio Vilela e Telmo Pinto. \*\*\*

**DEPUTADO LUÍS LAMEIRAS (PS): \*\*\***

*Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2017-04-19*



ASSEMBLEIA  
MUNICIPAL DE  
**ALIJÓ**

Deslumbrante Património Natural

21  
17

Ouidas as considerações do Senhor Presidente vou ter que dizer o seguinte. Esta história do regulamento da bolsa de estudos faz-me lembrar a história das Divisões no Município, mas em relação às Divisões, mais adiante iremos falar nelas. \*\*\*

Em Junho de 2015, numa sessão desta Assembleia, foi aprovado um regulamento por este Executivo, no Castedo, apesar de já haver um regulamento para o efeito. Esse regulamento aprovado em 2015, só em Abril de 2016 é que, lamentavelmente, atribuíram de facto as bolsas de estudo. As bolsas de estudo são para ajudar as pessoas em dificuldade e, portanto, isso deve ser praticamente no início do ano lectivo e não no final do ano lectivo. De todo o modo, antes da atribuição das bolsas de estudo em 2016, estivemos dois anos sem atribuir qualquer tipo de bolsas de estudo. \*\*\*

Depois, queria dizer o seguinte, o actual regulamento, o regulamento que está em vigor, tinha limite de montantes e tinha limite de número de bolsas, julgo que eram cinco bolsas a atribuir anualmente e mil euros por cada bolsa. \*\*\*

A fundamentação que este Executivo do PSD apresenta para que seja criado este regulamento que agora vem aqui a debate, é a de que o júri tinha extremas dificuldades em lidar com este regulamento. Bem, é caso para perguntar, das duas uma, ou o júri era incompetente, ou então o Executivo era incompetente \*\*\*

Agora, é-nos apresentado um regulamento que no essencial não modifica nada, é mais do mesmo, mas ele é, paradoxalmente, profundamente arbitrário e discricionário. E porquê? Porque nem tem limite de número de bolsas a atribuir e nem tem limite de montante. Portanto, é ilimitado nas duas situações. Isto é estranho que uma coisa destas aconteça. Quer dizer, os Senhores que estão constantemente a falar em contenção, pelos vistos, agora vão abrir os cordões à bolsa, passo a expressão, vão-se tornar nuns mãos largas. Isto é absurdo porque não altera praticamente nada e depois há esta arbitrariedade relativamente ao número de pessoas que vão receber as bolsas de estudo e também em relação ao montante. \*\*\*

Portanto, resumindo e concluindo, isto não é nada porque devia de haver um montante definido e um número de bolsas a atribuir também ele definido. E com isto terminei. \*\*\*

**DEPUTADO LAUREANO GUEDES (MAIS):** prescindi do uso da palavra.\*\*\*

**DEPUTADO ALCEU COSTA (PSD):** \*\*\*

Tudo o que é melhorar o que já existe, presumo eu que devia ser consensual. Pode-se acrescentar, pode-se corrigir, mas de certeza que aumentar de cinco para não sei quantos já é bom. Aumentar de mil para mil e tal também já será bom. Portanto, custa-me a perceber as dificuldades ou o absurdo destes problemas, mas pronto. \*\*\*

Agora, parecem-me muito infelizes algumas intervenções, nomeadamente dos Senhores Vereadores, quer dizer, a tentar politizar uma questão de carência e ainda por cima dizer que são os outros que estão a politizar, dizer que é já por causa das eleições. Vamos lá ver, haja coragem, ou se vota a favor ou se vota contra. Abstemo-nos, votamos contra ou apoiamos. Corrijamos, acrescentemos, valorizemos, mas apoiemos. Muito obrigado. \*\*\*

**DEPUTADO CLÁUDIO VILELA (PS):** \*\*\*

Nós, efectivamente, não somos contra a atribuição de bolsas de estudo. A solidariedade está na génese da formação do Partido Socialista que hoje mesmo comemora quarenta e quatro anos da

*Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2017-04-19*



ASSEMBLEIA  
MUNICIPAL DE  
**ALIJÓ**

Deslumbrante Património Natural

22  
9

sua fundação. No entanto, para nós, a troca da solidariedade, nem tudo vale. A exemplo do que já aqui foi dito, pelo Deputado Luís Lameiras, no passado foi feito um regulamento extremamente balizado. Cinco bolsas de estudo com valores fixos. Se calhar, na altura também havia pessoas com mais carências e que ficaram de fora por causa desse limite e agora passa-se do oito para o oitenta. Agora pode ser um número infinito e pode ser um valor infinito. \*\*\*

Quero também salientar o facto dessas bolsas de estudo quando chegaram aos estudantes foi tarde e mal, já era Abril, foi no final do ano lectivo. E, no ano passado, acho que nem foram entregues não é? \*\*\*

Depois, quero apenas referir aqui uma nota, porque hoje já reparei que nesta Assembleia já se comenta muito o facto da aproximação eleitoral. Aliás, a Senhora Presidente começou por felicitar os candidatos e a verdade é isso, o que distingue este regulamento do outro tem a ver com o facto da aproximação do acto eleitoral e o Executivo precisa de um instrumento para que seja mais fácil atingir o seu objectivo. \*\*\*

No entanto, quero apenas referir a última frase da declaração de voto do Senhor Presidente e diz assim: "Porque na política nem tudo vale". É isso mesmo Senhor Presidente, mas hoje mesmo, nós, nesta Assembleia, mais à frente, vamos ver exemplos práticos. Muito obrigado. \*\*\*

**DEPUTADO TELMO PINTO (PS): \*\*\***

Eu era para prescindir da palavra, mas aqui o colega de bancada, o Senhor Alceu Costa espevitou-me a questão política nestas decisões e nestas acções desenvolvidas pelo Executivo. Isto aqui não é uma questão de preto e de branco, voto a favor ou voto contra. Com este regulamento quem fica numa zona cinzenta é precisamente o actual Executivo. Quer dizer, passar de cinco para infinito é qualquer coisa diabólica. Passar de um valor atribuído, muito ou pouco é sempre discutível, para um valor que não se sabe quanto, isto é passar um cheque em branco ao Executivo para atribuir o número de bolsas que entender atribuir e o valor que entender atribuir. \*\*\*

E nós, não sendo, como aqui foi dito por colegas da minha bancada, contra a atribuição de bolsas, bem pelo contrário, pena temos é a celeridade dessa mesma atribuição de bolsas ter sido aquilo que tem sido pelo actual Executivo, pelos vistos paga as facturas todas certinhas ao fim do mês, portanto não há dívidas correntes do Executivo, mas na atribuição de bolsas de estudo há atrasos significativos. E nós, a nossa posição mantemo-la sempre, não passamos cheques em branco ao actual Executivo e no período em que estamos, também já foi aqui referido. Tenho dito, muito obrigado. \*\*\*

**PRESIDENTE DA CÂMARA: \*\*\***

Só apenas uma intervenção para um esclarecimento. Isto ficar em condição de recurso não fica na mão do Executivo. Fica na mão da Câmara e da Assembleia no próximo orçamento. Ou será que não entenderam isso? \*\*\*

**PRESIDENTE DA MESA** colocou a votação o ponto dois da ordem do dia: *Proposta de Regulamento Municipal para Concessão de Bolsas de Estudo a Estudantes do Ensino Superior – alínea g) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013. De 12/09 – aprovação*, tendo o mesmo sido **aprovado por maioria, com 18 votos a favor e 10 abstenções.** \*\*\*

Fica consignado em ccta que o Senhor Deputado Carlos Duarte Guedes e o Senhor Deputado António Lousa não se encontravam na sala no momento da votação. \*\*\*

*Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2017-04-19*



ASSEMBLEIA  
MUNICIPAL DE  
**ALIJÓ**

Deslumbrante Património Natural

lll

23

7

Gx

Introduziu o **ponto três** da ordem do dia: *Proposta de denúncia do contrato de Delegação de Competências assinada entre a Junta de Freguesia de São Mamede de Ribatua e a Câmara Municipal de Alijó, por deliberação da Assembleia de Freguesia de São Mamede de Ribatua – aprovação nos termos da alínea m) do n.º 1 do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12/09, para autorização, conforme dispõe a alínea k) do n.º 1 do art.º 25.º do mesmo diploma.* Deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para se pronunciar sobre este ponto. \*\*\*

**PRESIDENTE DA CÂMARA:** \*\*\*

Desculpem, há bocado, esta intempestividade em desligar o micro. Peço desculpa. \*\*\*

Como sabem, esta delegação de competências foi aprovada aqui em Assembleia. Como tal, é aqui a renúncia, de uma das partes, tem que vir aqui. \*\*\*

A Junta de Freguesia de São Mamede entendeu que devia renunciar as competências que lhe foram designadas, de forma que, uma das partes denunciou o contrato, o protocolo. A Câmara aceitou. Agora, a Assembleia é o órgão certo para se pronunciar. Isto é a pedido da Junta de Freguesia de São Mamede. \*\*\*

**PRESIDENTE DA MESA** abriu período de inscrições, tendo-se inscrito os Senhores Vereadores Luís Lameiras, Telmo Pinto, Cláudio Vilela, Maria de Jesus Elias e Alceu Costa. \*\*\*

**DEPUTADO LUÍS LAMEIRAS (PS):** \*\*\*

É evidente que, como ribatuense, como natural de São Mamede de Ribatua, não podia deixar passar em claro esta questão e claro que vou ter que me referir a ela, precisamente. \*\*\*

Esta proposta de denúncia de contrato de delegação de competências assinado entre a Junta de Freguesia de São Mamede e a Câmara Municipal e essa mesma denúncia que foi deliberada pela Assembleia de Freguesia, portanto, esta questão não se reporta só à Junta de Freguesia, mas também à Assembleia de Freguesia. \*\*\*

Isto é um grito de revolta e de indignação. É isso mesmo, as palavras acertadas são essas. Um grito de revolta e de indignação. E porquê? Porque os ribatuenses não aceitam e não se conformam com esta discriminação. O povo de São Mamede não tem culpa de eventuais questionáveis que possam eventualmente subsistir nesta matéria. Não têm mesmo culpa nenhuma. \*\*\*

Portanto, a Junta de São Mamede e a Assembleia de Freguesia de São Mamede entendeu fazer esta denúncia porque de facto tem razões para a fazer, porque a Câmara Municipal não fez qualquer intervenção no que se reporta àquilo que consagra esse contrato. E nem sequer transferiu um cêntimo para a Junta de Freguesia de São Mamede. Portanto, isto é discriminação pura e dura. \*\*\*

Eu gostava que o Senhor Presidente de Câmara, o Senhor Vice-presidente, ou fosse quem fosse, alguém com idoneidade para me esclarecer em relação a esta matéria, que o fizesse de forma perfeitamente esclarecida. O que é que se passa em relação a isto? Porquê São Mamede não ter intervenções, não ter um cêntimo de transferência. Isto é inadmissível. Isto é um absurdo. Expliquem-me, por favor. \*\*\*

Ainda em relação a isto, queria dizer o seguinte. O Senhor Vice-presidente da Câmara, que foi quem assinou este contrato, mais o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de São Mamede, agora candidato à Câmara Municipal nas próximas eleições autárquicas pelo PSD, foi para os

*Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2017-04-19*



ASSEMBLEIA  
MUNICIPAL DE  
**ALIJÓ**

Deslumbrante Património Natural

Handwritten signature and initials in blue ink, with the number 24 written below.

jornais a toda a pressa, digamos assim, dizer que no próximo mandato, caso ele seja eleito, que os problemas das dívidas das Juntas vão ser resolvidos. Então, o que é que andaram a fazer estes quatro anos? Os Senhores não perceberam que não tentando resolver a questão das dívidas das Juntas jamais as Freguesias e o Concelho poderiam progredir. Não perceberam isso? Só agora, que estamos a pouco tempo das eleições autárquicas é que perceberam isso? Ou será que é mais uma falsa promessa a exemplo daquelas que prometeram nas eleições de 2013? \*\*\*

Mais uma vez reafirmo, gostava que me explicassem, mas muito bem explicado o que é que se passa em relação a esta questão entre a Junta de Freguesia de São Mamede e a Câmara Municipal de Alijó. Tenho dito. \*\*\*

**DEPUTADO TELMO PINTO (PS): \*\*\***

Algumas considerações que teria de pôr sobre este ponto já foram ditas pelo Deputado Luís Lameiras, apenas só uma questão. Isto trata-se de algum castigo? É só, obrigado. \*\*\*

**DEPUTADO CLÁUDIO VILELA (PS): \*\*\***

Quando este documento me chegou às mãos, a primeira coisa que me lembrou foi a Assembleia Municipal descentralizada do Castedo, que eu tive muito orgulho em participar. E lembrou-me porquê? \*\*\*

Nessa mesma Assembleia eu fiz um alerta aos Senhores Presidentes de Junta a dizer-lhes que não estavam a ser bem tratados pelo Executivo Municipal. Na altura criou algum borburinho na sala mas, aqui está a prova daquilo que eu dizia há dois anos atrás. Está aqui Senhor Deputados.

Na altura falei num caso que foi um pedido que a Câmara Municipal fez à Junta de Freguesia de Sanfins, um pedido de parecer, que depois não respeitou. Para isso não lhe tinha feito o pedido de parecer. Aqui, no caso de São Mamede acontece a mesma coisa. Fizeram um acordo, assinaram-no, livremente, ambas as partes. Veio à Assembleia Municipal, foi aprovado e não foi respeitado por parte do Executivo Municipal. \*\*\*

O curioso também é que eu estive a dar uma vista de olhos às competências que eram transferidas para a Junta e, Senhor Presidente, são quase tantas ou mais do que aquelas que vêm na exposição do Senhor Presidente em matéria de reparações em todo o Concelho. \*\*\*

Basicamente tudo foi feito. Acho que isto, no meu ponto de vista, não é mais do que um acto discriminatório para com uma Junta de Freguesia para a qual não foi transferido um cêntimo. Mas acima de tudo, os grandes prejudicados neste acto foram os Municípes porque ficaram sem o trabalho realizado. Muito obrigado. \*\*\*

**DEPUTADA MARIA DE JESUS ELIAS (PS): \*\*\***

Excelentíssima Mesa, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Senhor Presidente, boa tarde a todos. \*\*\*

Só quero dar um louvor à Junta de Freguesia de São Mamede de Ribatua pela coragem da atitude que tomaram ao denunciarem o contrato de delegação de competências entre a mesma e o Município. \*\*\*

Espero que sirva de exemplo e que abra um precedente para outras Juntas de Freguesia, pois muitas vezes são tratados como um parente pobre dos Municípios. \*\*\*

*Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2017-04-19*



ASSEMBLEIA  
MUNICIPAL DE  
**ALIJÓ**

Deslumbrante Património Natural

25  
9  
as

Do Município só seria de esperar que cumprisse os acordos protocolados e não estar à espera que os Presidentes de Junta mendiguem aquilo a que têm direito. Os Presidentes de Junta são os representantes mais puros das populações e basta ver como são as votações nesta Assembleia. As Senhoras e os Senhores Deputados Presidentes de Junta não votam de acordo com a opção política, mas sim de acordo com as necessidades da população que representam. Por isso, deveriam merecer o maior respeito deste Executivo. \*\*\*

A Freguesia de São Mamede de Ribatua mostrou o carácter que tem sobre os compromissos assumidos e mostrou também que não se iludiu com a promessa do actual Vice-presidente e candidato do PSD, ao justificar a sua candidatura como benfeitor das Freguesias que têm dívidas, resolvendo-as no futuro. Então, porque não as resolveu nestes quatro anos? \*\*\*

Poderia tê-lo feito e então sim, assumir que queria continuar a fazê-lo. Este é um dos factos que demonstra que é uma candidatura baseada numa mentira. Assim como é mentira dizerem que não têm legalidade para pagarem essas dívidas. Todos sabemos que as dívidas das Juntas são do Município, só que não houve vontade política deste Executivo para as assumir. \*\*\*

Volto a referir o que já disse há algum tempo atrás e dizer os valores que estavam incluídos no PAF, o Plano de Ajustamento Financeiro, verbas que o anterior Executivo contemplou a transferir para as Juntas de Freguesia e são as seguintes: ano 2014, 261 mil euros. Ano 2015, 246 mil euros. Anos de 2016, 232 mil euros. Ano 2017, 219 mil euros. \*\*\*

No final deste mandato estava previsto transferir para as Juntas quase um milhão de euros. Acreditando que este Executivo será coerente com o que diz, esperemos que não deixe dívidas, pois quem com ferros mata, com ferros morre. \*\*\*

Ao sermos uma equipa ganhadora do PS nas próximas eleições autárquicas, como espero, seremos uma excepção a este ditado, pois não mataremos com ferros, mas sim com a verdade. Na verdade, foi no anterior Executivo que algumas Juntas ficaram com dívidas, mas é sinal que houve obra e orgulhamo-nos delas. Mas sejamos claros, não fomos nós que deixámos que houvesse hipoteca de bens de algumas Freguesias. Então onde estão os advogados da Câmara?

Se não cumprem o vosso protocolo assinado, ninguém acredita que haja vontade de resolver o problema das Freguesias. Dizer agora que o próximo mandato do PSD vai ser o assumir das dívidas das Freguesias, só pode ser anedota. \*\*\*

E como nós gostamos de anedotas, espero que o Senhor Vice-presidente perca as eleições para a anedota se prolongar no tempo. São os meus votos cordeais e políticos. Tenho dito. \*\*\*

**DEPUTADO ALCEU COSTA (PSD): \*\*\***

Eu queria juntar o meu grito de revolta e de indignação à Junta de Freguesia de São Mamede, porque este problema é demasiado grave e vasto, aliás já foi abordado várias vezes aqui. \*\*\*

Queria informar esta excelentíssima Assembleia que há neste momento Juntas de Freguesia que estão a ser processadas por dívidas de há doze, treze, catorze, quinze anos. E não são milhares, no conjunto são milhões. \*\*\*

Eu fui abordado para ser testemunha. Não aceitei mas estou disponível, se a Junta assim o entender, para ir dizer em tribunal que quem fiscalizava as obras eram os Fiscais da Câmara, que o Executivo as visitava com frequência e delas fazia bandeira nas campanhas eleitorais. Isto é público. \*\*\*

*Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2017-04-19*



ASSEMBLEIA  
MUNICIPAL DE  
**ALIJÓ**

Deslumbrante Património Natural

26

lll  
GZ  
of

Isto sim são delegações de competência que nunca deviam ter existido, uma vez que a Câmara não tinha suporte legal para as fazer. Curiosamente, Juntas como Vila Chã, Alijó ou Vale de Mendiz não tiveram estes problemas, curiosamente. \*\*\*

Se eu fosse Presidente da Junta e já fui, teria denunciado estas delegações de competências no dia a seguir à tomada de posse e teria processado o Município, o Executivo pois, como repetidamente tenho dito nesta Assembleia, é inadmissível a situação que algumas Juntas estão a atravessar por causa dessa delegação de competências e de dívidas que efectivamente não são das Juntas, uma vez que aquelas obras são da competência do Município. \*\*\*

Claro que há outro tipo de competências e algumas interessam muito às Juntas de Freguesia, mas isso são as Junta e bem, quem decide. Muito obrigado. \*\*\*

**DEPUTADA ESTELA TEIXEIRA (PS):** \*\*\*

Cumprimento todos os presentes e queria só relembrar aqui, que na última reunião desta Assembleia, o Senhor Presidente desta Câmara Municipal apontou a necessidade de valorização da figura do Presidente da Junta falando, inclusive, que deveria auferir mais do que aquele que é o valor para um Presidente de Junta em exercício de funções aqui no nosso Concelho. E queria dizer ao Senhor Presidente que a valorização de um Presidente de Junta não está no seu vencimento. A valorização de um Presidente de Junta está no apoio à concretização daquilo que são as competências de uma Junta de Freguesia e é esta valorização que tem falhado por parte deste Executivo. E é só. \*\*\*

**PRESIDENTE DA MESA** \*\*\*

Deu a palavra ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de São Mamede de Ribatua.

**PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE SÃO MAMEDE DE RIBATUA:** \*\*\*

Muito boa tarde, cumprimento a Senhora Presidente da Mesa, Excelentíssimos Secretários, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhores Deputados e Cidadãos aqui presentes. \*\*\*

Antes de mais, obrigado pela solidariedade com a Junta de Freguesia de São Mamede, mas antes disso queria prestar um esclarecimento que é o seguinte. Não é verdade que a Câmara não tenha dado um cêntimo à Junta de São Mamede. Tenho de repor a verdade sobre essa questão. \*\*\*

A Junta de São Mamede, no primeiro ano, recebeu do protocolo, doze mil e qualquer coisa euros, isto em 2014. No fim desse ano, entrou nesta Câmara Municipal uma penhora de um credor sobre as transferências da Câmara Municipal para a Junta. A partir daí, a Câmara Municipal, com essa penhora, ficou impedida de fazer transferências para a Junta de Freguesia. E até à data não recebemos mais dinheiro da Câmara em virtude dessa penhora. \*\*\*

Tentei, aliás o Executivo da Freguesia, logo quando tomou posse, tinha zero dinheiro no banco, porque a conta bancária foi penhorada, tínhamos lá cinco mil e quinhentos euros. Portanto, governámo-nos até Janeiro, até receber o FEF de Lisboa, com zero em dinheiro. Tentámos, junto do empreiteiro, negociar, não conseguimos. Há coisa de um ano e meio voltámos à carga com o empreiteiro, não sei porquê, mostrou-se e continua a mostrar-se relutante em negociar com a Junta de Freguesia. De maneira que nós, em Assembleia, sem capacidade financeira para fazermos obras na Freguesia tivemos que optar pela renúncia do protocolo para a Câmara poder

*Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2017-04-19*



ASSEMBLEIA  
MUNICIPAL DE  
**ALIJÓ**

Deslumbrante Património Natural

27  
6-8  
9

ela, de uma certa forma, ter legitimidade para fazer obras que estavam delegadas na Junta e ser agora a Câmara Municipal a fazê-las. Era só, muito obrigado. \*\*\*

**PRESIDENTE DA MESA** deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara. \*\*\*

**PRESIDENTE DA CÂMARA:** \*\*\*

Senhor Presidente de São Mamede de Ribatua, muito obrigado por repor a verdade, porque é com a verdade que nós vamos partir para as situações e resolvê-las. A partir da verdade. Nem é nem meia verdade, nem da suposta meia verdade. A verdade é essa. \*\*\*

Os protocolos que foram assinados foram assinados de livre vontade por todos os Presidentes. Alguns foram surpreendidos com o aparecimento de penhoras posteriores à assinatura desse contrato. \*\*\*

A Câmara poderia ter passado o dinheiro na mesma, só que passava era para o empreiteiro. E se a Junta de Freguesia diz que a dívida não é da Junta, é da Câmara, tem que ser imputada à Câmara. E só pode ser imputada à Câmara, não é de palavra, é de uma forma legal. A Câmara tem que ser condenada. \*\*\*

Eu digo-lhes uma coisa. Eu, se tivesse sido Presidente da Junta há cinco ou seis anos e me passassem uma dívida de uma forma sub-reptícia eu tinha posto um processo de burla à Câmara de Alijó, porque os Senhores foram simplesmente burlados. Foi isso que lhes aconteceu e eu lamento. \*\*\*

Não se lhe pôde ainda deitar a mão, pois não, primeiro tinha-se que se salvar mesmo a Câmara. Neste momento está em condições. Mas primeiro tínhamos que salvar a Câmara. Como é que íamos deitar mão de afogado a outro afogado? Mas eu disse para aí há três anos que primeiro tínhamos que salvar a Câmara e então passávamos depois para as Juntas. \*\*\*

Houve Juntas que tiveram alguma capacidade de negociação e conseguiram e estão paulatinamente a cumprir as obrigações. Vamos ver agora, o que é que de futuro, o próximo orçamento nos pode dizer, relativamente à capacidade como a Autarquia pode ter de transferir dinheiro para as Juntas, sem ser por protocolo, ou acordos pontuais. Vamos ver como é que isto se vai modificar. Mas a verdade era que o panorama era exactamente este. Estávamos todos num barco. Assinámos de comum acordo e de boa-fé um protocolo que posteriormente se veio a verificar que estava a penalizar a Juntas e as Juntas, se calhar, já o poderiam ter feito. O Senhor Eng.º já o poderia ter feito, se calhar tínhamos feito outro. Mas sei que tentaram até à última negociar com o Senhor, inegociável relativamente à Junta de São Mamede, que eu também não compreendo porque é essa posição. Mas muito obrigado por ter reposto a verdade. \*\*\*

**PRESIDENTE DA MESA** deu a palavra ao Senhor Vice-presidente da Câmara. \*\*\*

**VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA:** \*\*\*

Senhores Deputados, eu peço desculpa se vou colocar alguma emotividade naquilo que vou dizer, mas ferve-me o sangue e eu devo dizer-lhes que fiquei estarrecido com aquilo que acabei de ouvir, mas fico por um lado feliz por saber que a minha mensagem está a passar e que há mensageiros que a vão fazer passar. Muito obrigado. \*\*\*

Acho que escamotear a verdade da forma como ela foi aqui escamoteada é, pura e simplesmente, vergonhoso, permitam-me esta expressão. Acho que não lhes assiste o direito de desvirtuar uma boa acção desta forma. O Município ao fazer isto, ao trazer aqui esta proposta, a pedido da

*Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2017-04-19*



ASSEMBLEIA  
MUNICIPAL DE  
**ALIJÓ**

Deslumbrante Património Natural

28  
G8

Assembleia de Freguesia de São Mamede de Ribatua, está tão-somente a tentar adquirir legitimidade para se poder substituir à Junta de Freguesia naquilo que foram as competências delegadas na Junta de Freguesia, porque da forma como já aqui foi dito, não foi explicado. \*\*\*

Vejo que estão preocupados com aquilo que demonstrei ser a minha preocupação para o futuro. Aquilo que eu disse e não vou aqui fazer política disto, muito resumidamente, foi o seguinte: que me preocupa a situação financeira de algumas Juntas, as Juntas estão extremamente endividadas e que tudo farei para a resolver, ou para ajudar a resolver. Foi exactamente isso que eu disse. \*\*\*

Mas quero-lhes dizer o seguinte Senhores Deputados é que eu acho-me cheio de legitimidade para o dizer e para o fazer. Cheio de legitimidade, porque desafogámos a Câmara e quero agora desafogar as Juntas. \*\*\*

Queria-lhes deixar esta mensagem. Eu sou um homem de palavra e até hoje o que prometi fazer, salvo raríssimas exceções, cumpro-o. E portanto, daí a legitimidade. Tenho obra feita. E há quem disse um dia, uma célebre personalidade, que para falar ao vento basta apenas ter palavras, mas para falar aos corações é preciso obra. E eu tenho-a. Muito obrigado. \*\*\*

#### **PRESIDENTE DA MESA \*\*\***

Colocou a votação o **ponto três** da ordem do dia: *Proposta de denúncia do contrato de Delegação de Competências assinada entre a Junta de Freguesia de São Mamede de Ribatua e a Câmara Municipal de Alijó, por deliberação da Assembleia de Freguesia de São Mamede de Ribatua – aprovação nos termos da alínea m) do n.º 1 do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12/09, para autorização, conforme dispõe a alínea k) do n.º 1 do art.º 25.º do mesmo diploma, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.*

Fica consignado em acta que nesta votação não estavam presentes na sala os Senhores Deputados Carlos Duarte e Albano Pereira.

A Senhora Presidente suspendeu os trabalhos para a realização de um pequeno intervalo.

Foram retomados os trabalhos com a realização de nova chamada, já com a Senhora 2ª Secretária Fátima Barros. Verificou-se que não estavam presente os Senhores Deputados Alexandra Cardoso, Ana Pinto Paulo, Samuel Cunha e Carlos Duarte. \*\*\*

Introduziu o **ponto quatro** da ordem do dia: *Documento de prestação de contas referente ao ano económico de 2016 – apreciação e votação nos termos da alínea l) do n.º 2 do art.º 25.º da lei n.º 75/2013, de 12/09.* Deu a palavra ao Senhor Presidente para apresentar o ponto. \*\*\*

#### **SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA: \*\*\***

Esta apresentação do relatório de gerência de 2016 eu pedia autorização para que fosse feita em duas partes. A primeira que fosse algumas notas escritas por mim para apresentar o relatório e posteriormente, esse relatório fosse projectado num powerpoint com a ajuda do nosso Director Financeiro. \*\*\*

Também tenho aqui uma pequena questão que deveria fazer parte o ponto cinco que são os documentos emitidos pelo ROC o Revisor Oficial de Contas. Julgo para todos votarmos em consciência, que deveríamos também incluir o ponto cinco que está logo de seguida. Seriam os dois em simultâneo. \*\*\*

#### **PRESIDENTE DA MESA \*\*\***

*Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2017-04-19*



ASSEMBLEIA  
MUNICIPAL DE  
**ALIJÓ**

Deslumbrante Património Natural

29

Questionou a Assembleia para a votação conjunta dos dois pontos da Ordem do Dia, sendo que tal proposta não mereceu da parte de nenhum dos membros qualquer oposição. Por isso, colocou também em discussão o ponto cinco da ordem do dia: *Relatório da análise económico-financeira e de execução orçamental, reportada a 31 de dezembro de 2016, remetido pelo auditor externo – alínea d), n.º 2 do art.º 77.º da Lei n.º 73/2013, de 12/09 – apreciação.* Deu novamente a palavra ao Senhor Presidente da Câmara. \*\*\*

### **PRESIDENTE DA CÂMARA \*\*\***

Exma. Senhora Presidente da Assembleia Municipal, Exmos Secretários da Assembleia Municipal, Exmos Senhores Deputados, Minhas Senhoras e Meus Senhores. \*\*\*

Os documentos de Prestação de Contas em apreciação materializam as opções estratégicas que traçámos no início de 2016. Optar é um exercício permanente de escolhas e de tomadas de decisão que tem como fio condutor um planeamento rigoroso, fundamentado nessa premissa maior que é o conhecimento da realidade local. \*\*\*

O Relatório e Contas, para além de espelhar a execução orçamental de um Orçamento onde foi feita a previsão de pagamentos e de recebimentos, sem prejuízo de na sua execução registar ainda os compromissos e as liquidações, reflete patrimonial e financeira do Município de Alijó, no período de 2016. \*\*\*

O esforço na redução do endividamento, e em colocar este Município na rota dos municípios cumpridores para com os limites da dívida, foi imenso. O equilíbrio e a repartição de benefícios e custos entre as gerações está assegurado hoje. O caminho faz-se caminhando, e o equilíbrio das contas é hoje uma certeza, disso dá testemunho o balanço do término da gerência e o equilíbrio orçamental alcançado. \*\*\*

A receita orçamental arrecadada fixou-se nos 10. 831.540 euros, tendo sido pagos 12.606.409 euros, utilizando-se para tal o saldo da gerência anterior, devidamente aprovado e autorizado pela Assembleia Municipal, resultando num saldo orçamental para a Assembleia e a gerência de 2017 de cerca de 2.884.000 euros. \*\*\*

O princípio do equilíbrio corrente, previsto na Lei das Finanças Locais, ao prever que as receitas correntes devem cobrir a totalidade das despesas correntes e a amortização média dos empréstimos contratualizados, foi respeitado. \*\*

A poupança corrente fixou-se em 3.499.000 euros, tendo o Município recorrido a fluxos correntes para financiar despesas de investimento. O trabalho de recuperação financeira traduziu-se na redução do passivo e isso terá como consequência, sem qualquer dúvida, um acréscimo de investimento a médio e longo prazo. \*\*\*

Da análise dos vários capítulos da receita, constata-se uma redução ao nível dos impostos diretos, nomeadamente o IMI. Efectivamente, e fruto das isenções automáticas, a receita de IMI foi manifestamente inferior à cobrada na gerência de 2015, levando a que carga fiscal que incide sobre o património imobiliário tenha sido menor do que a verificada no ano transato. \*\*\*

Em resultado da adesão do Município ao PAEL, tivemos de elevar para o máximo as nossas taxas de IMI, aplicar derrama, incrementar as taxas municipais, não conceder isenções fiscais, sacrificando desta forma todos os contribuintes alijoenses, mas hoje, e com o fim do PAEL, porque pagámos tudo o que devíamos, é possível ter alguma agilidade em matéria de impostos. No IMI

*Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2017-04-19*



ASSEMBLEIA  
MUNICIPAL DE  
**ALIJÓ**

Deslumbrante Património Natural

30  
af

familiar, foram muitos os municípios do distrito que aplicaram esta redução, e Alijó não pôde, não foi autorizado pela DGAL. \*\*\*

Hoje sim, podemos e devemos respirar melhor. O Município tem as suas contas equilibradas, não há incumprimentos. Mas não devemos cair em loucuras de aumentar a despesa para além das nossas capacidades, o passo não deve ser maior do que a perna, o princípio da equidade intergeracional, connosco é respeitado, disso podem estar cientes os alijoenses. \*\*\*

O Município de Alijó na gerência de 2016, não recorreu a capitais alheios, pelo contrário pagou a totalidade dos empréstimos contratualizados, mesmo no âmbito do PAEL, ao que acresceram as amortizações ordinárias de outros empréstimos. \*\*\*

Quisemos sair do défice excessivo, por forma a dar liberdade à Câmara Municipal de gerir as suas finanças e o território sem ter as amarras da DGAL. Éramos obrigados a pedir autorizações e pareceres para a feitura do nosso orçamento e execução de investimentos que ultrapassassem os 500 mil euros. \*\*\*

Note-se, que foram amortizados 3.099.599,62 euros de dívida de médio e longo prazo, uma redução de cerca de 18% face ao montante da dívida no final da gerência de 2015, o que permitiu a saída do excesso de endividamento. \*\*\*

Continuamos, como muitos outros municípios do interior do país, dependentes das transferências do Orçamento de Estado; bem que gostaríamos de ter uma menor dependência das verbas provenientes da Administração Central, mas para que tal aconteça é necessário alcançarmos um índice mais encorpado de receitas próprias. \*\*\*

Na gerência de 2016, sem termos de recorrer a empréstimos, pagámos 12.606.000 euros. Não há dívidas a mais de 90 dias, temos equilíbrio orçamental, fundos disponíveis positivos, o que nos permite assumir, com tranquilidade, novos compromissos, novos investimentos, para fazer melhor pelo nosso Concelho, pelo bem-estar das populações. \*\*\*

Não temos dívidas a empreiteiros, e as dívidas a fornecedores que se reflectem no balanço dizem respeito a despesas correntes, despesas de funcionamento incorridas no último mês de ano, nomeadamente, a eletricidade dos edifícios, a iluminação pública, os telefones, a aquisição de água para consumo, a recolha de lixos, o tratamento de efluentes, os transportes escolares, etc..

Em comparação com o ano transacto, diminuimos as despesas correntes, vulgo despesas de funcionamento. Naturalmente que o sentido de poupança está sempre presente na nossa gestão diária. Ao invés, as despesas de capital, porque geramos poupança corrente suficiente, permitiu-nos incrementar estas despesas em cerca de 600 mil euros. \*\*\*

A contenção da despesa, a criteriosa e permanente negociação e o rigor na gestão foram os pilares do equilíbrio orçamental a que chegámos. É este equilíbrio que nos vai permitir lançar projectos estruturantes para o futuro deste Município. \*\*\*

Reduzimos as despesas com o pessoal, não porque demitimos pessoas, porque muitas mais são necessárias a este Município, para que se desempenhe adequadamente as atribuições e competências que nos estão adstritas. \*\*\*

Somos certamente um dos Municípios, no universo dos 308, com menor despesas com o pessoal e menor número de funcionários per capita por habitantes. \*\*\*

*Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2017-04-19*



ASSEMBLEIA  
MUNICIPAL DE  
**ALIJÓ**

Deslumbrante Património Natural

31

Mas as obras quando aparecerem concluídas, resultam de muito sacrifício, não só do Executivo camarário, mas de todos os colaboradores que com o seu esforço diário fazem o melhor por este Concelho, sem receberem aumentos salariais atendendo ao congelamento das progressões na carreira. \*\*\*

Realço os encargos com a dívida, nomeadamente os juros; um decréscimo de 54%, ou seja menos 483.746 euros. Bem sei que alguém já disse que as dívidas não são para pagar, mas para serem geridas, mas poupar cerca de meio milhão de euros a todos os alijoenses, não será um esforço de louvar? \*\*\*

Será que as gerações vindouras, os nossos filhos e netos, não ficarão com uma gestão mais flexível no futuro, sem terem que estar aprisionados a compromissos com o Estado? \*\*\*

Não se farão mais obras com esse dinheiro que agora se poupa? \*\*\*

As despesas de funcionamento diminuíram cerca de 1,5 milhões de euros, o que nos torna mais eficientes. \*\*\*

A nova gestão pública pauta-se sobretudo por três vetores: Eficiência, qualidade e descentralização. No nosso dia-a-dia, enquanto autarcas, procuramos alcançar cada um desses objetivos, quer isoladamente, quer em parceria com as nossas juntas de freguesia, no âmbito dos protocolos de descentralização de competências, com as associações culturais, desportivas e sociais. Ajudamos e continuaremos a apoiar dentro dos nossos recursos, estas entidades na prossecução das suas competências e valências para as quais foram constituídas. \*\*\*

Em sùmula, a situação económico-financeira do Município está francamente melhor do que a verificada no término de 2015. O equilíbrio orçamental e os limites da dívida foram alcançados, o que permite desenhar um futuro mais tranquilo e ambicioso para o Concelho, sem contudo comprometer as gerações futuras, o que implica obrigatoriamente correlação com a sustentabilidade das finanças públicas autárquicas. \*\*\*

No início do mandato prometemos dedicação à causa pública, transparência na gestão municipal, responsabilidade nos atos, eficácia na ação e priorização do investimento tendo em vista a melhoria de qualidade da vida dos munícipes. O Relatório de Contas de 2016 demonstra, cabalmente, que estamos a cumprir com o prometido! \*\*\*

Fizemos e projetámos investimento, consolidámos o passivo das finanças municipais, aumentámos a nossa autonomia financeira. São, hoje, bem visíveis os resultados da eficiente e rigorosa administração municipal que levámos a cabo ao longo destes quase quatro anos. \*\*\*

Todavia, não estamos, nem estaremos nunca, perante um trabalho acabado. Gerir o Município tem, em nossa opinião, como pedra angular um compromisso concreto e duradouro para o qual todos estamos convocados. TODOS! \*\*\*

Esta é a última apresentação dos Documentos de Prestação de Contas deste mandato. Obrigado! Um obrigado verdadeiramente generoso a todos vós, aqui presentes, a todos os Municípios do nosso Concelho de Alijó! \*\*\*

**PRESIDENTE DA MESA** \*\*\*

Deu a palavra ao Chefe de Divisão Administrativa e Financeira, Luis Carvalho, para apresentação do powerpoint. \*\*\*

*Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2017-04-19*



ASSEMBLEIA  
MUNICIPAL DE  
**ALIJÓ**

Deslumbrante Património Natural

32

*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten signature]*

**CHEFE DE DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA: \*\*\***



*Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2017-04-19*



Handwritten signatures and initials in blue ink, including the number '17'.

## RECURSOS HUMANOS

Mapa de qualificação por sexo:

	Masculino	Feminino	TOTAL
Dirigente Intermédio	3	2	5
Técnico Superior	6	12	18
Assistente Técnico	7	17	24
Assistente Operacional	52	20	72
Informática	1	1	2
Outros	4	0	4
<b>TOTAL</b>	<b>73</b>	<b>52</b>	<b>125</b>

## RECURSOS HUMANOS





ASSEMBLEIA  
MUNICIPAL DE  
**ALIJÓ**

Deslumbrante Património Natural

34  
68

## ATIVO

DESCRIÇÃO	11	12	AL	N-1
Imobilizado	38.503.429,83	4.247.889,66	48.952.739,57	47.738.454,69
Circulante	69.354,85	6.182,14	63.672,71	67.059,73
Dívidas de Terceiros	200.157,34	-	200.157,38	184.796,38
Depósitos em IF	3.788.465,25	-	3.788.465,25	3.388.305,71
Acréscimos e Dif.	292.200,21	-	312.870,42	399.551,95

DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

## FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO

DESCRIÇÃO	N	N-1
Património	11.692.711,79	11.692.711,79
Reservas	1.308.515,75	1.174.939,78
Subsídios	160.564,77	160.564,77
Resultados Transitados	9.214.766,54	6.710.661,80
RLE	2.704.053,94	2.671.518,92
Provisões	4.795.314,09	4.825.855,88
Dívidas a terceiros	15.139.796,56	18.055.926,80
Acréscimos e Dif.	8.002.181,92	8.185.988,92

DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

*Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2017-04-19*



ASSEMBLEIA  
MUNICIPAL DE

**ALIJÓ**

Deslumbrante Património Natural

35  
G.S.  
17

## DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

	2016	2015
<b>Resultados Operacionais</b>	<b>2.645.259,08</b>	<b>3.438.367,15</b>
<b>Resultados Financeiros</b>	<b>(357.625,83)</b>	<b>(652.951,43)</b>
<b>Resultados Extraordinários</b>	<b>416.420,69</b>	<b>(113.896,80)</b>
<b>RLF</b>	<b>2.704.053,94</b>	<b>2.671.518,92</b>

DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

## DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	2015	2016
	em euros	em euros
Custos Operacionais	7 211 677,95	7 881 191,56
Custos Financeiros	659 276,13	361 142,84
Custos Extraordinários	295 637,69	540 101,55
<b>TOTAL DOS CUSTOS</b>	<b>8 166 591,77</b>	<b>8 782 435,95</b>
Proveitos Operacionais	10 650 045,10	10 526 450,64
Proveitos Financeiros	6 324,70	3 517,01
Proveitos Extraordinários	181 740,89	956 522,24
<b>TOTAL DOS PROVEITOS</b>	<b>10 838 110,69</b>	<b>11 486 489,89</b>
Resultados Operacionais	3 438 367,15	2 645 259,08
Resultados Financeiros	-652 951,43	-357 625,83
Resultados Extraordinários	-113 896,80	416 420,69
<b>RESULTADO LIQUIDO DO EXERCÍCIO</b>	<b>2 671 518,92</b>	<b>2 704 053,94</b>

*Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2017-04-19*



## Indicadores Económicos

Descrição	DEZEMBRO 2016	Comparação
		Homóloga Dezembro 2015
Vendas e prestações de serviços	1 595 190,44 €	1 667 654,34 €
Varição das vendas e prestações de serviços		-4,35%
Transferências e subsídios obtidos	7 188 362,36 €	7 110 074,13 €
Varição das transferências e subsídios obtidos		1,10%
Impostos e taxas	1 742 897,84 €	1 872 316,63 €
Varição dos impostos e taxas		-6,91%
Resultado líquido do exercício	2 704 053,94 €	2 671 518,92 €
Varição do resultado líquido do exercício		1,22%
Resultados operacionais	2 645 258,09 €	3 438 367,15 €
Varição dos resultados operacionais		-23,07%

DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

## Indicadores Económicos

	2016	2015
Custos com o pessoal	2 648 143,84 €	2 746 747,93 €
Peso relativo dos custos com o pessoal	30,15%	33,63%
Fornecimentos e serviços externos	2 822 583,85 €	2 594 702,08 €
Peso relativo dos fornecim. e serviços externos	32,15%	31,04%
Peso relativo dos custos e perdas financeiros	4,11%	8,07%
Peso relativo dos custos e perdas extraordinários	6,15%	3,62%
Peso relativo das vendas e prestações de serviços	13,89%	15,39%
Peso relativo dos impostos e taxas	15,17%	17,38%
Peso relativo das transferências e subsídios obtidos	62,58%	65,60%
Peso relativo dos proventos e ganhos financeiros	0,03%	0,00%
Peso relativo dos proventos e ganhos extraordinários	8,33%	1,60%

DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

*Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2017-04-19*



ASSEMBLEIA  
MUNICIPAL DE  
**ALIJÓ**

Destimbeante Património Natural

37  
19

## PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Nos termos do ponto 2.7.3. do Decreto-Lei nº 54-A/99, de 22 de Fevereiro, e para cumprimento desta norma legal, a Câmara Municipal, apresenta a seguinte proposta de aplicação de resultados:

**Resultado Líquido do Exercício: € 2.704.053,94 (dois milhões, setecentos e quatro mil, cinquenta e três euros e noventa e quatro cêntimos)**

Transferência para a conta de Resultados Transitados, o montante do Resultado Líquido do Exercício, posterior constituição de reservas legais no montante de 5% desse resultado, transferindo para a conta de reservas legais o valor de € 135.204,70 (cento e trinta e cinco mil, duzentos e quatro mil e setenta cêntimos).

DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

30

## EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

Descrição	Operações Orçamentais	Operações não Orçamentais	Total
Saldo da Gestão Anterior	4.659.264,67 €	729.037,24 €	5.388.301,91 €
Receitas	10.831.540,12 €	687.572,02 €	11.519.112,14 €
Despesas	12.606.409,30 €	512.543,38 €	13.118.952,68 €
Saldo para a Gestão Seguinte	2.884.394,29 €	903.525,96 €	3.787.920,25 €

DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

11

*Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2017-04-19*



ASSEMBLEIA  
MUNICIPAL DE  
**ALIJÓ**

Deslumbrante Património Natural

38

ca  
7

## EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

### RECEITA

DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

12

## EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

Receita Cobrada	Ano 2013	Ano 2014	Ano 2015	Ano 2016
Receita Corrente	9 038 695,95 €	10 564 118,84 €	9 999 075,43 €	9 991 716,82 €
Receita de Capital	1 262 020,01 €	15 751 638,48 €	2 618 408,45 €	839 815,04 €
<b>Total</b>	<b>10 300 715,96 €</b>	<b>26 315 757,32 €</b>	<b>12 617 483,88 €</b>	<b>10 831 531,86 €</b>

DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

13

*Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2017-04-19*

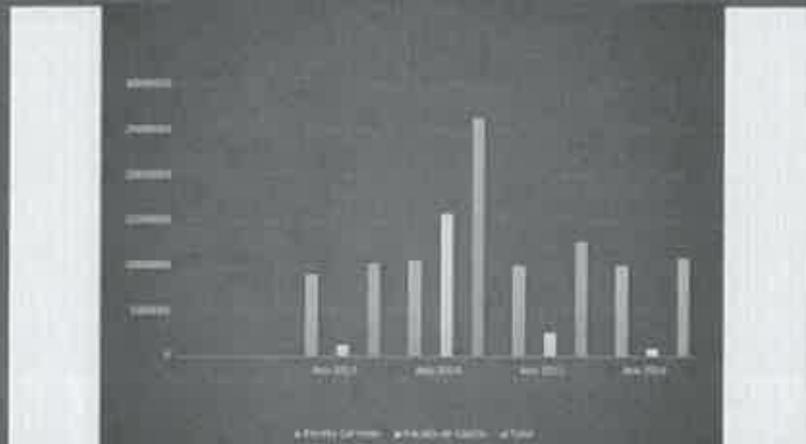


ASSEMBLEIA  
MUNICIPAL DE  
**ALIJÓ**

Destimbrante Património Natural

39

## EXECUÇÃO ORÇAMENTAL



DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

14

## EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

Receita Cobrada	Ano 2013	Ano 2014	Ano 2015	Ano 2016
<b>Receitas Correntes</b>	<b>9 838 693,95 €</b>	<b>10 364 188,84 €</b>	<b>9 999 875,43 €</b>	<b>9 991 786,82 €</b>
Impostos Directos	1 495 848,00	1 726 761,05	1 815 896,78	1 664 011,35
Impostos Indirectos	6 023,56	24 770,80	5 126,90	7 435,76
Taxas, Multas e O. Proximidade	113 473,11	110 171,85	89 694,46	82 009,63
Rendimentos de Propriedade	461 295,57	465 537,94	464 892,16	572 166,04
Transferências Correntes	5 629 101,39	6 895 660,93	6 289 388,69	6 406 897,13
Vendas Bem e Serv. Correntes	1 220 718,49	1 085 691,72	1 249 619,44	1 172 646,71
Outras Receitas Correntes	49 235,53	255 524,55	84 450,98	86 527,13

DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

15

*Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2017-04-19*



ASSEMBLEIA  
MUNICIPAL DE  
**ALIJO**

Deslumbrante Património Natural

40

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature and the number '68'.

## EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

Receita Cobrada	Ano 2013	Ano 2014	Ano 2015	Ano 2016
Receitas de Capital	1 262 020,01 €	15 751 638,48 €	2 618 406,45 €	839 815,04 €
Venda de Bens de Investimento	1 425,00 €	3 850,00 €	27 836,66 €	0,00 €
Transferências de Capital	1 260 595,01 €	1 302 783,24 €	820 685,44 €	839 815,04 €
Passivos Financeiros	0,00 €	14 445 003,24 €	1 769 876,35 €	0,00 €

DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

16

## EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

Impostos Diretos	1 664 011,38	16,65%
Impostos Indiretos	7 438,78	0,07%
Taxas, Multas e O. Penalidades	82 009,65	0,82%
Rendimentos de Propriedade	572 186,04	5,73%
Transferências Correntes	6 406 897,13	64,12%
Vendas Bens e Serviços Correntes	1 172 646,71	11,74%
Outras Receitas Correntes	86 527,13	0,87%

DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

17

*Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2017-04-19*



ASSEMBLEIA  
MUNICIPAL DE  
**ALIJO**

Deslumbrante Património Natural

41  
af

## EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

<b>Transferências de Capital</b>	<b>839 815,04</b>	<b>100,00%</b>
----------------------------------	-------------------	----------------

DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

18

## EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

### DESPESA

DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

19

*Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2017-04-19*



ASSEMBLEIA  
MUNICIPAL DE  
**ALIJÓ**

Deslumbrante Património Natural

42  
7

## EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

Despesa Pago	2013	2014	2015	2016
Despesa Corrente	6 905 842,93 €	10 064 225,72 €	8 460 996,73 €	6 492 097,86 €
Despesa de Capital	3 241 088,67 €	11 521 475,22 €	5 522 693,11 €	6 174 312,44 €
<b>Total</b>	<b>10 146 931,60 €</b>	<b>21 585 700,94 €</b>	<b>13 983 690,84 €</b>	<b>12 666 410,30 €</b>

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO

20

## EXECUÇÃO ORÇAMENTAL



21

*Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2017-04-19*



ASSEMBLEIA  
MUNICIPAL DE  
**ALIJÓ**

Deslumbrante Património Natural

*Handwritten signature*

43

*Handwritten signature*

## EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

<b>Despesas Correntes</b>	<b>6 492 097,86 €</b>	<b>100,00%</b>
Despesas com pessoal	2 660 502,20	40,98%
Aquisição de Bens e Serviços	3 100 220,03	47,75%
Juros e Outros Encargos	362 269,94	5,58%
Transferências Correntes	255 823,43	3,94%
Subsídios	0,00	0,00%
Outras Despesas Correntes	113 281,46	1,74%

DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

22

## EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

<b>Aquisição de Bens de Capital</b>	<b>2 485 008,32</b>	<b>40,64%</b>
Transferências de Capital	449 944,50	7,36%
Ativos Financeiros	79 759,00 €	1,30%
Empréstimos a M/L Prazos	3 099 599,62	50,69%

DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

23

*Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2017-04-19*



ASSEMBLEIA  
MUNICIPAL DE  
**ALIJÓ**

Deslumbrante Património Natural

44

## EMPRÉSTIMOS

### Dívida de Médio/Longo Prazo, por entidades

Caixa Geral de Depósitos	9.470.047,34 €
Novo Banco	190.947,21 €
Banco Português de Investimento	191.839,58 €
Crédito Agrícola	3.851.594,20 €

13 712 428,33

DIVULGAÇÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

24

## LIMITE DA DÍVIDA

Média da Receita Corrente Líquida	€ 9.867.297,00
1,5 vezes	€ 14.800.945,00
Limite da dívida Total	€ 14.800.945,00

13 833 019,71

DIVULGAÇÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

25

*Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2017-04-19*



45  
68  
97

## CARACTERIZAÇÃO DA DÍVIDA

### Caracterização da Dívida

Dívidas a Terceiros	
Fornecedores Corrente	99 164,33 €
Fornecedores de Imobilizado	0,00 €
Credores diversos	21 426,95 €
<b>Total:</b>	<b>120 591,28 €</b>
Empréstimos de Médio e Longo Prazo	
Caba Geral de Depósitos	9 479 047,54 €
Banco Espírito Santo	198 947,21 €
Crédito Agrícola	3 851 594,20 €
Banco Português de Investimento	191 839,55 €
<b>Total:</b>	<b>13 712 428,50 €</b>

DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

26

## PAGAMENTOS EM ATRASO

0,00€

DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

27

*Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2017-04-19*



ASSEMBLEIA  
MUNICIPAL DE  
**ALIJÓ**

Declumbrante Património Natural

46  
M  
G

## EQUILIBRIO ORÇAMENTAL

<b>Recelta Corrente Cobrada Bruta</b>	<b>9 991 716,82</b>
<b>Despesa Corrente</b>	<b>6 492 097,86</b>
<b>Saldo Corrente</b>	<b>3 499 618,96</b>
<b>Amortizações Médias</b>	<b>1 259 321,47</b>
<b>Margem Disponível</b>	<b>2 240 297,49</b>

DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

## RELATÓRIO E CONTAS

F I M

*Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2017-04-19*



ASSEMBLEIA  
MUNICIPAL DE  
**ALIJÓ**

Deslumbrante Património Natural

47

Muito boa tarde a todos. Esta apresentação que aqui vou fazer do Relatório de Contas de 2016 é um resumo daquilo que são os documentos que fazem parte do dossier que foi distribuído a todos os Deputados. \*\*\*

Começo por fazer uma breve apresentação dos trabalhadores da Câmara, que está muito mais exaustiva no relatório de gestão. Depois, uma breve apresentação das demonstrações financeiras, análise de execução orçamental, empréstimos, limite da dívida, os pagamentos em atraso e o equilíbrio orçamental. \*\*\*

Relativamente aos recursos humanos do Município, importa aqui apenas referir que o total são 125 trabalhadores, 5 dirigentes intermédios, 18 técnicos superiores, 24 assistentes técnicos, 72 assistentes operacionais, 2 técnicos de informática e 4 em outras categorias, o Gabinete de Apoio, Fiscal Municipal e o Comandante Operacional. Coloquei apenas aqui este gráfico para referir que 59% do sexo masculino, 41% do sexo feminino. \*\*\*

No relatório fazemos ainda referência à orgânica dos serviços e à orgânica, também, dos Pelouros distribuídos pelos eleitos locais. \*\*\*

Relativamente às demonstrações financeiras, que são constituídas pelo activo, pelo balanço e demonstração de resultados, fazemos aqui uma breve descrição daquilo que é o activo do balanço. E as duas últimas colunas que têm AL, que é o activo líquido de 2016 e o activo líquido do ano de 2015, que é onde tem a coluna N -1. \*\*\*

Aqui, no imobilizado verificamos que é composto pelo imobilizado corpóreo, bens do domínio público e imobilizado em curso, verificamos que houve aqui um aumento de 2015 para 2016. O circulante que compreende as existências teve um pequeno decréscimo. As dívidas de terceiros tiveram um ligeiro acréscimo. Os depósitos em instituições financeiras diminuíram de cinco milhões e trezentos, para três milhões e setecentos. Acréscimos e diferimentos 312 mil euros. Acréscimo de proveitos são 292 mil euros e os custos diferidos 20.670. Isto diz respeito essencialmente a proveitos do ano de 2016 que foram apenas recebidos em 2017, tal como impostos de Dezembro que apenas foram creditados nas contas do Município em Janeiro. \*\*\*

Também há aqui, nos custos diferidos, custos pagos em 2016 e que se referem ao ano de 2017, nomeadamente os seguros. \*\*\*

Importa aqui referir que o inventário do Município e, tal como é referido nas notas ao balanço e demonstração de resultados não está totalmente valorizado, portanto é uma valorização que se tem vindo a fazer ao longo dos anos. \*\*\*

As contas do balanço e da demonstração dos resultados são comparáveis com a do exercício anterior. \*\*\*

Aqui podemos verificar que o total do activo no global teve um decréscimo de aproximadamente 400 mil euros, de 2015 para 2016. Esta oscilação ocorre, sobretudo, numa diminuição nas disponibilidades de cerca de 1,2 milhões. E, um acréscimo de 1,2 milhões de euros nas rubricas de imobilizado. Portanto, estas foram as duas variações mais relevantes. \*\*\*

Relativamente ao activo, importa também referir que o valor do imobilizado é aquele que maior peso tem na estrutura do balanço. \*\*\*

Relativamente aos fundos próprios e passivos, temos aqui o ano N de 2016, o ano N -1 de 2015, temos o património que se mantém igual e é resultado da valorização desde o início do balanço

*Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2017-04-19*



ASSEMBLEIA  
MUNICIPAL DE  
**ALIJÓ**

Deslumbrante Património Natural

48  
[Handwritten signature]

inicial. As reservas que tiveram um aumento, por incorporação das reservas aprovadas aqui, e de acordo com a proposta de apresentação de resultados na Assembleia do ano passado, aquando da apresentação das contas. Os subsídios não houve alteração, o valor é o mesmo. Os resultados transitados têm aqui um aumento de 2.671 milhões, aproximadamente, que é a incorporação do saldo do resultado líquido do ano de 2015. O resultado líquido do exercício é de dois milhões setecentos e quatro. Está referido quer no balanço, quer na demonstração de resultados. \*\*\*

As provisões tiveram um ligeiro decréscimo e as dívidas a terceiros tiveram um decréscimo na ordem dos três milhões, aproximadamente. \*\*\*

A rubrica de acréscimos e diferimentos engloba os acréscimos de custos, remunerações e encargos e facturas emitidas em 2007, cujo custo é referente a 2016, que corresponde, mais ou menos a 440 mil euros e proveitos deferidos que têm a ver com o recebimento de subsídios para investimento, em obras, empreitadas, financiamento externo, que ronda os 7,5 milhões de euros.

No que diz respeito aos fundos próprios, na sua globalidade, aumentaram cerca de 12%, por via dos resultados do transitados, o passivo diminuiu cerca de 10% por diminuição das dívidas de terceiros de médio e longo prazo, resultado da amortização extraordinária e, relativamente aos fundos próprios e passivos são os empréstimos de médio e longo prazo que têm o maior peso. Há aqui uma análise feita pelo Revisor Oficial de Contas, porque o relatório da análise financeira, que está no ponto cinco, eu fiz questão de o incorporar também na conta de gerência para quem só analisasse aquele documento e que refere, precisamente, uma redução do activo de 0,86%, no activo líquido e de 10,08% no passivo, face ao período em 31 de dezembro de 2015. \*\*\*

O resultado líquido do exercício é a última linha, RLE, em 2016 situa-se nos dois milhões setecentos e quatro e em 2015 em dois milhões, seiscentos e setenta e um. Este resultado líquido do exercício é composto pelos resultados operacionais, financeiros e extraordinários que tiveram as variações que estão ali apresentadas. Portanto, houve uma grande variação positiva nos resultados operacionais, negativa aliás. O resultado operacional é menor, no entanto, os resultados financeiros são maiores, porque os custos financeiros também foram menores e os resultados extraordinários são bastante maiores. Isto podemos analisar no quadro seguinte que tem a ver com os custos operacionais. \*\*\*

Portanto, a demonstração dos resultados que permite a análise dos custos e dos proveitos que influenciam o apuramento do resultado líquido do exercício. E podemos ver aqui que há um, de 2015 para 2016, há um aumento dos custos operacionais, há uma diminuição dos custos financeiros e um aumento dos custos extraordinários, isto por via das provisões, das amortizações, que não sendo fluxos financeiros e não ocorrem saídas de dinheiro, são imputados em termos de demonstração de resultados como custos operacionais. \*\*\*

Os custos financeiros tiveram a diminuição precisamente por causa das negociações dos spreads, essencialmente por isso e depois, os custos extraordinários tiveram um aumento também, por via do registo de provisões e amortizações. \*\*\*

Os proveitos operacionais diminuíram ligeiramente, basicamente por um decréscimo na receita que tem a ver com os valores recebidos de vendas e prestações de serviços, tal como se pode analisar depois nos indicadores mais à frente. \*\*\*

Depois, também os proveitos extraordinários tiveram um acréscimo pelo registo e pelas transferências de capital feitas para as instituições sem fins lucrativos e para as Juntas de Freguesia. \*\*\*

*Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2017-04-19*



ASSEMBLEIA  
MUNICIPAL DE  
**ALIJÓ**

Deslumbrante Património Natural

49

Depois, fazendo as diferenças entre os custos e proveitos chegámos a este resultado líquido de exercício de dois milhões setecentos e quatro, para 2016. \*\*\*

Estes indicadores foram retirados do relatório do Revisor Oficial de Contas, que está incluído também, como outros documentos anexos no processo da prestação de contas. Verificamos aqui que há uma variação negativa nas vendas e prestações de serviços. Há aqui uma variação positiva nas transferências e subsídios, muito ligeira. Impostos e taxas, uma variação negativa. O resultado líquido é superior, não é materialmente relevante e os resultados operacionais tiveram aqui um decréscimo de 23%. \*\*\*

Quanto ao lado da despesa, os custos com pessoal têm um peso relativo, este ano, inferior. Os fornecimentos e serviços externos, têm um peso relativo, aumentou. Os custos e perdas financeiras diminuíram, quase na mesma proporção, aliás do mapa que vimos anteriormente. E estes são indicadores económicos. \*\*\*

O resultado líquido do exercício que apresentámos de dois milhões, setecentos e quatro, foi apresentada proposta à Câmara Municipal que será apreciada aqui e votada e este resultado líquido de exercício será transferido para uma conta de resultados transitados e 5% deste valor terá que ser transferido, de acordo com o POCAL, para uma conta de reservas legais e corresponde a cerca de 135 mil euros. \*\*\*

Relativamente à execução orçamental, importa aqui referir o saldo da gerência anterior, que transitou de 2015 para 2016, de quatro milhões, seiscentos e cinquenta e nove. As receitas orçamentais ascenderam a dez milhões, oitocentos e trinta e um, as despesas a doze milhões, seiscentos e seis, sendo que transitou para 2017, um saldo de dois milhões, oitocentos e oitenta e quatro, que hoje é incorporado, também, por via de uma modificação orçamental. \*\*\*

As operações não orçamentais são operações, são verbas que dão entrada no Município, mas que não respeitam ao Município, têm que ser entregues a terceiros, cauções de empreiteiros que são retidas nos pagamentos para garantir a boa execução de obras. Portanto, o saldo é este no total e que coincide com o resumo diário de tesouraria, temos um saldo para a gerência seguinte de operações orçamentais e não orçamentais de três milhões setecentos e oitenta e oito. \*\*\*

Agora falaríamos aqui um pouco da execução da receita daquilo que foi a execução da receita nos últimos anos. A receita corrente de 2015 a 2016 há ali um decréscimo que não é significativo. Já a receita de capital tem ali um grande decréscimo e que resulta essencialmente e também se pode verifica em 2014 para 2015, resulta essencialmente das verbas recebidas referentes a passivos financeiros, isto é, em 2014 deu entrada nos cofres do Município o valor respeitante aos empréstimos contratados do reequilíbrio financeiro e do PAEL. Em 2015 ainda entraram nos cofres do Município duas tranches do PAEL, que correspondem, mais ou menos a 1,7 milhões de euros. E no ano de 2016, como o Município não recorreu nem a empréstimos de médio e longo prazo, nem de curto prazo, a verba é de 839, corresponde essencialmente às transferências do FEF, de capital. Aliás, se aos dois milhões, seiscentos e dezoito, recebidos no ano de 2015, se deduzirmos o valor que deu entrada por via da segunda e terceira tranches do PAEL, o valor é semelhante. \*\*

Este gráfico representa aquilo que estava no quadro atrás, a receita corrente, que é a coluna laranja, que se mantém, praticamente, tem ali um ligeiro acréscimo em 2014. Receita de capital, por via dos passivos financeiros, cresceu ali e o total, claro é a soma das duas colunas. \*\*\*

Aqui, conseguimos verificar a execução da receita corrente por rúbricas e vimos que os impostos indiretos, onde entra o IMI, IMT, etc., um ligeiro decréscimo. Um ligeiro acréscimo nos impostos

*Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2017-04-19*



ASSEMBLEIA  
MUNICIPAL DE  
**ALIJÓ**

Deslumbrante Património Natural

50

indiretos materialmente pouco relevante, taxas, multas e outras penalidades, um decréscimo materialmente pouco relevante, rendimentos de propriedade, temos aqui um acréscimo significativo, mas que na realidade foi a entrada de verba em 2016, mas que correspondia ao quarto trimestre de 2015 e portanto, temos aqui mais 110 mil euros que são provenientes das redes de concepção da EDP, as transferências correntes aumentaram por via também do aumento do FEF, as vendas de bens e serviços correntes tiveram um ligeiro decréscimo, como já vimos anteriormente também e as outras receitas correntes mantêm-se mais ou menos inalteradas. \*\*\*

Aqui, o orçamento da receita teve uma execução superior a 100%. Houve aqui um desvio positivo na ordem dos 346 mil euros, portanto arrecadou-se mais daquilo que se esperava. Este é o resultado da execução da receita corrente na ordem dos 133%. E na receita de capital tivemos uma execução na ordem dos 112%. De salientar que em relação ao ano transato a execução da receita corrente decresceu cerca de 10% e que a execução da receita de capital teve um acréscimo acentuado na ordem dos 37%. Este grau de execução superior a 100% deve-se ao elevado grau de execução de alguns capítulos da receita, sendo que a execução do capítulo de vendas de bens e investimentos, que não teve execução, foi zero, nenhum outro capítulo da receita teve execução inferior a 50%. \*\*\*

Portanto, de uma forma global a execução orçamental no que diz respeito às receitas teve uma execução superior ao ano transato. No entanto verifica-se que no ano de 2016 um decréscimo da receita cobrada bruta, na ordem dos 1,7 milhões de euros, que já referi que advém da contratação do empréstimo do PAEL do recebimento da segunda e terceira tranche. \*\*\*

No que respeita à receita de capital mantêm-se aqueles valores que tínhamos falado. Venda de bens de investimentos zero. As transferências de capital é que têm um peso de 100% nas receitas de capital, porque a única verba recebida foi de transferências de capital do FEF. O peso da receita corrente foi de 92%, sendo que o peso da receita de capital, no orçamento global, apenas teve um peso de 8%. \*\*\*

Aqui verificamos o peso de cada rúbrica da receita corrente no orçamento e verifica-se que as transferências correntes têm, efectivamente, um peso maior na ordem dos 74%, o que é comum aos Municípios da nossa dimensão. Já as transferências de capital tiveram um peso de 100% porque foi a única coisa que recebemos. \*\*\*

Relativamente à despesa fizemos o mesmo exercício. Portanto há aqui um decréscimo da despesa corrente significativo, um acréscimo na despesa de capital, sendo que no total, a despesa orçamental teve uma diminuição. \*\*\*

Graficamente, estes dados são os que estavam no mapa anterior, importa então aqui referir que houve um decréscimo em relação ao ano transato, um decréscimo na ordem dos 1,9 milhões de euros, no que diz respeito à despesa corrente, e na despesa de capital, tivemos um acréscimo de aproximadamente 600 mil euros. \*\*\*

As despesas correntes, as despesas com pessoal são as que têm um peso de 40,98 e as aquisições de serviço de 47,75. Portanto são as despesas de maior peso têm no orçamento, na despesa. \*\*\*

As despesas com pessoal tiveram um decréscimo, em relação ao ano transato, na ordem dos 118 mil euros. A execução das despesas com a aquisição de bens e serviços diminuíram em cerca 1,5 milhões de euros e as despesas pagas com juros e outros encargos diminuíram cerca de 57% em

*Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2017-04-19*



ASSEMBLEIA  
MUNICIPAL DE  
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

51

6/8  
97

relação ao ano transato, tal como já foi referido relativamente e sobretudo fruto das negociações de spreads mais baixos com a banca. \*\*\*

As transferências correntes aumentaram e, quer às Juntas de Freguesia, quer às Associações sem fins lucrativos. \*\*\*

Portanto, quanto à despesa teve uma execução de 84,45%, superior ao ano transato em cerca de 6% e este resultado advém de uma execução da despesa corrente na ordem dos 85,65% e numa execução das despesas de capital na ordem dos 83,20%. \*\*\*

Portanto, verifica-se que no ano de 2016 o valor da despesa paga diminuiu cerca de 1,3 milhões de euros. \*\*\*

Isto são as despesas de capital, o peso de cada uma das rúbricas no orçamento. Os empréstimos a médio e longo prazo, de três milhões e noventa e nove englobam aqui as amortizações extraordinárias. \*\*\*

Relativamente aos empréstimos bancários, são estas as instituições financeiras com quem o Município tem contratos, empréstimos. É este o valor da dívida de médio e longo prazo. Não está aqui o PAEL porque efectivamente foi liquidado. \*\*\*

Portanto, ao longo do ano económico de 2016 foram efetuadas amortizações no valor de cerca de 3 milhões de euros o que permitiu um decréscimo, nesta dívida de médio e longo prazo, em cerca de 18%. \*\*\*

A dívida de capitais alheios, dos empréstimos portanto, apenas se resume a dívida de empréstimos de médio e longo prazo, o que significa que o Município não recorreu a empréstimos de curto prazo. \*\*\*

O decréscimo da dívida de médio e longo prazo deve-se sobretudo à liquidação total do empréstimo do PAEL e essa amortização extraordinária que permitiu ao Município de Alijó a saída do excesso de endividamento. \*\*\*

Relativamente ao limite da dívida importa aqui referir, que nos termos da nova lei das finanças locais a Lei 73/2013, o limite da dívida total da Autarquia é igual a 1,5 vezes a média da receita corrente cobrada líquida dos últimos três anos. Portanto temos ali a média da receita corrente líquida, 1,5 vezes, dá o limite da dívida total. Portanto, este limite, o limite do Município, situa-se nos treze milhões, oitocentos e trinta e três, portanto, abaixo do limite de catorze milhões e oitocentos. \*\*\*

Portanto, à data de 01 de Janeiro de 2016, a dívida do Município ascendia a dezasseis milhões, oitocentos e cinquenta, tendo reduzido, em trinta e um de dezembro de 2016, portanto ao longo do ano, para o montante de treze milhões, oitocentos e trinta e três, e é este o limite apurado. \*\*\*

Relativamente à caracterização da dívida, o Município tem dívida a fornecedores, correntes de 99 mil euros, ou teria a 31 de Dezembro, nomeadamente facturas que foram registadas no último mês, de processamento e que não foram liquidadas, fornecedores de imobilizado a empreiteiras, a dívida é zero, credores diversos, 21 mil euros. Portanto, a dívida a terceiros de curto prazo situa-se nos 120 mil euros. \*\*\*

Os empréstimos de médio e longo prazo, como já vimos, estão decompostos por estas entidades, treze milhões, setecentos e doze. \*\*\*

*Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2017-04-19*



ASSEMBLEIA  
MUNICIPAL DE  
**ALIJÓ**

Deslumbrante Património Natural

52  
a8

Relativamente aos pagamentos em atraso é zero, não existem pagamentos em atraso, de acordo com a Lei 8/2012, Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso. Portanto, a 31 de Dezembro era zero. \*\*\*

Relativamente ao equilíbrio orçamental, importa aqui referir que o Município de Alijó cumpriu a regra do equilíbrio orçamental e que gerou um saldo corrente na ordem nos 3,5 milhões de euros.

Portanto, a receita cobrada bruta do ano é de 9 milhões 991. O saldo corrente será a diferença. As amortizações médias, de acordo com o cálculo da Direcção Geral das Autarquias Locais, enviado pelo Município aquando da elaboração do Orçamento Municipal de 2016 e gera uma margem disponível, no equilíbrio orçamental de 2,2 milhões de euros. \*\*\*

Era isto que tinha para dizer, obrigado. \*\*\*

**PRESIDENTE DA MESA** abriu período de inscrições, tendo-se inscrito os Senhores Deputados António Lousa, Maria de Jesus Elias, Cláudio Vilela, Alceu Costa e Telmo Pinto.\*\*\*

**DEPUTADO ANTÓNIO LOUSA (PSD):** \*\*\*

Ouvi com atenção o Senhor Gestor Financeiro a dar a explicação. Tenho uma boa consideração pessoal por ele mas, já aqui foi dito nesta Assembleia, posso pensar o que quiser sobre a competência técnica. \*\*\*

Mas uma coisa que me chamou à atenção - quando não sei pergunto para analisar os dados - há aqui dois números que a mim me metem confusão. A Câmara passa a deixar de ter endividamento financeiro se passar catorze milhões e oitocentos mil e hoje está com treze milhões e setecentos mil, ou seja, à volta de um milhão de euros abaixo de evento financeiro. \*\*\*

Mas a Câmara tem um processo. Já transitou em julgado, de um milhão e quinhentos mil. Se esse milhão e quinhentos mil entrar nas contas correntes da Câmara, a Câmara toma a entrar em incumprimento financeiro. Foi isso que me informaram, não sei se estarei a dizer alguma barbaridade, mas foi nessa base que me informaram. \*\*\*

Depois, analisando aqui as contas, vi nas transferências para algumas entidades e para Juntas de Freguesia. Os Centros Sociais, Recreativos e Culturais, a maior parte, foram com transferências de mil euros. Houve algumas excepções. Gostava de saber porque foram essas excepções? \*\*\*

E também gostava de saber porque é que a Junta onde eu vivo, onde resido, Vila Chã, é a Junta mais penalizada? 7,704,00€. Pelo tamanho não pode ser, por área, mas gostava também saber porque só tivemos esta dotação financeira? Muito obrigado. \*\*\*

**DEPUTADA MARIA DE JESUS ELIAS (PS):** \*\*\*

Só para dizer que me congratulo que este documento tenha, finalmente, contas bem-feitas, o que não quer dizer que sejam boas contas. É um documento técnico, que evidencia bem a gestão da Câmara Municipal, que teve por base estratégia de opções políticas. Nós teríamos feito de outra maneira e, também à nossa maneira, certamente melhor. Tenho dito. \*\*\*

**DEPUTADO CLÁUDIO VILELA (PS):** \*\*\*

Faz este mês, precisamente um ano que estivemos a aprovar as contas do exercício do ano económico de 2015, uma situação caricata porque teve três versões diferentes. A gente ficou na dúvida de qual delas seria a mais correta. No final lá foi aprovada uma, que foi votada e posteriormente enviada para o Tribunal de Contas. Eu gostaria de saber se, à data de hoje, já há

*Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2017-04-19*



ASSEMBLEIA  
MUNICIPAL DE  
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

53

Handwritten signature and initials in blue ink.

certificação pelo Tribunal de Contas, ou seja, a homologação pelo Tribunal de Contas dos documentos de prestação de contas referente ao exercício de 2015? É que isso condiciona todo o resto. \*\*\*

Li com atenção as várias declarações de voto e surgiram-me aqui algumas dúvidas, nomeadamente na declaração de voto apresentada pelo Senhor Vereador Miguel Rodrigues e António Fernandes. Nesse sentido eu vou interpelá-los e gostaria que eles me esclarecessem sobre algumas situações que apresentam na sua declaração de voto. Nomeadamente, falam que há uma estratégia do Executivo Permanente de amortização antecipada do empréstimo do PAEL e eu questiono se havia outra solução? \*\*\*

Que se amortizou cerca de quatro milhões de euros que poderiam ser pagos em vinte anos. \*\*\*

Falam também que o Orçamento de Estado introduziu novas alterações às Finanças Locais. O Executivo Permanente refere que o endividamento é na ordem dos 1,5, mas a Lei acho que permite outro valor. Também gostava de ser esclarecido acerca disso. \*\*\*

Falam também das operações de substituição de dívida, também tenho aqui algumas dúvidas, nomeadamente, o porquê de na vossa declaração apresentam que o Executivo, com esta atitude, não acautelou o interesse do Concelho. Muito obrigado. \*\*\*

**DEPUTADO ALCEU COSTA (PSD): \*\*\***

Registo, com muito agrado, o trabalho apresentado, nomeadamente a exposição, que eu não tinha lido a documentação, parecia demasiado exaustiva e técnica. Mas gostei muito e os meus parabéns, essencialmente por isso. \*\*\*

Também registo, com agrado, os índices de execução orçamental, 84,45% das despesas, 103,31 nas receitas, quando estávamos habituados sempre a índices de execução muito abaixo dos 50%.

Por último, deixem-me, já agora que diga também, que registo com agrado, a declaração de voto conjunta dos Senhores dois Vereadores. É um acordo pré-nupcial que saúdo e que não tenho mais que dizer, nem que comentar. Muito obrigado. \*\*\*

**DEPUTADO TELMO PINTO (PS): \*\*\***

Começaria por pedir à Senhora Presidente, eu fotocopiei um quadro do relatório de gestão e se posso distribuir esse quadro. Os que têm em formato de papel já o têm, mas é para identificar melhor esse mesmo quadro. É possível? Penso que é a página dezasseis do Relatório de Gestão. Tem a ver com a receita. Muito obrigado Senhora Presidente. \*\*\*

A distribuição deste documento, acho que se toma pertinente neste momento, sobretudo para realçar aqui duas situações que eu acho, e na defesa da honra daquilo que foi o anterior mandato do Partido Socialista e, melhor do que este quadro não pode explicar aquilo que foi o trabalho desenvolvido e desmontar também, um bocadinho, independentemente de todo o esforço e de toda a determinação e empenho pelo Executivo Permanente, na questão da resolução dos problemas económico-financeiros da Câmara Municipal mas, eu assim também, porventura faria uma gestão semelhante, embora optando por outros caminhos, mas em termos de resultado final podia obter os mesmos e, porventura, sem entrarmos numa paragem cardiovascular que parou este Concelho durante estes quatro anos. \*\*\*

Este quadro, vou referir aqui a verba do ano de 2014. Ou seja, o atual Executivo recebeu no ano de 2014, como receita de capital, quinze milhões, setecentos e cinquenta e um mil euros. Há uma

*Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2017-04-19*



ASSEMBLEIA  
MUNICIPAL DE  
**ALIJÓ**

Deslumbrante Património Natural

54  
GZ

parte, no ano de 2015, que já foi aqui referida também pelo Chefe de Divisão de um milhão e setecentos mil, salvo erro, que pertenceria ao ano de 2014, mas que transitou para o ano de 2015. Isto, no fundo, é para dizer que foi deixada a dívida, mas foi deixado também um instrumento de pagamento dessa mesma dívida, ou seja, o tal milagre da multiplicação que às vezes se apregoa por aí está aqui explicado através da receita de capital. \*\*\*

No fundo, isto espelha aquilo que foi a gestão económico-financeira do actual Executivo ao longo destes quatro anos. \*\*\*

Uma última nota também para referir que, a antecipação dos quatro milhões de euros que foram pagos para o PAEL. Porventura, foi uma decisão do actual Executivo contudo, não era o único caminho. Já referi isso aqui nesta Assembleia Municipal, porventura uma dívida que podia ser paga a vinte anos, entendeu este Executivo antecipar esse mesmo pagamento. Nós sabemos que houve objectivos concretos relativamente a essa decisão, a essa opção contudo, apraz-me registar que a verdade dos números também é aquilo que nós queremos que seja essa mesma verdade dos números. E é pena não terem referenciado isso, porque a própria receita de capital e considerando o ano de 2013 e o ano de 2016, há aqui uma diferença significativa, ou seja, estamos a perder receita de capital. \*\*\*

Para finalizar, que aqui também já foi dito, espero que tenhamos presentes um documento que reflecta verdadeiramente as contas da Câmara Municipal, ao contrário do triste episódio que aconteceu no ano de 2016, aquando da aprovação das contas do ano de 2015. Tenho dito, muito obrigado. \*\*\*

#### **PRESIDENTE DA MESA \*\*\***

Tendo sido interpelados os Senhores Vereadores Miguel Rodrigues e António Fernandes pelo Senhor Deputado Cláudio Vilela, deu a palavra ao Senhor Vereador Miguel Rodrigues. \*\*\*

#### **VEREADOR MIGUEL RODRIGUES: \*\*\***

Senhora Presidente da Assembleia, Senhores Membros da Mesa, Senhor Presidente da Câmara, colegas Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados Municipais, Presidentes de Juntas de Freguesia, Público aqui presente. \*\*\*

O Senhor Deputado Cláudio interpelou-me a mim e ao meu colega António Fernandes para, no fundo, explicarmos a nossa tomada de posição em relação à conta de gerência de 2016 e as considerações que aí fizemos sobre o caminho, no nosso entendimento, errado, que foi seguido em relação ao ano de 2016. \*\*\*

Como sabem, no início deste mandato foi herdada uma dívida, mas também foram herdados os instrumentos financeiros que permitiram fazer face a essa dívida, designadamente dois empréstimos que foram contraídos, um perante o Estado, o PAEL e também dois empréstimos ao nível do chamado Plano de Reequilíbrio Financeiro. Um valor global de cerca de 20 milhões de euros, que permitiu uma consolidação do passivo e, nessa medida, converter dívida de curto prazo em dívida de longo prazo, aquilo que tinha de ser pago imediatamente foi convertido numa dívida a pagar em vinte anos, para além de todas as vantagens decorrentes de uma consolidação do passivo. \*\*\*

E com isso conseguiu-se a melhoria de vários indicadores, não apenas o pagamento a fornecedores das dívidas que estavam pendentes, mas também a redução dos prazos médios de pagamento. \*\*\*

*Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2017-04-19*



ASSEMBLEIA  
MUNICIPAL DE  
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

55

*Handwritten signature and initials.*

Sobre a dívida e a natureza dessa dívida herdada, isso é, em si, um debate. Um debate que, eu próprio já propus que fosse efectuado, mas nunca houve ao logo destes três anos, ou três anos e meio, interesse em explicar ao pormenor, em que consistiu essa dívida. \*\*\*

Mas a verdade é que o Município recebeu, como aliás já foi observado ainda agora na análise do Deputado Telmo Pinto, o Município recebeu um valor avultado em termos de empréstimos para fazer face às dívidas de curto prazo e, no fundo, para readquirir a sua sustentabilidade financeira, o que foi acontecendo, em função dos indicadores económico-financeiros que foram sendo conhecidos ao longo destes últimos anos. E portanto, o Município dispunha de alguma liquidez. \*\*

O que é que o Executivo Permanente da Câmara Municipal optou por fazer desde o final de 2015? Optou por fazer uma amortização total, antecipada do empréstimo PAEL e em cerca de um ano, retirou-se do Município, daquilo que existia em caixa, cerca de quatro milhões de euros, que foram entregues então, para a amortização total desse empréstimo. \*\*\*

A nossa posição foi sempre muito clara, com os empréstimos contraídos vieram também medidas duras para este Município, o chamado Plano de Ajustamento Financeiro, como por exemplo os impostos no máximo. Havia por isso que fazer tudo para nos libertarmos dessa camisa-de-forças que representava o plano de ajustamento financeiro. E aquilo que nós fomos dizendo é que se a amortização desse empréstimo fosse condição fundamental para nos libertarmos do PAF, Plano de Ajustamento Financeiro, com certeza que estaríamos todos de acordo nessa medida. Mas foi sempre aconselhada prudência e a necessidade de aprofundarmos melhor este tema, para não haver decisões precipitadas. E porquê precipitadas? Porque retirarmos quatro milhões de euros ao Município poderia colocar-nos numa situação complicada. Complicada desde logo em face das contingências, isto é, o conjunto de processos judiciais que estão pendentes contra o Município de Alijó e que importam na sua totalidade de cerca de cinco milhões de euros. Também a necessidade de não perdermos oportunidades decorrentes, por exemplo de investimentos com fundos comunitários e portanto, não poderíamos descapitalizar o Município e toda a incerteza financeira do tempo que atravessamos. Havia por isso que ter muito cuidado com a gestão desses recursos. Pedimos, também por isso, para que houvesse uma maior ponderação. \*\*\*

O Executivo Permanente não nos ouviu e portanto, resolveu amortizar totalmente o empréstimo PAEL até ao final de 2016. Amortizou totalmente. O que é que acontece entretanto? Acontece que a Lei do Orçamento de Estado de 2017 veio permitir outra operação que nos teria permitido evitar a amortização do PAEL, que é a chamada operação de substituição de dívida, que é aliás algo que vem a esta Assembleia no ponto sete da ordem do dia, que é exactamente a substituição dos dois empréstimos do Plano de Reequilíbrio Financeiro, por outros empréstimos, que irão permitir fechar o Plano de Reequilíbrio Financeiro e, portanto, por essa via libertarmo-nos do Plano de Ajustamento Financeiro. E a questão que nós colocámos foi, porque é que em relação ao PAEL não se agiu da mesma forma que em relação ao Plano de Reequilíbrio Financeiro? Poder-se-ia, se aguardássemos pelo Orçamento de Estado de 2017 e, portanto, se tivéssemos tido a tal precaução de que nós falamos, teríamos tido a possibilidade de fazer também a substituição da dívida em relação ao PAEL, com duas vantagens. A vantagem de que com o efeito último de nos libertarmos do Plano de Ajustamento Financeiro aconteceria na mesma, e portanto, uma muito maior margem de manobra e muito maior autonomia na gestão financeira, mas também a vantagem de que os tais quatro milhões de euros ficariam do lado de cá. \*\*\*

*Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2017-04-19*



ASSEMBLEIA  
MUNICIPAL DE  
**ALIJÓ**

Deslumbrante Património Natural

56  
62

Aquilo que não faz sentido é, precipitadamente, estarmos a amortizar quatro milhões de euros, sem apoiarmos as instituições e sem fazermos investimento relevante, isto é, paralisar o Município apenas para fazer amortizações extraordinárias de dívida que eram dispensáveis. \*\*\*

Colocar-se-á uma questão, que é, bom, mas se calhar nós tínhamos que fazer essas amortizações para ficarmos abaixo do nível de endividamento e podermos, portanto, optar pela tal substituição da dívida. Errado, porque o nível de endividamento para efeitos do excesso de endividamento, como aqui foi dito, artigo 52.º da Lei das Finanças Locais é 1,5x a média das receitas líquidas dos últimos três anos, mas o nível de endividamento para a substituição dos empréstimos é superior. Não é 1,5, é 2,25x, o que significa que, já em 2015, com o nível de endividamento que tínhamos, era possível, nesta altura fazer a substituição da dívida, quer em relação ao PAEL, quer em relação ao reequilíbrio financeiro. \*\*\*

Essa é a questão. Poderíamos, neste momento, dispor de uma muito maior liquidez e poderíamos dispor de alguns instrumentos que permitissem, ao Município, ajudar efectivamente instituições, ajudar ao investimento relevante, ajudar a todo um funcionamento do Município que fosse mais desafogado do que aquilo que é, porque reparem numa coisa, se neste momento o Município de Alijó perder todos os processos judiciais em que é parte, não tem como os pagar. Muito obrigado.

**VEREADOR ANTÓNIO FERNANDES:** \*\*\*

Excelentíssima Mesa, Senhora Presidente, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Deputados, Senhores Vereadores, excelentíssimo Público. \*\*\*

Fomos interpelados para explicarmos as razões porque é que a gente votou contra e as razões foram sensivelmente as mesmas e as dúvidas que eu tive foram sensivelmente as mesmas que teve o Senhor Vereador Miguel Rodrigues. Ele explanou aqui muito bem e bate, essencialmente num ponto que é crucial para o desenvolvimento do nosso raciocínio. \*\*\*

O primeiro ponto e para não vos estar a roubar muito tempo, vou ver se consigo sintetizar isto assim. Primeira pergunta porque é que a Câmara, depois de ter sido avisada, n vezes, em reuniões de Câmara, de que podia esperar pela Lei 81.º, primeira alínea, de 2017, porque já se sabia que este Governo iria fazer aí uma medida para ir de encontro, precisamente, às Câmaras endividadas, que era o nosso caso? Nós alertámos n vezes para essa situação e fizeram sempre orelhas moucas àquilo a que a oposição dizia. \*\*\*

Não ligaram e então acharam por bem, voluntariamente, porque não eram obrigados, portanto, estava tudo tratado, só tinham era que cumprir com as prestações, voluntariamente quiseram entregar quatro milhões de euros ao Estado. Pois, que eu saiba, o Estado não precisa mesmo dos favores da Câmara Municipal de Alijó. O Estado lá se desenrascava. Mas não, a Câmara achou por bem agarrar em quatro milhões de euros e tomem lá, que nós somos bons pagadores. Também éramos se cumpríssemos com as prestações. Mas também sabemos porque é que foi e porque é que o fizeram. \*\*\*

Então não seria melhor, mais uma pergunta, esperar pela tal Lei 81.º, que saiu logo após termos pago os quatro milhões e então aí si, aí é que era gerir, chegar junto da banca, nós temos aqui vinte milhões, em condições iguais, porque era assim que dizia a Lei, os Senhores emprestamos este dinheiro e então aí sim, pagavam ao Estado e ficava livre na mesma para fazer aquilo que eles entendessem para fazer, como fizeram até agora, a Câmara. \*\*\*

*Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2017-04-19*



ASSEMBLEIA  
MUNICIPAL DE  
**ALIJÓ**

Deslumbrante Património Natural

57  
GZ  
9

Então, seria o empréstimo para o PAEL e para também, o reequilíbrio financeiro. E a Câmara ficava desafogada, com uma grande vantagem, como já aqui foi dito, resolvia o problema, ajudava as instituições, ajudava as Juntas de Freguesia, no fundo, o mesmo é dizer, ajudava os Municípios de Alijó, para isso é que nós todos fomos eleitos. Mas, a ambição, para não lhes chamamos outro nome, era livraram-se dos compromissos para quê? Para depois ser mais fácil contratar e fazer estas coisas todas que agora começam aí a aparecer e mais coisas de que ainda vamos falar a seguir. Isto é simples, como viram, em três perguntas explicou-se isso tudo. \*\*\*

Mas, já agora, só para dar uma resposta ao Senhor Deputado Alceu Mendes da Costa. Eu acho muito estranho que o Senhor tenha visto e tenha reparado e lhe tenha feito confusão que os dois Vereadores da oposição tenham feito uma declaração de voto em conjunto e não reparou que o Executivo Camarário também usou o mesmo sistema. Também foi uma declaração de voto em conjunto. Porque é que lhe fez confusão uma e não lhe fez a outra? Muito obrigado. \*\*\*

**PRESIDENTE DA MESA** deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara. \*\*\*

**PRESIDENTE DA CÂMARA:** \*\*\*

Meus Senhores, já nada me surpreende. Infelizmente, tenho que ouvir estratégias de quem gosta de acumular dívidas. Eu gosto é de acumular dinheiro. Evidentemente que se seguisse a estratégia da oposição que tive, não estávamos aqui hoje nesta situação. Primeiro, bola de cristal, ninguém tem. Segundo, gerir não é filosofar. Gerir é analisar e depois agir e foi o que este Executivo fez. Aliás, somos um caso de estudo no país. \*\*\*

Relativamente ao facto de dizerem que herdámos dívidas e herdámos uma ferramenta, herdámos dívidas e herdámos dívidas muito maiores que a ferramenta. Herdámos dívidas escondidas, muitas. Aliás, a ferramenta não chegava. Tanto não chegava que o Tribunal de Contas não visou nem o PAEL, nem o Reequilíbrio Financeiro, porque analisava e via que não era possível. Apenas foi visado porque primeiro separámos os programas e explicámos o que é que se passava ali e foi primeiro aprovado o PAEL, posteriormente o Reequilíbrio. Estava mal concebido. Aquilo não foi concebido, aquilo foi em cima do joelho, adaptado qualquer coisa e vira para lá e está aqui a ferramenta. Essa ferramenta, se não tivéssemos lutado por ela, não a tínhamos tido. E essa ferramenta não teve a ordem de grandeza que estão a dizer, porque quando ela chegou ao Município já tínhamos amortizado muita dívida. Portanto, ela teve uma ordem de grandeza bastante inferior ao que estão agora a dizer. Disseram aqui vinte milhões. Qual vinte milhões qual carapuça. Mais do que isso era a dívida daqui, sim senhor. \*\*\*

Depois, estranho. Para uns efeitos, as contingências que estão em tribunal contam, podemos ir à falência, para outros, não podemos somar. Na primeira apresentação que eu fiz da dívida, pus, hipoteticamente, os 5,2 milhões que estão a ser peticionados ao Município. Disseram que isso nem existia, que estava em tribunal e que não contava, não sei quê. Passado este tempo, chegamos aqui, também já conta tudo, aqui d'el Rei que vai cair o Carmo e a Trindade, que não se sabe... Bem, meus amigos eu, pela experiência que tenho de vida, se o caminho não fosse este, Alijó não tinha grande futuro. Agora poderá vir a ter algum futuro. \*\*\*

Entretanto também, isto custa-me a dizer, quando se falou no excesso de endividamento, 2,25, não Senhor Doutor, está errado. Está errado completamente. 2,25 era para adesão facultativa ao FAM, Fundo de Apoio Municipal. 1,5 é o excesso de endividamento. Ainda continua a ser hoje. \*\*\*

O Orçamento de Estado publicado em Março é que veio alterar algumas regras, mas eu não tenho a bola de cristal. Se o Senhor tem, então está muito para além do que eu imaginava. De qualquer

*Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2017-04-19*



ASSEMBLEIA  
MUNICIPAL DE  
**ALIJÓ**

Deslumbrante Património Natural

58

forma, essa estratégia, eu não a aceito. Eu fui o Presidente de Câmara, tracei uma estratégia e trouxe-a até aqui. E digo-lhe mais, também compreendo que vocês os dois digam isso, porque não pagam cá IMI, nem tencionam cá criar os filhos. E isso, para mim, o futuro das gerações que estão aí, são mais do que qualquer política pessoal, qualquer interesse partidário. Para mim, isso não existe. Esse futuro poderá existir para os Senhores. Para mim não existe. \*\*\*

Alerto todos os alijoenses para este futuro que lhe querem vender que não está de acordo com os nossos interesses. Nós é que residimos aqui, nós é que pagamos aqui os nossos impostos, nós é que temos os nossos filhos, nós é que temos de gerir o nosso território. Não é qualquer ilusão. Não é qualquer outra estratégia que não seja esta. Não tínhamos outra. Não tínhamos saída, acreditem. Agora, continuarmos nesta depressão não. Vamos sair desta depressão, já está a página virada. \*\*\*

Eu compreendo essas opiniões. Quem não vive cá, quem não cria cá os filhos, eu compreendo, mas não as aceito. \*\*\*

Senhor Deputado Cláudio, como sabe, a certificação de contas anda sempre dois anos atrasada. Sabe bem disso. Ainda não recebemos nada. As de 2013 vieram no ano passado, em 2016, não foi?

**PRESIDENTE DA MESA \*\*\***

Colocou em votação o **ponto quatro**: *Documento de prestação de contas referente ao ano económico de 2016 – apreciação e votação nos termos da alínea l) do n.º 2 do art.º 25.º da lei n.º 75/2013, de 12/09*, tendo o mesmo sido **aprovado por maioria com 18 votos a favor, 7 votos contra e 7 abstenções**.

Também o **ponto cinco** da ordem do dia: *Relatório da análise económico-financeira e de execução orçamental, reportada a 31 de dezembro de 2016, remetido pelo auditor externo – alínea d), n.º 2 do art.º 77.º da Lei n.º 73/2013, de 12/09 – apreciação*, foi discutido e apreciado conjuntamente com o ponto anterior. \*\*\*

Introduziu o **ponto seis** da ordem do dia: *5.ª modificação aos documentos previsionais de 2017, que se traduz na 2.ª revisão ao orçamento da receita e da despesa e na 2.ª revisão ao PPI e PAM – alínea a) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12/09 – aprovação*. Deu a palavra ao Senhor Presidente para apresentação do ponto. \*\*\*

**PRESIDENTE DA CÂMARA: \*\*\***

Após a aprovação do Relatório de Contas, esta revisão tem a ver com a incorporação do saldo que transitou do exercício anterior, dois milhões, oitocentos e noventa e seis mil euros. Faz-se esta revisão para incorporar o saldo. E faz-se também ainda para incorporar um fundo perdido do PARU, Plano de Regeneração Urbana, de um milhão e sessenta e sete mil euros. Portanto, este também tem de ser incorporado, quer pela parte da despesa, quer pela receita. É neste sentido que se faz esta revisão. \*\*\*

**PRESIDENTE DA MESA** abriu período de inscrições para a discussão do ponto, tendo-se inscrito o Senhor Deputado Cláudio Vilela a quem deu a palavra. \*\*\*

**DEPUTADO CLÁUDIO VILELA (PS): \*\*\***

*Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2017-04-19*



ASSEMBLEIA  
MUNICIPAL DE  
**ALIJÓ**

Deslumbrante Património Natural

59

*[Handwritten signature and initials]*

Uma pequena nota Senhora Presidente. Vamos votar uma incorporação de um saldo que ainda não sabemos, só vamos saber no próximo ano se as contas foram ou não validadas pelo Tribunal de Contas, não é? Era só muito obrigado. \*\*\*

**PRESIDENTE DA MESA \*\*\***

Colocado em votação o ponto seis da ordem do dia 5.ª modificação aos documentos previsionais de 2017, que se traduz na 2.ª revisão ao orçamento da receita e da despesa e na 2.ª revisão ao PPI e PAM – alínea a) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12/09 – aprovação, tendo o mesmo sido aprovado com 20 votos a favor e 10 abstenções. \*\*\*

Introduzido o ponto sete da ordem do dia: Relatório de análise de propostas referente à contratação de empréstimo de médio/longo prazo para aplicação na liquidação antecipada de outros empréstimos, nos termos do art.º 81.º da Lei n.º 42/2016, de 28/12, que se aprova o Orçamento de Estado de 2017 – aprovação, para efeitos do disposto na alínea c), n.º 1 do art.º 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21/02, do art.º 49.º da Lei 73/2013, de 03/09 e alínea f) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12/09, deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para apresentação do ponto. \*\*\*

**PRESIDENTE DA CÂMARA: \*\*\***

Na sequência da estabilização financeira deste Município, entendemos proceder a um novo empréstimo, que já nos é permitido e, dessa forma, além de aumentarmos a maturidade da dívida que tínhamos, também diminuimos o encargo financeiro. Nós estávamos com um empréstimo de onze milhões e tal, que é referente ao reequilíbrio e estávamos com o juro de 1,6. Esta nova negociação, esta nova consulta ao mercado permitiu-nos um juro de 1,04%, o que nos permite uma poupança de juros razoável, são quinhentos e tal mil euros, na maturidade, bem como anualmente no permite também uma poupança de cento e onze mil euros. Também dilatou no tempo, ao máximo, fomos novamente para vinte anos. \*\*\*

Quer dizer, nós não aumentámos a dívida, antes pelo contrário, diminuimos a despesa que o capital nos estava a dar. Conseguimos uma instituição, houve um concurso público, aberto, recebemos as propostas, um júri, que selecionou e temos então que a melhor proposta que tivemos aqui foi a do Crédito Agrícola que nos oferece um juro de 1,04 a vinte anos. \*\*\*

Portanto, todas as vantagens que vamos ter nessa contratação estão espelhadas e agora, a maior vantagem ainda é que acabámos de uma vez com o reequilíbrio. Isto já é a segunda liquidação que este Executivo está a fazer. Fizemos a primeira que foi do saneamento financeiro, que acabámos com ele, que eram sete milhões e tal que estavam na Caixa. Foi logo que entrámos para nos vermos livres desse incumprimento. E queremos ver-nos livres do reequilíbrio, que traz associado também a ele pequenos compromissos que não são adequados ao momento financeiro que o Município atravessa. \*\*\*

Portanto, o Município está em condições de fazer uma caminhada sozinho. Não pode é voltar a ter a vertigem do dinheiro, mas acho que isto é o melhor que se consegue neste momento. Julgo que é pôr ponto final neste ciclo recessivo e depressivo que o Município atravessou. \*\*\*

**PRESIDENTE DA MESA** abriu período de inscrições para este ponto, tendo-se inscrito os Senhores Deputados Maria de Jesus Elias, Telmo Pinto, Alceu Costa e Cláudio Vilela.

**DEPUTADA MARIA DE JESUS ELIAS (PS): \*\*\***

*Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2017-04-19*



ASSEMBLEIA  
MUNICIPAL DE  
**ALIJÓ**

Deslumbrante Património Natural

60

Sobre este ponto e quanto à negociação do empréstimo do reequilíbrio financeiro, este Executivo só fez o que se esperava que se fizesse. Era sua obrigação optar por este procedimento, uma vez que o Orçamento de Estado para este ano assim o permite. E sobre o que vou dizer a seguir, já muito foi dito, mas sinceramente, tenho que falar sobre ele. \*\*\*

Lamento não terem tido o mesmo procedimento relativamente ao PAEL e ter antecipado o seu pagamento deixando o Município descapitalizado. Com esta situação, este Executivo entregou uns milhões de euros ao Estado sem qualquer contrapartida ou vantagem para o Concelho. Foi uma opção política é certo, para tentar iludir os Municípes, dizendo que são bons gestores. Afinal, porque é que não pagaram a dívida do reequilíbrio financeiro e a vão substituir por outra? Boa gestão? Será? Boa gestão não é pagar um empréstimo de vinte anos num ano. A isso chama-se devolver dinheiro do Empréstimo. \*\*\*

Diz que quem prejudicou este Concelho já aqui não está para prestar contas, referindo-se assim ao anterior Executivo. Continua com esta crença? Senhor Presidente engana-se, porque afinal estamos todos cá. E vamos andar por aqui, por aí e por ali para contrariar a sua crença. \*\*\*

E porque não temos medo das nossas responsabilidades. Façam um esforço de memória e sejamos claros e assumir de uma vez por todas, aliás como até já foi comprovado, que foi com envelopes financeiros que o anterior Executivo deixou, que fizeram o pagamento antecipado do PAEL. Ou será que saiu o euromilhões à Câmara? Se assim foi, bem poderia ter dado mais dinheiro às Freguesias e associações do Concelho. Se são tão bons gestores como dizem têm faltado onde não deviam ter faltado. Só a impreparação justifica o quanto prejudicaram este Concelho. \*\*\*

Quanto a este ponto eu voto a favor e, sinceramente, gostaria de votar sempre a favor. Tenho dito.

**DEPUTADO TELMO PINTO (PS):** Prescindi da palavra. \*\*\*

**DEPUTADO ALCEU COSTA (PSD):** \*\*\*

Fazendo um esforço de memória, aqui há uns anos, houve um Executivo que, com os mesmos motivos, com os mesmos pretextos, contraiu um empréstimo de dez milhões para renegociar a dívida. Todos nós sabemos que duplicou a dívida, que utilizou esse dinheiro para obras de fachada, obras eleitoralistas. Como sei que isso não vai acontecer agora, como sei que a dívida não vai aumentar pelo facto desta operação, claro que estou de acordo. \*\*\*

**DEPUTADO CLÁUDIO VILELA (PS):** \*\*\*

Vou começar por referir a intervenção que o Senhor Presidente teve no período de antes da ordem do dia, quando se lamentava que não tinha apoio do Governo, no fundo estava-se a referir ao Ministério da Cultura, que não tinha apoio do Governo e chegou a referir que Alijó estava esquecida. Aqui está a prova de que Alijó não está esquecida. O Governo colocou-lhe à sua disposição um instrumento financeiro importantíssimo para o nosso Concelho. \*\*\*

E aqui vou ter também que dar uma nota acerca do Governo e a prova está que, tal como António Costa e o seu Governo no país mostraram que havia outro caminho, que não o caminho seguido pelo PSD e por Passos Coelho e Paulo Portas, aqui no Município também havia outro caminho. Está aqui um bom exemplo. \*\*\*

Agora, não vejo que isto seja uma virtude tomada pelo actual Executivo. Era obrigatório que aproveitassem esta dádiva do Governo. Isto era obrigatório. E cá está a prova que também

*Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2017-04-19*



ASSEMBLEIA  
MUNICIPAL DE  
**ALIJÓ**

Deslumbrante Património Natural

61

relativamente à amortização do PAEL foram precipitados e, de facto, o pagamento dessa dívida foi meramente eleitoralista. Muito obrigado. \*\*\*

**PRESIDENTE DA MESA \*\*\***

Colocou o **ponto sete** da ordem do dia: *Relatório de análise de propostas referente à contratação de empréstimo de médio/longo prazo para aplicação na liquidação antecipada de outros empréstimos, nos termos do art.º 81.º da Lei n.º 42/2016, de 28/12, que se aprova o Orçamento de Estado de 2017 – aprovação, para efeitos do disposto na alínea c), n.º 1 do art.º 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21/02, do art.º 49.º da Lei 73/2013, de 03/09 e alínea f) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12/09, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade, com trinta e um votos.*

Introduziu o **ponto oito** da ordem do dia: *Alteração ao anexo I ao contrato tipo concessão de distribuição de energia elétrica em baixa tensão – alínea p) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12/09 – aprovação.* Deu a palavra ao Senhor Vice-presidente da Câmara para apresentar este ponto. \*\*\*

**VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA: \*\*\***

Excelentíssimos Senhores Deputados, vem aqui uma proposta, que já passou em reunião de Câmara, que é da competência da Assembleia Municipal, tem a ver com a alteração a um anexo, que integra o acordo de concessão de iluminação pública, com a EDP, alteração esta que contempla, basicamente a incorporação das novas tecnologias no que diz respeito à iluminação pública em determinados locais. Não é mais do que isso, é uma adaptação de um anexo, obrigando, desta forma, permitam-me a expressão, que a EDP incorpore novas tecnologias no que diz respeito à iluminação pública, designadamente iluminação LED e outra. \*\*\*

**PRESIDENTE DA MESA** abriu período de inscrições para este ponto. Não havendo inscritos, colocou a votação o **ponto oito** da ordem do dia: *Alteração ao anexo I ao contrato tipo concessão de distribuição de energia elétrica em baixa tensão – alínea p) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12/09 – aprovação, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.* \*\*\*

Introduziu o **ponto nove** da ordem do dia: *Proposta referente à 1.ª alteração ao Mapa de Pessoal de 2017 – alínea o) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12/09, conjugado com o n.º 4 do art.º 29.º da Lei 35/2014, de 20/06 – aprovação.* Deu a palavra ao Senhor Vice-presidente da Câmara para apresentar este ponto. \*\*\*

**VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA: \*\*\***

Excelentíssima Senhora Presidente, excelentíssima Mesa, Senhor Presidente, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Excelentíssimo Público. \*\*\*

Vem aqui uma proposta que é a primeira proposta de alteração ao Mapa de Pessoal deste ano. Esta proposta vem no seguimento de uma autorização concedida aqui, em Assembleia na sessão de Fevereiro, se bem se recordam, quando veio aqui uma proposta para reorganização dos serviços municipais, designadamente quanto ao número e tipo de Unidades Orgânicas e de Subunidades. \*\*\*

Nessa altura, esta Assembleia fixou em sete o número de Unidades e fixou em oito o número de Subunidades, ou seja, manteve o número de Subunidades que já existiam. \*\*\*

Competiu depois ao Executivo Permanente, tendo levado essa proposta trabalhada à Câmara Municipal, digamos que, constituir as Unidades Orgânicas. E essas Unidades Orgânicas, que

*Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2017-04-19*



ASSEMBLEIA  
MUNICIPAL DE  
**ALIJO**

Deslumbrante Património Natural

62

constam desde proposta no mapa que vem dobrado a seguir, se bem se recordam, são sete Unidades de segundo grau e que eu passo a ler. \*\*\*

Mantem-se a Unidade de segundo grau de Estratégia e Empreendedorismo. É criada uma Unidade Orgânica com a designação de, Divisão, chamemos-lhe assim, de Cultura, Educação e Desporto. Mantem-se a Unidade Orgânica de Obras e Serviços Urbanos. Mantem-se a Unidade Orgânica de Urbanismo e Ordenamento do Território. É criada uma Divisão nova, embora assumindo grande parte das competências da atual Divisão Administrativa e Financeira, mas que, por força de perder algumas competências, assume quase o carácter de uma Divisão nova, que é a Divisão Administrativa e Financeira. Uma Divisão sim inteiramente nova, que é também uma Unidade de segundo grau, Desenvolvimento Social. E há uma Divisão completamente nova que é de Gestão Organizacional, cujas competências vêm depois descritas também nesse documento.

Juntamente com esta organização administrativa vem também uma proposta para criação de doze vagas no quadro de pessoal da Câmara. Esta proposta consta de quatro vagas para assistentes operacionais, cinco vagas para assistentes técnicos e três vagas para técnicos superiores, designadamente um técnico superior da área da engenharia civil, um técnico superior da área da arquitetura e um técnico superior na área da contabilidade. Porquê? \*\*\*

Na área da contabilidade porque, como sabem, a Divisão Administrativa e Financeira é gerida por um técnico superior, Dr. Luís Maneta, mas tem vindo a perder pessoal e pessoal muito qualificado como sabem, precisamos de um outro técnico na área da contabilidade até, quanto mais não seja e fundamentalmente, pra o substituir nas suas falhas, férias e impedimentos. \*\*\*

Precisamos de um técnico na área de engenharia civil, juntamente com um técnico na área da arquitetura, porque foi sempre a nossa ideia, termos uma equipa de projectos na Câmara que possa projetar obra pública. Tem duas vantagens. Evitamos gastar dinheiro, findo, recorrendo ao exterior, ao privado, criamos dois empregos e temos uma equipa competente e traquejada em matéria de projeção da obra pública. \*\*\*

Era também nossa intenção que este gabinete de projecto pudesse, sempre que solicitado, em horas de menor intensidade de trabalho, pudesse elaborar pequenos projectos de obra privada, será uma proposta que mais tarde levarei à Câmara, para pessoas carenciadas. Pessoas que, desde que comprovado o seu estatuto de carência, possa este gabinete ajudá-los, também, nesta matéria. \*\*\*

Relativamente aos assistentes técnicos, eles faltam um pouco por toda a organização do Município, designadamente na área administrativa. Temos muita, muita falta de pessoal. O Município em termos de pessoal está à beira da rutura. Tem perdido muito pessoal. \*\*\*

No que diz respeito ao pessoal operacional temos aqui uma proposta para criação de quatro vagas, em que dois serão operadores de máquinas. Não temos neste momento operadores de máquinas. Condutores de pesados temos um e começa a ser muito, muito difícil dar resposta, os Senhores Presidentes de Junta sabem do que estou a falar, dar resposta às solicitações que nos são colocadas todos os dias. Hoje mesmo tivemos, com carácter de urgência, pedir a um empreiteiro que nos fosse reparar dias ruturas de saneamento porque não temos pessoal, porque os que temos no apoio logístico à Feira da Laranja, porque estamos a aplicar betuminoso nos buracos das estradas, ou vamos estar a reparar ruturas. Não temos capacidade e portanto, é de todo premente e esta proposta para contratar doze funcionários é o mínimo indispensável e

*Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2017-04-19*



ASSEMBLEIA  
MUNICIPAL DE  
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

63

absolutamente necessário. Se assim não for, o Município corre mesmo o risco de entrar em rutura naquilo que é o cumprimento das suas atribuições. \*\*\*

Com esta organização administrativa, não é feita de ânimo leve. Sabemos o que pretendemos. Sabemos que as competências do Município são cada vez mais. Sabemos que os recursos são cada vez menos. Portanto queremos criar unidades mais pequenas e por essa forma mais especializadas. Queremos maior rigor e celeridade na execução das políticas. Queremos que uma vez dada a orientação, ela tenha aplicação, se possível, logo de imediato, mas queremos também uma maior responsabilização dos nossos dirigentes intermédios. \*\*\*

Penso que com este modelo teremos, necessariamente maior transparência, maior celeridade e mais eficiência na ação. Muito obrigado.

**PRESIDENTE DA MESA** Abriu período para discussão deste ponto, tendo-se inscrito os Senhores Deputados Luís Lameiras, Alceu Costa, Cláudio Vilela, Telmo Pinto, Laureano Guedes e Aurelina Carvalho. \*\*\*

**DEPUTADO LUÍS LAMEIRAS (PS):** \*\*\*

Começo por dizer o seguinte. De facto, este embrulho assim tão bem apresentado, tão bonito, como aqui nos trouxe o Senhor Vice-presidente, de facto, a gente a gente fica agradavelmente satisfeito. O problema é que, e reportando-me à intervenção do Senhor Presidente, no que diz respeito ao relatório e contas e passo a citar, dizia assim "somos o Município com menos índice de emprego per capita. Pois é, o tal embrulho que apresentou aqui o Senhor Vice-presidente, muito bonito, por dentro há qualquer coisa que não está a funcionar bem. \*\*\*

O que é que eu quero dizer com isto? Quero dizer com isto que, numa primeira reunião de Câmara, este Executivo apresentou uma proposta para integrar quarenta e dois novos funcionários no mapa de pessoal da Câmara Municipal. Então os Senhores não explicam isto aqui à Assembleia?

E porque é que não explicam? Não explicam porque não lhes convém, como é evidente. Estes quarenta e dois lugares, quarenta e dois novos empregos, empregos para a vida, representavam, se isto fosse avante, representava um terço daquilo que é o atual mapa de pessoal da Câmara Municipal. E isto com tanta propaganda de contenção. Então onde é que está a contenção se isto fosse avante?

Foi necessário os Vereadores da oposição, nomeadamente o Vereador Miguel Rodrigues e o Vereador António Joaquim Fernandes alertá-los para esta discrepância, para este caos. Foi então que os Senhores recuaram e apresentaram numa reunião, dois dias após a primeira onde apresentaram os quarenta e dois lugares, apresentaram então os doze lugares. E agora trazem-nos aqui. \*\*\*

O que é que isto senão uma medida eleitoralista? Quarenta e dois lugares, sem nenhuma explicação para o efeito. É obra. \*\*\*

No que diz respeito, ainda em relação a este ponto, no que diz respeito aos Chefes de Divisão, há que fazer aqui novamente, já o fiz várias vezes, mas vou fazer outra vez o historial daquilo que tem sido a vossa política relativamente à questão das Divisões. \*\*\*

Pois bem, a 30 de Dezembro de 2013, isto é, dois meses após a vossa tomada de posse, alteraram as Divisões. Havia cinco, passaram para quatro. \*\*\*

*Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2017-04-19*



ASSEMBLEIA  
MUNICIPAL DE  
**ALIJÓ**

Deslumbrante Património Natural

64  
9  
G18

Nessa fundamentação, mais responsabilidade, mas eficiência, porque a que havia era ineficaz, não respondia aos problemas do Município. Portanto, passados dois meses, de cinco para quatro.

Nove meses após, foi um estudo exaustivo que fizeram para o efeito e portanto a coisa estava mesmo bem explanada e bem estruturada e nove meses depois há que fazer uma outra reorganização e voltam à primeira forma, de quatro, novamente para cinco. Com uma agravante, discriminação entre Chefes de Divisão, porque havia um super Chefe de Divisão. E aquele que era o Chefe de Divisão foi demitido por incompetência. Palavras, fundamentação do Executivo aqui, nesta Assembleia. E então veio o novo super Chefe de Divisão. Acontece que passado algum tempo, o tal super Chefe de Divisão foi demitido por incompetência e, aquele que tinha sido demitido da primeira vez por incompetência é hoje competente. \*\*\*

Agora, apresentam novamente sete divisões e ainda há pouco o Senhor Vice-presidente se reportou, a esta questão de serem sete divisões, mais responsabilidade, mais transparência, mais rigor, mas eficácia, etc., etc., etc.. \*\*\*

Ora, resumindo e concluindo, a julgar por esta trapalhada toda que os Senhores têm realizado ao longo deste mandato no que concerne a esta matéria, acho que nem vale a pena estar a comentar. Terminei. \*\*\*

**DEPUTADO ALCEU COSTA (PSD): \*\*\***

Eu também li a declaração de voto dos Senhores Vereadores Miguel Rodrigues e António Joaquim Fernandes. \*\*\*

Que há falta de pessoal, não há dúvida. O quadro de pessoal deste Município já foi o dobro, até talvez mais, do que é atualmente. Eu tenho muita pena que não tenham sabido arranjar forma de cabimentar orçamentalmente, como é referido, a primeira proposta, porque vou continuar com muita pena de não ver ninguém na rua. Há as substituições mínimas exigíveis necessárias, mas vamos continuar a não ter ninguém na rua a trabalhar. Isto é o que me preocupa mais, infelizmente.

É claro que não têm o traquejo de outros que cá andam há muito tempo. Os serviços técnicos, se calhar, é que deveriam ter resolvido este problema, cabimentando-o, ou resolvendo, arranjando uma forma legal de resolver o problema. \*\*\*

Agora, as referências eleitorais repetitivas, essas sim, denotam algum nervosismo eleitoral. Já estão preparados para a guerra, como se de guerra se tratasse. Infelizmente, para além de permanentemente criticarem, não se lhes conhece uma ideia ou um contributo positivo e o Concelho é que paga. Sim, porque se ficámos para trás de tantos outros Municípios, quando anteriormente, na gestão do PSD, nomeadamente do Dr. Aníbal Ferreira, éramos apresentados como modelo, e em muitos sectores, como no saneamento básico, pioneiros, a actual situação de fuga de investimento e investidores, de fuga da juventude, de abandono de manchas de floresta e de agropecuária, de envelhecimento e abandono da população, deve-se aos vinte anos de gestão socialista e ao foguetório que tanto os caracteriza e não ao pouquíssimo tempo que este Executivo teve de se preocupar com esses reais problemas de assoberbados que estavam com a asfixia da situação financeira e a que conseguiram dar a volta. \*\*\*

Exigir mais é demagogia. É mais do mesmo. \*\*\*

**DEPUTADO CLÁUDIO VILELA (PS): \*\*\***

*Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2017-04-19*



ASSEMBLEIA  
MUNICIPAL DE  
**ALIJÓ**

Deslumbrante Património Natural

65

7

Ora cá está, este nervosismo eleitoral, em jeito de foguetório, pretendia criar quarenta e dois lugares de uma só vez para o quadro de pessoal da Câmara Municipal de Alijó. Tenho curiosidade de saber quem eram os beneficiados, ou seja, quem era os quarenta e dois cargos a criar nesse quadro de pessoal, pelo que solícito, se algum dos colegas tiver acesso, ou tiver na sua posse esse mapa de pessoal, que me faculte só para me satisfazer a minha curiosidade. \*\*\*

De facto, isto aqui não vejo mais que não seja uma perspectiva eleitoralista, porque pensou-se criar quarenta e dois lugares sem ver se havia cabimento orçamental. É claro que não estava outra coisa implícita. \*\*\*

Vou terminar com uma frase utilizada pelo Senhor Presidente de Câmara há pouco, que eu há pouco também referi a declaração de voto sobre as bolsas de estudo e que o Senhor Presidente de Câmara diz assim: "Porque na política não vale tudo". Era só, muito obrigado. \*\*\*

**DEPUTADO TELMO PINTO (PS): \*\*\***

Algumas coisas que eu gostaria de referir, mas que as mesmas já foram referidas enfim, estou a ficar lento no levantamento do braço para me inscrever, à frente, se calhar também me dá jeito, mas vou referenciar apenas aqui, parte de um parágrafo da declaração de voto do Senhor Vice-presidente sobre este ponto. Diz que "nada tem a ver com eleitoralismo, outros sim, noutros tempos foram usando esse expediente para conseguir os seus objectivos políticos." Não sei se se estava a rever, ou a quem se poderia estar a referir, mas é lamentável, de facto, quando se faz este tipo de observações quando se está num outro lado. \*\*\*

Mas, sobre este ponto, já foi referenciado aqui a forma ziguezagueante da gestão dos recursos humanos desta Câmara Municipal. Não fez tudo mal, evidentemente. Esta Câmara fez algumas coisas bem-feitas, mas estarão aí para as referenciar. Nós estamos aqui para referenciar aquilo que de menos bom ou de mau, foi feito e eu gostaria de ouvir aqui, o reconhecimento por parte do Executivo Permanente, o assumir de alguma dificuldade, ou de alguma impreparação que teve naquilo que é a gestão dos recursos humanos de uma Câmara Municipal ao longo de quatro anos. Ficava bem, porventura dizer assim, provavelmente a gente equivocou-se na primeira vez que alterámos o número de Divisões. Numa perspectiva de melhorar, alterámos, passado um tempo, mas afinal enganámo-nos novamente. Mas assumam, assumam porque é verdade. Há efectivamente uma deficiência na gestão dos recursos humanos deste Executivo Camarário. \*\*\*

Eu digo Executivo Camarário porque não posso culpabilizar, obviamente, até porque o Senhor Presidente da Câmara é o expoente máximo na responsabilidade de tudo o que se passa na Câmara Municipal, mas reconheço que ouvi aqui alguma falha, também, na assessoria, no que concerne à questão dos recursos humanos. \*\*\*

Gostaria de interpelar os Senhores Vereadores relativamente à questão dos quarenta e dois lugares, porque nos documentos dessa parte não consta. Muito obrigado. \*\*\*

**DEPUTADO LAUREANO GUEDES (MAIS): \*\*\***

Excelentíssima Mesa, Senhor Presidente, Senhores Vereadores e Senhores Deputados. \*\*\*

Está provado que isto é um ponto muito quente e já foi discutido exaustivamente. Não me leva tão pouco a interpelar seja quem for e, desculpem este meu egoísmo, com tanto departamento eu gostava de saber, a qual departamento pertence o Auditório Municipal? Não vou plagiar o nosso amigo Deputado Luís Lameiras, mas vou questionar o futuro do próprio Auditório em funcionamento, questionar no bom sentido. \*\*\*

*Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2017-04-19*



ASSEMBLEIA  
MUNICIPAL DE  
**ALIJÓ**

Deslumbrante Património Natural

66

Julgo que, nesse Departamento, que não sei se pertence ao Departamento da Cultura ou da Educação, ainda não sei, essa ignorância peço perdão de a manter, mas ia propor que este nosso ex-libris fosse um centro de motivações culturais e de educação, o que quer que fosse, mas que houvesse uma dinâmica que não fosse exclusiva da Autarquia. \*\*\*

O que é que eu proponho? Proponho que nessa natureza de gestão de motivações se constituísse uma comissão cívica de intervenção, no sentido de conselheiros, para que enriquecesse, de alguma maneira, a motivação para o destino desse Auditório, porque estou com receio que o Auditório, depois de aberto, não tenha motivações suficientes para funcionar. Ou por falta de imaginação ou por falta, direi, de motivações culturais. \*\*\*

A verdade é que esse Departamento poderia ter o bom senso de pôr em evidência um grupo cívico, de maneira a que participasse no futuro do Auditório. Tenho dito. \*\*\*

**PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE ALIJÓ: \*\*\***

Excelentíssima Senhora Presidente da Assembleia, Membros da Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhores Deputados e Público aqui presente, a todos, boa tarde.

No que diz respeito à proposta de alteração do mapa de pessoal, o Executivo Permanente de Câmara Municipal tem, melhor do que ninguém, a noção das suas necessidades para o melhor funcionamento dos serviços municipais, não existindo, por esse facto, a necessidade, tal como foi dito pela oposição, de ser feito um estudo das mesmas. \*\*\*

Lamento que tenham vetado a abertura de mais vagas no mapa de pessoal por alegada falta de cabimento orçamental, pois seria uma mais-valia para o Concelho, trazendo mais emprego e fixando mais jovens. Desta forma estamos a comprometer, de forma séria, o exercício das atribuições que estão afetas ao Município pois, como é sabido, nos últimos dez anos, a Câmara Municipal perdeu cerca de cem funcionários. \*\*\*

Quanto aos custos que a abertura destas vagas traria para a Câmara Municipal, não temos que nos preocupar com isso, pois este Executivo tem provas dadas do rigor da sua governação. \*\*\*

**DEPUTADO ANTÓNIO LOUSA (PSD): \*\*\***

Eu tenho de ser coerente comigo próprio e tenho que dar o louvor a esta Câmara pelo desempenho financeiro que ela fez. Congratula-me muito que o Senhor Presidente, na trajetória que decidiu, foi rigoroso e executou até ao fim. \*\*\*

No mapa de pessoal que hoje estamos aqui a analisar. Toda a gente se queixa que o grande problema é não haver pessoal na rua. Falta para contar água, falta para isto, falta para aquilo mas, na parte para onde vai entrar pessoal não é nessa parte, isso é que me entristece. Não é aí, onde toda a gente se queixa que falta, que vai entrar. \*\*\*

Se é na base do rigor, que eu reconheço que houve nesta Câmara a nível de contas e depois, quando temos uma folga financeira, porque isto vai exigir mais encargos, quando nos queixamos que precisamos de pessoas, que vamos meter toda a gente, desculpem alguns funcionários que estão aqui, mas toda a gente diz na rua que dentro da Câmara há gente a mais. Toda a gente diz isso. Que falta pessoal na rua, porque é que não é nessas unidades que entram as pessoas? Obrigado. \*\*\*

**PRESIDENTE DA MESA \*\*\***

*Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2017-04-19*



ASSEMBLEIA  
MUNICIPAL DE  
**ALIJÓ**

Deslumbrante Património Natural

67

Deu a palavra aos Senhores Vereadores interpelados pelo Senhor Deputado Telmo Pinto, para explicarem o sentido da declaração de voto em reunião de Câmara. \*\*\*

**VEREADOR ANTÓNIO FERNANDES: \*\*\***

Senhora Presidente, mais uma vez vou só fazer perguntas, porque não sei porquê, quando os Vereadores falam temos de ter cuidado com o tempo, mas também agora pedia licença à Senhora Presidente da Mesa se me deixava, porque eu não fico bem comigo mesmo, dar aqui uma respostazinha ao Senhor Presidente da Câmara. Só uma notazinha. \*\*\*

Senhor Presidente da Câmara, o Senhor até é uma pessoa que eu respeito e até é de bom trato, tenho que o dizer aqui, mas francamente, numa audiência destas vir chamar aqui, à causa pública, os filhos dos Senhores Vereadores, desculpe que lhe diga, isso não é de bom-tom. Não é. \*\*\*

Depois digo-lhe outra coisa Senhor Presidente. Eu sei que fez isso porque se enervou, Senhor Presidente, há pessoas que ficam assim, com falta de argumento enervam-se, mas não podem dizer o que lhes vem à cabeça. Aqui, lutamos todos com as mesmas armas e, se realmente como tantas vezes apregoamos, até somos democratas, porque é que se trazem à causa os nossos familiares. Não lhe ficou bem Senhor Presidente, desculpe-me este reparo e eu não ficaria bem comigo mesmo se não o dissesse aqui nesta mesma audiência e quero agradecer à Senhora Presidente da Mesa por me ter dado esta oportunidade. \*\*\*

Mas quero dizer, para finalizar este ponto, uma coisa. Senhor Presidente, o Senhor pergunte-me, a mim, aonde é que eu estou, por onde eu ando, como dizia à bocado uma Senhora Deputada, vamos andar por aí, por onde eu ando, onde eu trabalho e onde eu produzo riqueza, o Senhor pergunte-me isso. Não me pergunte, por favor, pela minha mulher ou onde educo os filhos. Não volte a fazer isso Senhor Presidente porque isso é falta de ética e até de pouca democracia. \*\*\*

Vamos ao assunto. Todos nós sabemos, e também já foi dito aqui e eu não me quero repetir, quero ser sucinto pelo respeito que tenho pela Senhora Presidente da Mesa. Às vezes a gente diz que eu me excedo um bocadinho, mas eu não queria. \*\*\*

Vamos então aos pontos, às perguntas. Primeiro, porque será que, numa primeira reunião, só pode ser irrefletidamente, apresentam quarenta e dois lugares a preencher. Quarenta e dois lugares. Depois de todos os argumentos que nós, oposição, apresentámos, também os vou dizer, alguns são muito simples e não é preciso nenhum estudo, como foi por aí falado, é preciso estar atento, ver e justificar também, porque, desculpem lá, como é que me podem pedir um voto, isento, coerente, se não me dão as mesmas ferramentas que eles têm de dizer, olhem para este lugar queremos isto, para aquele precisamos disto, além temos estas deficiências. Assim está bem. Agora só dizer vote. Temos que respeitar. \*\*\*

Passados dois dias, porque perante os nossos argumentos, que foram tão fortes, foi retirado esse ponto e passado dois dias, convocada logo outra reunião, para passados dois dias aparecerem doze lugares. Então essas faltas todas, que eram tantas, que era tão necessário, como aqui já foi também argumentado, em dois dias conseguiram descer de quarenta e dois para doze? Olhai que isto tem que se lhe diga. \*\*\*

Eu só vou aqui fazer estas perguntas que bastava se tivéssemos tido resposta. Primeiro, porque diminuíram de quarenta e dois para doze? \*\*\*

Segundo, qual o critério? Qual é o critério que tem para tanta gente? Não foi respondido. \*\*\*

*Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2017-04-19*



ASSEMBLEIA  
MUNICIPAL DE  
**ALIJÓ**

Deslumbrante Património Natural

68

Terceiro, onde faz falta tanta gente? Também não disseram. Encontra naquilo que eu disse. Os motoristas como disseram, pois claro. \*\*\*

Eu quero aqui deixar dito que também defendo empregos. Também, queremos criar empregos para o Concelho, só que esses empregos não podem ser criados às carradas e quando nos apetece e nos dá mais jeito, não é? \*\*\*

Outra pergunta, para responder a que problemas? Onde é que nós temos que dar resposta urgentemente? Olha, por exemplo nos cobradores da água, que vêm as facturas aos molhos, às quatro juntas. Por exemplo argumentavam assim. E assim é que se faz, porque nós não somos insensíveis. Também queremos e todos sabem que, pelo menos eu desde que sou Vereador, sempre defendi os funcionários, nunca em circunstância alguma eu iria estar contra a admissão de funcionários. \*\*\*

Também queria dizer, muito sinceramente para não me alongar, como se isso não bastasse, ainda apresentam a proposta sem cabimento orçamental. E como se ainda não bastasse também, sem suporte legal, porque não foi de ânimo leve que recuaram de quarenta e dois para doze. Foi porque realmente, como já aqui foi dito, aquilo estava uma trabalhada. Havia urgência em, com certeza, satisfazer compromissos. É a minha opinião Senhor Presidente, tem que respeitar e então vai quarenta e dois. Penso que esse número não surgiu por necessidade, surgiu porque pronto, são quarenta e dois porque deve ser isso que a gente... \*\*\*

Assim sendo, eu queria dizer que, se quisermos e para responder a alguns Senhores Deputados, vou-me escusar de dizer o nome, que dizem que é preciso gente, realmente é preciso gente. E é verdade e fico contente quando a Câmara tem possibilidade de admitir e não de demitir, porque isso é sinal de que há dinamismo, podemos concordar com tudo isso. \*\*\*

Mas então será que se andaram quatro anos e eu próprio aqui o referi, com a dança das cadeiras, toda a gente sabe o que é isso, era tira daqui, põe ali, troca e põe noutro lado, sem sequer respeitar os funcionários, sem sequer respeitar a sua dignidade e sem sequer terem em conta que eles são gente e também têm filhos e que os filhos gostam de ver e até os amigos, que as pessoas sejam bem tratadas em qualquer lado. Não foi isso que aconteceu. E agora, diria eu, extemporaneamente, de repente, da noite para de manhã, precisamos de quarenta e dois. \*\*\*

Pois é, eu também sei que agora no fim vai haver abertura para tudo. Tudo vai ser facilidades. Mas atenção, temos que ter em conta que detrás de uma montanha há outra. E detrás de uns há de vir outros. E não estejamos nós agora, porque estamos cá a fazer aquilo que nos apetece e que queremos, para que depois às vezes, a responsabilidade ser com os outros. \*\*\*

Então, por exemplo, eu tenho a certeza que não podem ser tão distraídos assim, porque este concurso é para admitir em Outubro, as admissões devem ser em Outubro, então será que este Executivo Permanente se esqueceu que dia um de Outubro, precisamente no primeiro dia vai haver eleições? E que depois, essa gente, pronto é a lei da vida, se perderem as eleições, terão de ser outros a tratar esse processo a admiti-los e colocá-los e essas coisas todas? \*\*\*

Vamos, como eu digo, ter rigor, responsabilidade e vamos ser contidos. Finalizo com esta palavra. Quando falam tanta vez, medidas eleitoralistas, é eleitoralismo, eles votam contra porque vêm aí as eleições, eu só quero dizer, então, a quatro meses de uma campanha eleitoral autárquica admitir quarenta e duas pessoas, o que é que lhe chamam? Deixo-vos a pergunta. \*\*\*

**PRESIDENTE DA MESA \*\*\***

*Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2017-04-19*



ASSEMBLEIA  
MUNICIPAL DE  
**ALIJÓ**

Deslumbrante Património Natural

69

*Handwritten signature and initials in blue ink.*

**VEREADOR MIGUEL RODRIGUES: \*\*\***

Penso que nós devemos sempre nestes debates que levamos a cabo, devemos sempre manter a compostura. Penso que aqueles que nos elegeram e aqueles que votaram em nós e que nos deram o mandato que estamos aqui a exercer, nunca nos devem fazer perder a compostura. \*\*\*

A política faz-se com razão, com emoção, mas é importante que a emoção não nos faça perder a razão. E sobretudo que não percamos a razão quando estamos a falar da gestão de recursos públicos, dos recursos que são de todos. \*\*\*

Ao longo dos anos que levo como Vereador, eu fundamentei sempre as minhas posições. Quando estava contra, quando estava a favor ou quando me abstive e apresentei argumentos e portanto, aquilo que eu espero é que quem discorda apresente argumentos melhores do que os meus. O que eu aqui apelo é que não vamos enlamear o debate e então vamos aos argumentos. \*\*\*

Em primeiro lugar, ninguém, na oposição, eu próprio ou o Senhor Vereador António Fernandes, nenhum de nós está contra a criação de postos de trabalho, primeiro ponto. É uma nota prévia que é importante aqui referir. Não estamos contra a criação de postos de trabalho. A criação de postos de trabalho é importante. É importante, desde logo, na própria economia local, num Concelho economicamente deprimido como é o Concelho de Alijó. O Município de Alijó ser um dos principais empregadores, ou o principal empregador, essa importância mantém-se e portanto, a criação de postos de trabalho, havendo margem orçamental para isso, é importante. \*\*\*

E também é importante na medida em que o Município necessite desse reforço do quadro de pessoal, na medida em que, com esse reforço do quadro de pessoal, o Município e concretamente a Câmara Municipal, funcione melhor, esteja mais habilitada, a cumprir as suas atribuições, as suas competências e portanto, a servir melhor os cidadãos. Temos que acabar sempre nesse ponto, servir melhor os cidadãos. Servir melhor os Municípios. Ninguém está contra a criação de postos de trabalho no Município.

Aquilo que aqui se critica é, em primeiro lugar, o procedimento, isto é, nós não podemos criar postos de trabalho no mapa a olho, porque sim. Vamos criar aqui, como podíamos criar ali, como acolá. Vamos criar dez, como podíamos criar vinte, ou trinta, ou cem. É a olho que se faz isto? É a olho que se faz uma gestão dos recursos públicos? Então onde está o tão anunciado rigor? Onde está a tão anunciada nova atitude de gestão que foi anunciada no início do mandato? Aquilo que nós dizemos é algo de muito simples. Primeiro, inventariar as necessidades do Município e explicar na Câmara, explicar na Assembleia algo de muito simples. Nós temos necessidades aqui, aqui e aqui. E nestas áreas as necessidades são mais prementes. São prioritárias e precisamos de as ocupar com estes postos de trabalho. E nessa medida, por estas e aquelas razões, o Município vai ver otimizado o seu desempenho ao serviço dos Municípios, ou seja, fundamentar a criação dos postos de trabalho. Isso não aconteceu. \*\*\*

As Senhoras e os Senhores Deputados Municipais se olharem para a proposta que têm e para os documentos que vos foram entregues, não vêm uma linha, já nem falo de um parágrafo, uma linha que explique, porque é que concretamente são necessários mais postos de trabalho? Em que áreas? Não têm uma linha? \*\*\*

Eu quero aqui chamar à atenção, que aquilo que o Senhor Vice-presidente acabou de dizer há pouco, não está reproduzido nos documentos que os Senhores receberam. Não está lá nada disso. Nada. Então, mas justifica-se uma situação destas? \*\*\*

*Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2017-04-19*



ASSEMBLEIA  
MUNICIPAL DE  
**ALIJÓ**

Deslumbrante Património Natural

70

*Handwritten signature and initials in blue ink.*

E o desvario é tão grande que efectivamente surgiu este procedimento anómalo, que nós, Vereadores da oposição aqui informámos, de aparecer um mapa de pessoal com quarenta e duas novas vagas, que é apenas um terço do atual quadro de pessoal, sem sequer ter um cabimento orçamental. Sabem o que é o cabimento orçamental? Quer dizer, não estava medido sequer o impacto orçamental desses lugares. Portanto, podiam lá pôr quarenta, como podiam lá pôr oitenta. E porque não duzentos ou trezentos ou mil? Então, mas é assim? \*\*\*

Eu quero aqui responder perante uma intervenção que aqui teve lugar, ninguém vetou nada. A oposição não é maioritária. Devia ser, mas não é. Não é maioritária no Executivo. Ninguém vetou nada. O Executivo Permanente é que tem de explicar porque é que apresentou uma proposta numa sexta-feira com quarenta e dois novos lugares e na quarta-feira seguinte esses quarenta e dois foram reduzidos para cerca de um quarto. Mas tinham maioria, porque é que não aprovaram os quarenta e dois novos lugares. Se calhar, porque reconheceram que o que estavam a fazer era incorreto. \*\*\*

Mas Senhoras e Senhores Deputados, apresentarem aquela primeira proposta com o desconhecimento, a ignorância das mais elementares regras em termos de gestão pessoal numa autarquia é chocante. Eu, como Vereador, senti-me chocado, perplexo. Mas ninguém vetou coisa nenhuma. Porque é que foi retirado? O Executivo permanente poderá explicar. \*\*\*

Também é verdade que disse-se aqui, bom em relação aos custos não temos que nos preocupar com isso. Pois não, já percebi porque não. Porque é suposto que seja o próximo Executivo a suportar esses custos. Eu percebi. Porque desta vez, as doze novas vagas trazem um cabimento orçamental, mas cabimento a partir de Outubro. E também a questão dos timings aqui é muito relevante. Porque é que só cabimentaram a partir de Outubro? Pergunta. Já que o Vereador António Fernandes fez perguntas eu também faço aqui uma. Será que estes lugares são mesmo para preencher? Ou serão para alimentar algum bluff pré-eleitoral? Muito obrigado. \*\*\*

**PRESIDENTE DA MESA** deu a palavra ao Senhor Vice-presidente da Câmara. \*\*\*

**VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA:** \*\*\*

Excelentíssimos Senhores Deputados Municipais, excelentíssimo Público, estarecido estou eu com estas duas últimas intervenções dos colegas Vereadores que me antecederam. Tudo isto esbarra, pura e simplesmente, na ausência ou no facto de não terem ainda assimilado o conceito de quadro de pessoal. \*\*\*

Quem efectivamente nunca esteve à frente de uma instituição pública ou de um organismo público, quem efectivamente nunca geriu recursos humanos, não pode saber o que é um mapa de recursos humanos, o que é um quadro de recursos humanos. Não pode saber. E não sabem, pura e simplesmente, que isto é um instrumento de gestão de recursos humanos, que tem que a todo o momento reflectir a realidade do Concelho, quer os existentes, quer aquilo que falta. \*\*\*

A nossa primeiro proposta, que foi depois retirada e já vou explicar porquê, contemplava exactamente nada mais do que isso, a necessidade actual do Município de Alijó para fazer face a todas as suas necessidades, o que não queria dizer e ninguém levou uma proposta para contratar quarenta e duas vagas. Levou-se uma proposta para criar no quadro de pessoal, quarenta e duas vagas porque se achava que era um número mínimo, necessário neste momento, para que o Município possa fazer cabalmente as suas funções. \*\*\*

*Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2017-04-19*



ASSEMBLEIA  
MUNICIPAL DE  
**ALIJÓ**

Deslumbrante Património Natural

71

A sua contratação, o início do procedimento de contratação, seria desenvolvido ao longo do ano, à medida que fosse sendo financeiramente possível\*\*\*

Mas os Senhores Vereadores da oposição fizeram a interpretação que mais lhes convém, como é óbvio. E aliás, o Senhor Dr. Miguel reconhece na sua declaração de voto, reconhece a falta de recursos humanos. Di-lo lá. É uma questão só de conceito meus caros amigos. Nada mais que isso. \*\*\*

Quanto à trapalhada, Senhor Deputado Lameiras, só se for na sua cabeça. Para mim, o percurso está muito claro e muito transparente. Dissemos aqui, em 2014, quando reduzimos o número de Unidades Orgânicas e o estatuto, se quiser, prometemos, que logo que houvesse condições, reanalisaríamos a situação e criaríamos as condições ótimas. Estamos a cumprir. \*\*\*

Quanto a criar lugares a olho, como aqui foi dito pelo Senhor Vereador Miguel, eu quero-lhe dizer o seguinte. Só quem está cá, cá eu digo no Município, na Câmara, que despacha diariamente com os Chefes de Divisão, que ouve as pessoas, que ouve os Presidentes de Junta, sabe e não precisa de encomendar nenhum estudo aprofundado a nenhum amigo para saber os recursos que necessita. Muito obrigado. \*\*\*

**PRESIDENTE DA MESA** deu a palavra ao Senhor Deputado António Lousa. \*\*\*

**DEPUTADO ANTÓNIO LOUSA (PSD):** \*\*\*

Pois é Senhora Presidente, isto é tudo muito lindo, a gente fala, fala... eu, há uns tempos perguntei, quando alguns quadros foram abertos, se tinha de passar à Assembleia, se tinha que vir à Assembleia e toda a gente empaleou. Estou aqui a ler agora Unidade Orgânica Flexível de Cultura, Educação e Desporto e cá está, um lugar preenchido em geografia, que não passou aqui, mas cá está. \*\*\*

Sabe Senhora Dr.<sup>a</sup> é que nós, infelizmente, também sabemos ler. E disseram que tinha que vir aqui à Assembleia. Tinha que passar em votação na Assembleia. Mas está cá. Senhora Dr.<sup>a</sup>, a gente é ingénuo quando quer, quando não quer, olhe vai deixando andar. Obrigado. \*\*\*

Colocou em votação o **ponto nove** da ordem do dia: *Proposta referente à 1.ª alteração ao Mapa de Pessoal de 2017 – alínea o) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12/09, conjugado com o n.º 4 do art.º 29.º da Lei 35/2014, de 20/06 – aprovação*, tendo o mesmo sido **aprovado com 21 votos a favor, 2 contra e 9 abstenções.** \*\*\*

Introduziu o **ponto dez** da ordem do dia: *Proposta de atribuição de despesas de representação aos dirigentes intermédios de 2.º grau – alínea cc) do n.º 1, do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12/09 e do n.º 2 do art.º 24.º da Lei n.º 49/2012, de 29/08 – aprovação.* Deu a palavra ao Senhor Vice-presidente da Câmara para apresentar o ponto. \*\*\*

**VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA:** \*\*\*

Caríssimos Deputados Municipais, trazemos aqui uma proposta, uma vez criadas as unidades orgânicas de segundo grau, Divisões Municipais, trazemos aqui uma proposta para atribuição ou para pagamento das despesas de representação aos futuros Chefes de Divisão, para fazer face, é assim que a Lei prevê, aos encargos acrescidos que tem a ver com o desempenho do seu cargo.

Isto tem uma importância mensal de 195,00€ e, como disse, há a opção de pagar, não pagar, eu proponho a esta Assembleia que delibere no sentido de pagamento desta despesa de representação aos futuros Chefes de Divisão. Muito obrigado. \*\*\*

*Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2017-04-19*



ASSEMBLEIA  
MUNICIPAL DE  
**ALIJÓ**

Deslumbrante Património Natural

72

Handwritten signature and initials in blue ink, including the number 72 and the letters 'GS' and 'M'.

**PRESIDENTE DA MESA** abriu período de inscrições para debater este ponto, tendo-se inscrito os Senhores Deputados Cláudio Vilela, Luís Lameiras, Alceu Costa e Estela Teixeira.\*\*\*

**DEPUTADO CLÁUDIO VILELA (PS):** \*\*\*

Uma ou duas questões. A minha dúvida é a seguinte e por uma questão de justiça. Vão ser pagas as mesmas despesas de representação a todos os Chefes de Divisão, independentemente do desempenho de funções que têm? Quero dizer, independentemente se saem, ou não, muito do Concelho. Independentemente se trabalham mais horas ou não. Vão ser tabelados todos por igual? Era só, muito obrigado. \*\*\*

**DEPUTADO LUÍS LAMEIRAS (PS):** \*\*\*

Perante esta proposta de despesa de representação para os Chefes de Divisão é caso para fazer aqui uma pergunta. Então o Senhor Presidente e os Senhores Vereadores vão deixar de representar o Município como tem acontecido nalgumas situações e vão passar a representar os Chefes de Divisão? Será isso? \*\*\*

Mais uma vez, tanta contenção e agora vão auferir cada um dos novos sete Chefes de Divisão 195,00€. Bom, estamos próximos das eleições, isto só me leva a crer que é mais uma medida eleitoralista e não passa mais disso. \*\*\*

**DEPUTADO ALCEU COSTA (PSD):** \*\*\*

Verifico que este ponto foi mais uma vez aprovado por maioria, com a abstenção dos Senhores Vereadores António Joaquim Fernandes e Miguel Rodrigues. \*\*\*

Claro que a justificação do ponto anterior que não cola, ou se é a favor do subsídio ou não se é. Quer dizer, não estou a ver ali o meio termo, a abstenção, não estou a ver o meio termo. \*\*\*

Também, com certeza, que não é por aquilo que tanto apontam aos outros, razões políticas ou eleitorais. Não é com certeza. \*\*\*

Pessoalmente, gostaria de ver este subsídio mais relacionado com a avaliação do serviço prestado e não a sua generalização. Muito mais quando se trata de uma classe que já ganha muito mais que a maioria dos funcionários, aumentando assim o fosso entre os seus vencimentos, o que pode significar alguma injustiça em relação aos outros. Por isso, o meu voto será contra. \*\*\*

**DEPUTADA ESTELA TEIXEIRA (PS):** \*\*\*

Cumprimento novamente todos os presentes e queria partilhar aqui que, se o ponto anterior tivesse sido votado em separado para o aumento do quadro de pessoal e a questão dos Chefes de Divisão, se tivessem sido duas situações separadas, eu não me teria absterido, mas teria votado contra o aumento do número de Chefes de Divisão. \*\*\*

E por essa mesma lógica, vou votar contra este subsídio. Depois de quase quatro anos de ouvirmos uma Câmara falar em endividamento, em despesas e em contenção, vimos nesta altura do campeonato propor um aumento para sete Chefes de Divisão e um subsídio para esses mesmos Chefes, tal como o Deputado Alceu Costa já disse, ganham muito mais do que qualquer funcionário da Câmara, parece-me ser quase ridículo, absurdo. \*\*\*

Aliás, se multiplicarmos esse valor de subsídios pelo seu número, daria para pagar mais um vencimento e abrir mais um posto de trabalho. É só, também vou votar contra. \*\*\*

*Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2017-04-19*



ASSEMBLEIA  
MUNICIPAL DE  
**ALIJÓ**

Deslumbrante Património Natural

73  
GA  
7

**VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA: \*\*\***

Deixava duas notas. A primeira é de que é procedimento transversal a todos os Municípios, não conheço um único que não pague este subsídio. \*\*\*

Segunda nota, sempre se pagou no Município de Alijó. Sempre se pagou, não é nenhum subsídio novo. Sempre. \*\*\*

Portanto, pedia-lhes que refletissem bem antes da votação, porque será caso único, julgo, que conheça. Não há outro. E obviamente, que a ser deliberado, será para todos, como é óbvio. \*\*\*

**PRESIDENTE DA MESA** não havendo mais inscrições colocou a votação o ponto dez da ordem do dia: *Proposta de atribuição de despesas de representação aos dirigentes intermédios de 2.º grau – alínea cc) do n.º 1, do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12/09 e do n.º 2 do art.º 24.º da Lei n.º 49/2012, de 29/08 – aprovação, tendo o mesmo não sido aprovado (13 votos contra, 10 votos a favor e 9 abstenções)*

Deu a palavra à Segunda-Secretária da Mesa. \*\*\*

**PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE SANTA EUGÉNIA (MAIS): \*\*\***

Muito boa tarde a todos. Peço desculpa de não estar neste enquadramento, mas queria fazer um agradecimento, porque a Junta de Freguesia de Santa Eugénia fez uma caminhada para comemorar o Dia Internacional dos Monumentos e Sítios, que foi no dia quinze, foi sábado de aleluia, mas, mesmo assim, nós tivemos 55 participantes. \*\*\*

Portanto, queria aqui deixar um agradecimento a todos aqueles que participaram, particularmente aqui, neste órgão. Também estiveram presentes os dois Vereadores, Dr. António Joaquim Fernandes e o Dr. Miguel Rodrigues. \*\*\*

Queria também fazer um agradecimento público aos Bombeiros Voluntários de Alijó que conosco colaboraram e pedia ao Senhor Presidente da Associação que realmente fizesse chegar esses agradecimentos, que foi de valorizar, porque eles, realmente, fizeram um acompanhamento, quase como uma caminhada licenciada. O nosso agradecimento. \*\*\*

Este percurso é um percurso que provavelmente será um percurso que irá ser utilizado para observação das microreservas do rio Tinhela e portanto foi, digamos, uma antestreia desta caminhada e era importante que realmente ficasse aqui este registo de que nós, a Junta de Freguesia, em colaboração com a Casa da Trigueira, marcámos este dia para lembrar, para preservar, para conservar tudo o que é património cultural e natural também deste nosso território. Muito obrigada àqueles que colaboraram conosco. \*\*\*

**PRESIDENTE DA MESA** deu a palavra ao Senhor Deputado António Lousa. \*\*\*

**DEPUTADO ANTÓNIO LOUSA (PSD): \*\*\***

Congratula-me bastante que a Senhora Presidente de Junta de Santa Eugénia tivesse feito essa caminhada, mas tem de haver uma articulação com as outras Juntas de Freguesia, que eu também estive nesse dia numa caminhada da Junta de Freguesia de Vila Chã e quando não há essa articulação é impossível a gente estar nas duas. Em tive muito gosto em estar com a Junta de Freguesia da minha aldeia, mas é impossível a gente estar nas duas. Desculpe lá, mas é impossível. \*\*\*

**PRESIDENTE DA MESA** deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara. \*\*\*

*Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2017-04-19*



ASSEMBLEIA  
MUNICIPAL DE  
**ALIJÓ**

Deslumbrante Património Natural

74

*Handwritten signature and initials in blue ink.*

**PRESIDENTE DA CÂMARA: \*\*\***

Primeiro quero apresentar as minhas desculpas aos Senhores Vereadores, se de alguma forma ofendi, lamentavelmente, a vossa família. A intenção não era de ofender a vossa família, mas era falar na vossa posição, na vossa tomada de opção, nunca atacar a vossa família. Peço as minhas desculpas, porque são famílias estimáveis, com certeza que não faria isso. Queria, talvez, referir-me à falta de afecto ao território. Era assim que eu devia ter dito e não disse. \*\*\*

Depois, outra informação e um convite. Terça-feira temos o nosso 25 de Abril. A intenção deste Executivo e da Assembleia Municipal, da Senhora Presidente, comemoramos o 25 de Abril, com uma sessão solene na Câmara Municipal. Desde já convido toda a gente a participar. Ainda não posso definir, que estou à espera de alguns convites que foram feitos e, talvez, só logo me dirão quem é que pode estar, como é que as coisas vão ser feitas. No entanto, será feita uma intervenção por mim mesmo, outra pela Senhora Presidente da Assembleia e os representantes Grupos Municipais também farão uma intervenção. \*\*\*

Iremos ter um convidado, que ainda não fechou a possibilidade da vinda aqui, para conversar um pouco connosco. E depois, à noite, teremos um espectáculo, na Biblioteca Municipal. Teremos um pequeno espectáculo comemorativo do 25 de Abril, que tem a ver com a intervenção de um grupo musical, com música de intervenção e será essa a nossa comemoração. \*\*\*

Portanto, todos estão convidados e pedia a cada líder de bancada que fizesse uma intervenção no máximo de cinco minutos. Eu vou respeitar os cinco minutos de modo a não tomar as comemorações pesadas, porque comemorar o 25 de Abril é rua, música, é alegria, muito mais do que discursos. \*\*\*

**PRESIDENTE DA MESA deu a palavra à Senhora Segunda Secretária da Mesa. \*\*\***

**PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE SANTA EUGÉNIA (MAIS): \*\*\***

Porque fiz o agradecimento e esqueci-me de alguém que também foi muito importante na nossa caminhada, que foi o Director do Parque Natural e Regional do Vale do Tua, que também esteve presente e que nos fez alguns esclarecimentos e nos deu alguma informação que era importante sobre a fauna, a flora e o próprio património natural que nós estávamos a observar na microreserva. Portanto, um agradecimento também ao Dr. Artur Cascarejo. \*\*\*

**PRESIDENTE DA MESA \*\*\***

Deu a palavra ao Senhor Deputado Cláudio Vilela. \*\*\*

**DEPUTADO CLÁUDIO VILELA (PS): \*\*\***

A minha interpelação à Mesa tinha sido pedida antes da última votação e, mais uma vez, quem define os timings desta Assembleia é a Senhora Presidente, eu não quero crer que fosse com o intuito de me silenciar. \*\*\*

No entanto, como sou persistente, vou dizer aquilo que tinha intenção de dizer, apesar de agora já não ter um efeito tão pertinente, que é o seguinte. Já é a segunda vez, que nesta Assembleia assistimos a que sejam repetidas votações até se chegar à votação requerida. \*\*\*

Portanto eu ia apelar para que no futuro haja mais cuidado, pela Mesa, referente a esse assunto. Muito obrigado. \*\*\*

**PRESIDENTE DA MESA \*\*\***

*Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2017-04-19*



ASSEMBLEIA  
MUNICIPAL DE  
**ALIJÓ**

Deslumbrante Património Natural

75

Agora vou responder para ficar em acta. Não houve repetição de votações para se atingir um determinado fim e todos são testemunhas disso. Vamos ser sérios e eu sei que o Senhor é sério. Portanto, não vamos sequer usar isso politicamente, está bem Deputado Cláudio Vilela?

Repetiu-se a votação porque estando aqui x pessoas, a soma tem que dar esse número, não é? Portanto foi só, unicamente por essa razão que se repetiu, porque estava aqui a D.<sup>a</sup> Zulmira a dizer, e com razão, que era impossível ser esse número porque estão aqui x pessoas. Foi só por isso Senhor Deputado Cláudio Vilela. Ao fim destes quase quatro anos eu esperava que o Senhor, quanto a isto, tivesse outra atitude. \*\*\*

Deu por terminados os trabalhos, agradecendo a presença de todos. \*\*\*

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão, da qual para constar e devidos efeitos, se lavrou a presente acta que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pelos Membros da Mesa.

#### A Mesa

Mário F. R.

António de Carvalho de Sousa

*Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2017-04-19*